

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

DANIELLA DOMINGUES ALVARENGA MARQUES

**INFORMATIVO *NOSSO RUMO*: EDUCAÇÃO E MEMÓRIA EM
MARINGÁ (1984 a 1987)**

DANIELLA DOMINGUES ALVARENGA MARQUES

**MARINGÁ
2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**INFORMATIVO *NOSSO RUMO*: EDUCAÇÃO E MEMÓRIA EM
MARINGÁ (1984 a 1987)**

DANIELLA DOMINGUES ALVARENGA MARQUES

**MARINGÁ
2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**INFORMATIVO *NOSSO RUMO*: EDUCAÇÃO E MEMÓRIA EM MARINGÁ
(1984 a 1987)**

Dissertação apresentada por Daniella Domingues Alvarenga Marques ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador(a):
Profa. Dra.: Elaine Rodrigues

**MARINGÁ
2020**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação(CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M357i

Marques, Daniella Domingues Alvarenga

Informativo *Nosso Rumo* : educação e memória em Maringá (1984 a 1987) / Daniella Domingues Alvarenga Marques. -- Maringá, PR, 2020.

142 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Elaine Rodrigues.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Educação - História . 2. Projeto Memória. 3. Educação - História - Maringá (PR). 4. Informativo *Nosso Rumo*. I. Rodrigues, Elaine , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 23.ed. 370.98162

DANIELLA DOMINGUES ALVARENGA MARQUES

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elaine Rodrigues - ORIENTADORA (UEM)

Profa. Dra. Roseli Maria Rosa de Almeida (UFMS)

Profa. Dra. Analete Regina Shelbauer (UEM)

Data de Aprovação
20 de abril de 2020

“Acredito que tudo que eu acredito hoje vai mudar com o tempo. E que, no futuro, talvez, eu acredite em menos coisas. Ou em nada mais [...]”. Clarice Lispector

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, agradeço a Deus pelo fôlego de vida, pelo Dom mais precioso, a vida.

Agradeço ao meu esposo Ricardo por acreditar e incentivar meus sonhos, por estar sempre ao meu lado sendo meu aconchego, o lugar seguro em meio ao caos. Nos dias maus sempre tinha uma palavra de amor, carinho e força, confiou em meu potencial, em momentos que nem eu mesma confiava, foi meu braço forte nos momentos de cansaço e fadiga. Em seus braços encontro descanso.

À minha filha Maria Victória, uma criança amável, decidida, extremamente carinhosa e parceira, seu cuidado contribuiu para que o processo de escrita fosse mais tranquilo.

À minha querida orientadora, professora doutora Elaine Rodrigues, ser humano incrível, admirável, inspiradora, competente. Acreditou em meu potencial como pesquisadora, se disponibilizou desde minha graduação, nossa jornada tem sido longa, prazerosa e produtiva. Me ensinou a amar a profissão, inspirou meus sonhos com sua generosidade, me fez desejar e a buscar sempre pela excelência, mulher de fibra, tem uma garra avassaladora, forte e leal. Um exemplo a ser almejado e seguido. Obrigada, foi muita sorte tê-la encontrado nessa vida. Gratidão a todo conhecimento disponibilizado, a todos conselhos, a todo cuidado. Nossa relação profissional e humana fez com que eu pudesse construir uma nova representação de amizade e de vida.

A minha banca examinadora Profa. Dra. Roseli Maria Rosa de Almeida e Profa. Dra. Analete Regina Shelbauer, foram essenciais no processo de qualificação e defesa, contribuíram com apontamentos significativos referente às sistematizações, análises e conclusões da pesquisa.

Aos integrantes do grupo de pesquisa em História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar - HEDUCULTES (UEM), que contribuíram efetivamente para minha formação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPE – e Universidade Estadual de Maringá, pela oportunidade de aprofundar meus estudos em uma instituição pública de qualidade, isto para mim era mais do que sonhei.

Aos que de forma direta ou indiretamente participaram dessa minha evolução como ser humano, muito obrigada.

MARQUES, Daniella Domingues Alvarenga. **Informativo Nosso Rumo: Educação e Memória em Maringá (1984 – 1987)**. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta como **tema** a Imprensa Pedagógica. Como **problema** analisou-se como e porque o informativo *Nosso Rumo* produzido pela Secretaria de Educação de Maringá divulgou o projeto memória. O **recorte temporal** apresenta como **marco inicial** o ano de 1984 e estende-se até o ano de 1987. **Justifica-se** este recorte temporal, pois, durante a década de 1980, desenhou-se uma nova reivindicação social, com base em movimentos sociais, que lutava por direitos sociais e humanos. O **objetivo geral** busca interpretar de maneira analítica o informativo, com destaque para o Projeto Memória, e responder: como e por que o impresso compreendido como Imprensa Pedagógica priorizou em suas edições a circulação do Projeto Memória. O caminho **metodológico** adotado para o desenvolvimento da pesquisa e a adequação aos objetivos propostos foram realizados mediante procedimentos historiográficos: coleta, classificação e análise dos conteúdos do informativo. A **primeira seção** é a introdução. Na **segunda seção**, apresenta-se a contextualização histórica, política, econômica, educacional e social do Brasil e do estado do Paraná, na década de 1980, e como essas transformações impactaram a educação maringaense. A **terceira seção** apresenta o informativo *Nosso Rumo*, sua formatação, composição, reflexões, bem como a apresentação dos projetos desenvolvidos nas escolas municipais, em destaque o Projeto Memória. Por fim, a **quarta seção** descreve o Projeto Memória a partir de sua veiculação no informativo, em específico as práticas pedagógicas, os aspectos sociais e históricos na constituição, por meio da memória e da escrita da nova história e a identidade do escolar maringaense. Os argumentos não são conclusivos e nem cessam as possibilidades investigativas acerca da temática, desse modo, o intuito é colaborar para preencher pequenas lacunas da história da educação maringaense.

Palavras-chave: História da Educação; História da Educação em Maringá; Informativo *Nosso Rumo*; Projeto Memória.

MARQUES, Daniella Domingues Alvarenga. **Newsletter Our Course: Education and Memory in Maringá (1984 - 1987)**. 101 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá, Maringá, 2020.

ABSTRACT

This research presents like **theme** Pedagogical Press. As **problem** analysed itself the historic memory produced in Maringá, through the memory project and aired in the **Our Rote** newsletter. The **time frame** introduces like initial mark the year of 1984 and extends to 1987. This time frame is justified, because during the 1960s, arose a new social claim on the basis of social moviments that fought for social and human rights. **The general objective** seeks to interpret in an analytical manner the newsletter, with emphasis to the Memory Project and to answer, because the understood printed as Pedagogical prioritized in its editions the circulation of the Memory Project. The **methodological** path adopted to the development of research, as well the adequacy to the proposed objectives were performed through historiographic procedures: collection, classification and analysis of the newsletter content. The **first section** is the introduction. The **second section** can be seen the historic contextualization, political, economical, social from Brazil and Parana State and how these transformations impacted Maringaense education. In the **third section** provides an informational presentation of the **Our Rote** newsletter, its formatting, composition, reflections, as well the presentation of projects developed in municipal school, highlight the memory project. Finally the **fourth section** will describe the memory project though its placement in the newsletter, in particular, the pedagogical practices, the social aspects, and historical in the constitution, through the memory and the writing of the new history, the identity of Maringaense system school. The arguments are not conclusive and don't cease the investigative possibilities about the theme, thus, the purpose is to colaborate in filling small gaps in the history of Maringaense education.

Keywords: History of Education; History of Education in Maringá; Newsletter Our Rote; Memory Project.

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	12
INTRODUÇÃO	16
1.1 O tema, a fonte e o objeto	23
2 EDUCAÇÃO NO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ NA DÉCADA DE 1980: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	33
2.1 A redemocratização da nação e possíveis relações com a educação ..	33
2.2. Os contornos políticos da Educação no Paraná: veiculação de um novo ideal ..	37
2.3 Maringá: uma cidade modelo e sua educação	41
3 O IMPRESSO: APRESENTAÇÃO DO SUPORTE.....	48
3.1 O Informativo, um impresso pedagógico	49
3.2 A formatação e a composição	52
3.3. Os textos editoriais: principais temáticas.....	58
3.4 Projetos	62
3.4.1 Esporte e Recreação.....	68
3.4.2 Horta	74
3.4.3 Folclore	78
3.4.4 Memória.....	83
4 A EDUCAÇÃO E A MEMÓRIA EM MARINGÁ: PROJETO MEMÓRIA (1984 a 1987)	90
4.1 O Projeto Memória: circulação do informativo <i>Nosso Rumo</i>	98
4.2. Os aspectos sociais.....	110
4.3 A identidade social do estudante maringaense	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS	137

MEMORIAL

Ao compreender que em toda a etapa de evolução humana há fatos, idealizações e sonhos plausíveis de serem lembrados, ressalto algumas considerações que, para minha formação como estudiosa, desdobraram no anseio e no desafio de me dedicar a uma produção investigativa historiográfica, a fim de compreender analiticamente as representações produzidas no passado.

O desejo de fazer parte do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), na linha de pesquisa da História e Historiografia, iniciou em 2012, quando cursava o segundo ano de graduação, no curso de Pedagogia. Filha de professora, em minha infância meu crescimento se deu entre cadernos e lápis. Sob a mesa, na sala de jantar, sempre estavam os materiais pedagógicos, o diário de classe e os textos de estudos da professora, minha mãe. Muitas vezes acompanhei seu trabalho, desenhava as margens nos cadernos de seus alunos, momentos nos quais se estreitava a relação de mãe e filha e, conseqüentemente, a idealização e os primeiros pensamentos que impulsionavam meu sonho de ser professora. Lembro-me, ainda, que em meu quarto havia um quadro, o qual eu utilizava para brincar com minha irmã caçula de ser professora. Essas são memórias que acalentam meu coração.

No ano de 2012, no primeiro semestre, fui convidada a participar do Programa de Iniciação Científica (PIC), subsidiado pela CAPES¹, pelo professor doutor Célio Juvenal Costa², do Departamento de Fundamentos da Educação. O convite resultou em dois trabalhos no PIC, artigos publicados em congressos de grupos de estudos e pesquisas reconhecidos na área da Educação e da

¹ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados brasileiros.

² Célio Juvenal Costa possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1987), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (1996) e doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (2004). Atualmente, é docente da Universidade Estadual de Maringá, dos cursos de Pedagogia, nas modalidades presencial e a distância, e do mestrado e doutorado em Educação. Atua na área de pesquisa Educação, Cultura e História do Brasil Colonial, escrevendo artigos, apresentando trabalhos em eventos e orientando alunos na graduação, mestrado e doutorado.

História, como HISTEDBR³ e EDUCERE⁴. Os projetos de iniciação científica, realizados no ano de 2012 e 2013, também culminaram na produção do trabalho de conclusão de curso (TCC), exigência no curso de Pedagogia. Durante toda a graduação de Pedagogia, participei do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP), coordenado pelos professores doutores Célio Juvenal Costa e Sezinando Luiz Menezes⁵. Os procedimentos teórico-metodológicos, as análises construídas nas investigações, os resultados obtidos na produção das pesquisas e a participação do grupo despertaram o desejo em aprofundar meus estudos e investir na área de pesquisa.

Em 2014, participei da seleção do programa de Pós-graduação em Educação da UEM, no último ano da graduação, contudo não fui aprovada. Após a tentativa e como pedagoga formada, iniciei minha carreira em uma instituição educacional privada, na área de gestão, como supervisora pedagógica, responsável pelos encaminhamentos e direcionamentos pedagógicos dos professores que atuavam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental Anos Iniciais, experiência que, atualmente, possibilitou-me desenvolver meu trabalho como coordenadora pedagógica na educação básica.

Na escola, enquanto gestora pedagógica, ao direcionar professores em suas práticas pedagógicas, inquietações e questionamentos começaram a fazer parte de meu cotidiano, especialmente quanto às carências e construções representativas produzidas, em hipótese, na formação dos professores. A dificuldade de alguns docentes em elaborar provas contextualizadas, a identificar e estabelecer estratégias para alunos com baixo rendimento escolar e a pouca capacidade para direcionar e elaborar comandos

³ HISTEDBR: o Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” é um coletivo, sediado na Faculdade de Educação da UNICAMP, que desde 1991 tem articulado a participação de grupos de pesquisa da área de História da Educação em vários Estados brasileiros.

⁴ EDUCERE: o Congresso Nacional de Educação é um evento realizado a cada dois anos, com o objetivo de promover reflexões sobre formação, prática e pesquisa educacionais em um contexto globalizado, diversificado e de forte demanda social.

⁵ Sezinando Luis Menezes graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1986), mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1992) e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1999). Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Atua nas áreas de História do Império Português da Época Moderna e História da América Portuguesa, estudando os seguintes temas: colonização, escravidão, jesuítas, engenhos, cristãos-novos e Antonio Vieira. É avaliador do INEP nos processos de credenciamento e recredenciamento institucionais de instituições de ensino superior desde 2004.

para o trabalho de produção textual, em geral, foram indagações que me impulsionaram a voltar meu olhar para a produção de pesquisa, especialmente na área da História da Educação.

Assim, no ano de 2017, prestei a seleção para o programa de Pós-Graduação em Educação da UEM novamente, na linha de pesquisa de História e Historiografia. Fui aprovada, tendo como orientadora a professora doutora Elaine Rodrigues⁴, que foi minha professora na graduação.

No início dos encontros subsidiados pelo grupo de pesquisa HEDULCULTES, coordenado pela professora doutora Elaine Rodrigues, fui confrontada e desafiada a pensar de uma forma que até então não havia pensado. O grupo apresentava uma perspectiva de produção e análise historiográfica distinta da qual trabalhava na graduação de Pedagogia, a Nova História Cultural. No primeiro momento, fiquei apreensiva, contudo o desafio me impulsionou a estudar a história da educação sob a visão dessa perspectiva historiográfica, que era nova para mim.

Em 2018, cursei como aluna regular seis disciplinas, créditos exigidos pelo programa de Pós-Graduação para a titulação do mestre. As disciplinas contribuíram significativamente para minha evolução acadêmica, favoreceu meu desenvolvimento enquanto pesquisadora e, também como ser humano, pois temas geradores como ética e moral, comprometimento nos procedimentos teórico-metodológicos e o trabalho analítico da história possibilitaram que desenvolvesse um novo olhar para a formação profissional, no meu caso, como docente e pesquisadora.

As disciplinas, especificamente na área da História da Educação, motivaram a estudar e a compreender de forma distinta o processo investigativo. Constatei que as fontes são o mapa que possibilitam o pesquisador compreender as representações e as apropriações de uma sociedade, pois indica o lugar, a voz e os interesses de um grupo que, em certo período da história, foi lhe assegurado a função de ser representativo.

O processo de escrita da dissertação aflorou vários sentimentos, tais como: alegria, entusiasmo, ansiedade, insegurança e preocupação. O compromisso de dedicar-me e fazer o meu melhor foi a primeira decisão. Durante o percurso, identifiquei que precisava aprimorar outras habilidades, como autonomia e maturidade intelectual, ou “andar com minhas próprias

pernas”, como é dito coloquialmente. Verifiquei, no entanto, que as leituras, as disciplinas e as orientações instrumentalizariam a escrita do trabalho, algo que trouxe tranquilidade, pois sempre voltava às reflexões, aos textos e às intervenções dos professores para apoiar as análises e as percepções que construía no processo de produzir um novo conhecimento. Foi preciso assumir o papel de protagonista, ativa e dinâmica, uma competência que se desenvolveu, porém não está finalizada.

Para esta pesquisa, utilizei como fonte o informativo *Nosso Rumo*, impresso pedagógico oficial, que circulou na cidade de Maringá entre os anos de 1984 a 1987, publicado e distribuído pela Secretaria Municipal de Educação, como meio de comunicação para divulgar os projetos, reflexões, trabalhos, práticas e propostas pedagógicas para professores da rede municipal de ensino. Ao analisar o impresso, deparei-me com o esforço da secretaria em recuperar, preservar e produzir uma memória local da cidade, com base nos documentos, relatos orais e objetos dos moradores maringaenses.

Essa constatação direcionou os encontros com a professora orientadora e contribuiu para a elaboração da problematização deste trabalho, que tem como tema a Imprensa Pedagógica e que intenta compreender o informativo *Nosso Rumo*. O destaque do estudo é o Projeto Memória, e o objetivo geral é a responder: como e por que o impresso compreendido como Imprensa Pedagógica priorizou a circulação do Projeto Memória em suas edições.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em História da Educação, no Brasil, com base na perspectiva da Nova História Cultural⁶, ampliou a produção e a sistematização de conhecimento, a partir da década de 1980. Possibilitou a emergência de novas fontes, temas e objetos de investigação no campo da educação e garantiu ao pesquisador uma nova forma de trabalhar e de valorizar os estudos sobre cultura⁷, por intermédio dos procedimentos teórico-metodológicos dos objetos socioculturais, destaque no estudo.

Para Pensavento (2003, p. 39), a Nova História Cultural propiciou mudanças epistemológicas e metodológicas que asseguraram o estabelecimento de “[...] novos olhares e formas de pensar o mundo e o homem”, isto é, um novo modo de investigação que mudou a maneira de compreender e de escrever a história a partir dos estudos sobre as culturas populares. Essa nova linha de pesquisa tratou de “[...] pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PENSAVENTO, 2005, p. 15).

⁶ De acordo com Lopes e Galvão (2004, p. 35), a Nova História Cultural surge na Escola de Annales, na década de 1930, na França. Concepção teórica que divulgou um novo paradigma da história, era contrária a escrever uma história linear, fragmentada, determinista e factual. De acordo com as autoras, na década de 1960, a Europa influenciada pela Sociologia, Antropologia, Teoria Literária e a Linguística passa por uma renovação: “[...] os objetos e as fontes são alargados”. No Brasil, esse movimento se iniciou em meados de 1980, no final da Ditadura Militar, por meio da criação de Associações e Grupo de Estudos e Pesquisas de Pós-Graduações nas Universidades, bem como na organização de eventos, conferências e seminários na área da Educação, em linha de pesquisa da História da Educação. Lopes e Galvão (2006, p. 39) relatam que a Nova História Cultural influenciou os pesquisadores a investigarem temas antes desconsiderados “[...] pouco nobres no interior da própria História da Educação”. A Nova História Cultural propiciou pesquisas na área da política, da economia e da cultura, ou seja, do contexto e de todos os aspectos sociais da sociedade. Desse modo, sociedade, homem e suas expressões tornam-se temas e objetos de pesquisa, “[...] passa-se cada vez mais a valorizar os “esquecidos” da História, com as crianças, as mulheres e as camadas populares. Sentimentos, emoções e mentalidades também passam a fazer da História e fontes” (LOPES; GALVÃO, 2004 p. 39).

⁷ Para Pensavento (2006, p. 46), a cultura é um conjunto de significado partilhados, uma produção social e histórica utilizada pelo homem para se expressar por meio de valores, crenças e práticas. Uma forma de leitura, tradução da realidade, que se apresenta de forma simbólica, ou seja, “[...] as palavras, as ações, as coisas e os atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa. A cultura é uma tradução do mundo em significados não é reflexo dessa realidade”.

A Nova História Cultural colaborou para colocar em discussão o fazer historiográfico e a repensar os limites das fronteiras de pesquisa, preconizando que o “[...] conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 75). Nesse sentido, a história é vista como uma área de produção do saber que compreende as ações humanas, por intermédio de teorias, fontes, vestígios e indícios.

As novas fontes, os objetos e o tratamento oferecido pela Nova História Cultural contribuíram para o pesquisador identificar as representações sociais da cultura, até então desvalorizadas, como formas de expressão do homem. Desse modo, tudo o que havia sido relatado pela história poderia ser contado de uma outra forma, novas versões das narrativas por meio de uma mesma fonte, devido ao novo olhar e aos direcionamentos metodológicos que o pesquisador passou a implementar.

Um dos temas de pesquisas que apresentou ascensão com a consolidação da Nova História Cultural foi a Imprensa Pedagógica, considerada pela corrente teórica como um material importante para o estudo de uma época, devido à divulgação de informações que faz circular sobre a organização, direcionamento e sistematização de uma instituição, grupo específico ou governo. No caso do impresso pedagógico em foco, são apresentados os direcionamentos, as políticas normativas e as propostas para a educação no processo da investigação das práticas que se formalizam nos espaços escolares.

A Imprensa Pedagógica é compreendida como um acervo documental com possibilidades de interpretação da realidade, uma vez que permite o avanço na compreensão de fatores que consolidam o grupo de uma determinada época, para este trabalho, o universo escolar. Dessa forma, a imprensa para o campo de pesquisa é vista como um dos meios de comunicação que favorece a compreensão sobre os desdobramentos produzido na historiografia sobre a História da Educação brasileira.

Com base na bibliografia produzida referente a contextualização histórica, busca-se verificar analiticamente os aspectos que a Secretaria Municipal de Educação colocou em circulação por meio do informativo *Nosso Rumo* sobre a educação maringaense na década de 1980, articulando-a com o contexto educacional brasileiro. O intuito é descrever o impresso elencando as temáticas,

os problemas educacionais, os posicionamentos, as inquietações, as propostas e os obstáculos que professores, alunos, comunidade e as escolas municipais enfrentavam naquele período histórico, os quais a secretaria evidenciou por intermédio do informativo. Em destaque, a pesquisa busca analisar como problema como e porque o informativo *Nosso Rumo*, produzido pela Secretaria de Educação divulgou o Projeto Memória.

O Projeto Memória foi publicado no informativo pela primeira vez em 1984. Em suas edições, a secretaria sinalizava que o projeto objetivava produzir material didático condizente com a realidade dos alunos de Maringá, Iguatemi e Floriano. A equipe destinada a trabalhar com o projeto empreendeu esforços na busca de informações sobre a trajetória histórica do município, priorizava os relatos e os objetos dos próprios habitantes da cidade. Desse modo, este estudo apresentará, por meio das edições do impresso, as concepções de memória e da história que a secretaria buscou oficializar em Maringá, entre os anos de 1984 a 1987.

O principal aspecto que define o informativo *Nosso Rumo* como um impresso pedagógico é que seu público alvo era educacional, sendo utilizado como instrumento oficial da Secretaria Municipal de Educação no intuito de fazer com que suas ideias fossem validadas e autorizadas pelos docentes, pais e alunos. De acordo com Rodrigues e Biccas (2015, p. 153), o público-alvo do impresso pedagógico é educacional, pois não abrange apenas docentes e alunos, mas atinge os pais e à comunidade na qual está inserido. Essa perspectiva de abrangência, identificada no informativo *Nosso Rumo*, será descrita ao longo das seções.

O informativo fez circular em suas edições informações sobre os processos educativos que estavam sendo planejados e estimulados pela Secretaria Municipal de Educação, bem como os que já estavam sendo executados nas escolas municipais. Evidenciava os trabalhos realizados pela equipe diretiva e administrativa da Secretaria Municipal de Educação, vinculava os projetos, as formações oferecidas para os docentes, divulgava as propostas e os resultados obtidos frente as práticas pedagógicas.

A Secretaria Municipal de Educação disponibilizava informações sobre o processo de ensino-aprendizagem, formação humana, capacitação e formação docente, democratização entre outros assuntos por meio dos textos, relatos e

práticas pedagógicas. Articulava reflexões e análises sobre a função da escola, do professor e do aluno, tinham o objetivo de direcionar e aproximar/estreitar a relação da Secretaria Municipal de Educação com toda comunidade educacional.

Sendo assim, o impresso era utilizado para implementar as ideias e as concepções políticas educacionais, inferia análises sobre: “para quê”, “por quê” e “como” a educação brasileira deveria ser direcionada e praticada. A Secretaria apresentava as contradições, as disparidades e a ineficácia do sistema de ensino brasileiro, reforçava a premissa que a educação nacional precisava passar por mudanças na matriz ideológica, na formação e nas práticas pedagógicas dos professores.

Desse modo, é possível observar que um dos objetivos da Imprensa Pedagógica é divulgar discursos, veicular e principiar as concepções de diferentes sujeitos, favorecendo diálogos que representassem as especificidades do grupo que a estrutura. Chartier (1991, p. 32) salienta que os impressos representam a concepção de um grupo específico, instrumentos que não devem ser tomados como verdade absoluta, tão pouco como mentira, mas como uma representação dos interesses e da verdade dos sujeitos de uma sociedade.

Entende-se que o historiador é um ser do presente que elege sua fonte por meio de um recorte singular, identificado como um fragmento representativo do passado. É nessa perspectiva que a Imprensa Pedagógica é considerada fonte e valorizada no processo de investigação e enriquecimento histórico. Para Nóvoa (1997, p. 30), o impresso pedagógico é um dos meios de comunicação que apresenta os “interesses e as problemáticas no campo educacional de um determinado período histórico”.

O trabalho com impresso pedagógico apresenta os direcionamentos e as normativas determinadas do sistema educacional de uma sociedade, evidencia as políticas públicas, as diretrizes e as práticas pedagógicas. Além disso, avalia as preocupações sociais e concepções ideológicas efetivadas. De acordo com Souza (2013, p. 62), a Imprensa Pedagógica se caracteriza como recurso importante para o avanço na compreensão da história da educação, apresenta-se como acervo documental que possibilita o avanço na compreensão de

inúmeros fatores. Uma fonte representativa que aponta as pluralidades educacionais para a produção da História da Educação.

Rodrigues e Biccas (2015, p. 153) salientam que o impresso pedagógico possui duplo sentido “[...] como dispositivo de normatização pedagógica e como suporte material para as práticas escolares”, uma vez que orienta o pesquisador a compreender as “[...] práticas que formaliza os usos escolares” e a perceber a multiplicidade do campo educativo.

De acordo com Catani (1996, p. 116), o impresso pedagógico faz “[...] circular informações sobre o trabalho docente, a organização dos sistemas de ensino, as lutas da categoria profissional do magistério, bem como os debates e polêmicas que incidem sobre os aspectos dos saberes ou práticas pedagógicas”, uma fonte privilegiada para a investigação “[...] instrumento fértil para a apreensão das potencialidades e dos processos estabelecidos no campo educacional, fonte de análise e avaliação do que está oficialmente institucionalizado”.

A Imprensa Pedagógica como fonte é significativa, dentre outras possibilidades, para se conhecer a organização pretendida para o universo escolar. Evidencia as diretrizes oficiais que a escola recebe e necessita atender e ao mesmo tempo permite a identificação de outros fatores integrantes da construção do que denominamos espaço escolar, ou seja, os pontos de confluência que compõem as diversas facetas registradas no impresso. Tomando por base o que está registrado no impresso, pode-se ampliar a compreensão que se tem construída acerca do universo escolar, adentrando o ensino e suas características por perspectivas outras, diferentes daquelas consideradas consolidadas (RODRIGUES, 2010, p. 313).

O impresso pedagógico movimenta-se de forma a fortalecer as ideias do grupo social que representa, uma vez que delimita objetivos e estrutura os debates e os discursos que devem ser priorizados, incorporados e consolidados, ou seja, é um documento que não divulga informações de maneira imparcial e neutra, mas é ordenadamente planejado e executado.

O estudo compreende que as pesquisas com base na Imprensa Pedagógica possibilitam ao investigador problematizar o passado, a fim de construir novas representações, pois tem a possibilidade de aprofundar suas análises e desconstruir uma visão a priori consolidada. Fontes de pesquisa como

revistas, boletins, informativos e jornais educacionais são documentos representativos que contribuem para análises no campo da educacional.

A Imprensa Pedagógica como fonte é recurso frutífero e conveniente para conhecer a organização do universo escolar.

A Imprensa Pedagógica, o livro escolar, o caderno do aluno, o mobiliário, o uniforme, por exemplo, não servem apenas para nos fazer aproximar de um aspecto da realidade que estamos investigando, mas eles próprios – suas condições de produção (circulação), seus usos, as transformações por que passaram ao longo do tempo – passam a interessar, pois dizem também sobre um passado educacional (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 82).

A Imprensa Pedagógica, suas características físicas e estéticas, os conteúdos formativos e normativos veiculados possibilitam ao pesquisador a problematização do passado. O pesquisador, ao analisar as representações e as apropriações destacadas no impresso, consegue identificar os interesses de uma instituição ou de um grupo específico, interesses que buscam ser assimilados e praticados pela sociedade, portanto não é um instrumento desinteressado, uma vez que possui a função de divulgar “[...] aspirações, concepções políticas, ideológicas, apresenta necessidades e objetos específicos de um grupo que propõe sua editoração, publicação” (RODRIGUES, 2012, p. 22).

A pesquisa em História da Educação, por meio do impresso pedagógico, requer trabalho árduo e sistemático com base em procedimentos metodológicos rigorosos. Sendo assim, o impresso favorece àqueles que têm, de certo modo, o privilégio da fala e da escrita, sendo fixado no lugar em que seus leitores têm acesso, ou seja, por meio, de impressos, livros, periódicos ou jornais.

De acordo com Martinez (2009, p. 59), a função do impresso pedagógico é informar, mas também contribuir como formador de opinião frente a uma visão particular baseada em jogos de interesses e preferências “[...] que podem ser políticos, econômicos, administrativos, religiosos, literários entre outros, dependendo o grupo que representa”.

Com base nesse entendimento, o informativo *Nosso Rumo*, como Imprensa Pedagógica, apresenta características que possibilitam compreender o contexto histórico da década de 1980, em Maringá, pois pode ser considerado

um núcleo de informação ao apresentar os ideais e os discursos do órgão oficial da educação.

A escolha da fonte justifica-se pelo fato do informativo se caracterizar como um dos meios efetivos e oficiais de comunicação, escolhido para vincular ideais, propostas, concepções teóricas e pedagógicas para a escola pública e comunidade escolar, em resumo, divulgava e orientava o que deveria ser ensinado.

1.1 O tema, a fonte e o objeto

O informativo *Nosso Rumo* é um impresso pedagógico que possui como público alvo a comunidade educacional. Sendo assim, seus objetivos são a normatização pedagógica e o suporte material, os quais possibilitam a efetivação das práticas e dos usos escolares. A pesquisa intenta observar se o impresso, como estratégia, buscou evidenciar e fortalecer os interesses da Secretaria Municipal de Educação para a educação de Maringá e, caso tenha sido essa a finalidade, quais foram os resultados e como foram veiculados.

Na avaliação Rodrigues e Biccas (2005, p. 153),

Os impressos, na nossa perspectiva, constituem-se como produto de estratégias que deixam ler as marcas de usos prescritos e de destinação visada; fornecem indícios sobre práticas escolares que se formalizam nos seus usos; o peso documental fortemente demarcado por sua relação com as estratégias das quais são produtos.

O informativo foi produzido na cidade de Maringá entres os anos de 1984 a 1987 e sua primeira publicação se deu em junho/julho de 1984, durante a gestão do prefeito Said Felício Ferreira (1983 – 1988)⁸. O impresso vinculava informações e saberes do trabalho desenvolvido pela equipe administrativa da Secretaria Municipal de Educação, da gestão pedagógica e do trabalho dos professores nas escolas municipais. Ao longo dos anos de produção mencionados, o informativo *Nosso Rumo* teve 28 edições, contudo não seguiu uma padronização e periodização na construção de seus exemplares, ou seja, as edições não possuíam temas, assuntos e objetivos definidos, aspectos

⁸ Prefeito Said Felício Ferreira (1983 – 1988), paulista de nascimento, Said formou-se em medicina na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. Militante político ativo, ainda universitário fundou um centro de debates científicos e culturais e foi diretor da Fundação Casa do Estudante de Curitiba. Depois de formado, trabalhou por anos em Atalaia e, na década de 1960, em Maringá, onde se candidatou aos cargos de vereador e prefeito, sem sucesso. Em nova candidatura ao posto de prefeito de Maringá, foi eleito em 1982 e administrou a cidade entre 1983 e 1988 e de 1993 a 1996. Entre os mandatos de prefeito, ocupou uma vaga de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Paraná, entre 1991 e 1992. Também foi presidente da Sociedade Médica de Maringá, criou a Escola de Atendente de Enfermagem Carlos Chagas, fundou o Hospital e Maternidade São Marcos, em Maringá, a Maternidade Curitiba e ajudou a implantar os cursos de Medicina e Odontologia na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e depois ampliou o Hospital Universitário (HU) da UEM.

seguidos pela maioria da Imprensa Pedagógica especializada. Vale ressaltar que, durante os anos de publicações, o impresso pedagógico foi supervisionado pela professora Lucilla Maria Simas⁹ e pela secretária municipal de educação Cláudia Nierro¹⁰.

A Secretaria Municipal de Educação não delimitou no informativo uma organicidade estrutural única. A formatação e a configuração, bem como as implicações políticas e os relatos de formação e desenvolvimento da prática pedagógica, são apresentadas e ordenadas de formas distintas ao longo das publicações.

As edições apresentavam textos e reflexões sobre aspectos teóricos, metodológicos, políticos e pedagógicos. Destacavam-se os debates, os direcionamentos e as normatizações sobre como a educação deveria ser gestada nas escolas públicas, sendo sempre expostos na primeira página das edições.

De acordo com Chartier (1990, p. 217-228), a produção material e a escrita registrada pela história evidenciam os interesses que pretendem ser “propagados e preservados, distanciando-os do esquecimento, aspectos que, na investigação, propiciam suporte e apresentam características do passado, possibilitando ao pesquisador identificar as intencionalidades de sua produção”.

Em uma primeira análise, a pesquisa observa que o informativo possuía aspectos de um jornal, pois desde as primeiras produções, mesmo sem seguir uma padronização, cumpria alguns critérios, tais como: chamadas, divisões por

⁹ Lucilla Maria Simas de Assis está identificada em todas 28 edições do informativo **Nosso Rumo**. Nas edições, é possível identificar no cabeçalho, à direita, a professora como sendo a responsável geral pelas publicações entre os anos de 1984 a 1987. É importante sinalizar que não foi possível adquirir mais informações sobre a professora citada, pois não foram encontrados arquivos no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maringá e no Núcleo de Educação e Maringá (SEDUC) que pudessem enriquecer esta pesquisa. Lucilla foi professora da Universidade Estadual de Maringá, no curso de Pedagogia, porém não foi possível mais informações sobre sua trajetória profissional no Departamento Teoria e Prática (DTP).

¹⁰ Cláudia Nierro consta nas publicações do informativo **Nosso Rumo** como sendo a Secretária de Educação entre os anos de 1984 a 1987. A pesquisa identifica sua participação ativamente na organização e definições dos temas explicitados no informativo, além de dois textos redigidos pela autoridade educacional. A partir dessa constatação, buscou-se verificar no Núcleo de Educação de Maringá e no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maringá informações que pudessem apresentar o currículo, a formação e os dados sobre a educadora, porém não foi possível, pois nenhum dos dois departamentos administrativos dispunha desses dados, inviabilizando uma análise mais apurada. É importante ressaltar que não apenas os dados da responsável pela organização do informativo foi encontrado, mas de nenhum dos profissionais identificados que produziram o impresso como um dos meios de circulação dos ideais pedagógicos.

seções que separavam os conteúdos, a divulgação de informações sobre formação continuada e práticas pedagógicas que deveriam ser apropriadas pelos professores nas escolas públicas.

As informações no impresso também contemplavam as exposições de trabalhos e atividades, as apresentações dos alunos, os encaminhamentos e os resultados dos projetos elaborados pela Secretaria Municipal de Educação e executados nas escolas municipais. Veiculavam notícias sobre assuntos relacionados ao entretenimento local da cidade, como atividades culturais, casamentos e nascimentos de filhos de funcionários e professores que atuavam na área da educação. Divulgavam, ainda, as viagens que eram realizadas pelos profissionais e dicas de culinária.

Segundo Martins e Luca (2006, p. 11), a imprensa não se limita a “[...] apresentar o que aconteceu, mas seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que elege como fato digno de chegar até o público”. O trabalho do historiador com o documento se dá no labor, no diálogo e no contato direto com sua fonte e objeto.

Sendo assim, o impresso pedagógico como meio de representação é, para esta pesquisa, capaz de orientar de forma intelectual e moral os indivíduos no meio em que circula, portanto é utilizado como um meio que auxilia e guia os profissionais da educação, servindo também como parâmetro para os processos escolares.

De acordo com Chartier (1990), o indivíduo busca registrar sua cultura, hábitos e tradições. Desse modo, a cada época utiliza o que está a seu alcance para produzir memória e delimitar seu poder. Reconstruir o passado parte de percepções interpretativas. Para o autor, a categoria “representação”, diante da escrita da história, deve ser produzida perante aos fatos construídos por intermédio das lentes que as observam, analisam e constroem as interpretações.

Rodrigues e Machado (2017, p. 255) afirmam que o “[...] desafio do historiador da educação é descobrir o tempo das certezas normativas, por certo, tudo é interrogação”. Faz parte do ofício do historiador lidar com as fontes, pois, de acordo com Le Goff (2003, p. 106), “[...] sem documento não há história”.

Dessa forma, as fontes têm o objetivo de transmitir versões diante da representação do historiador, portanto é preciso definir rigorosos procedimentos metodológicos que questionem os conteúdos e sua produção.

A pesquisa, fundamentada nos conceitos de Chartier (1991), compreende que as “representações” de uma sociedade são produzidas pelos indivíduos que detêm o poder e que o utilizam para submeter os sujeitos a um modo de pensar hegemônico.

[...] as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, legitimando assim suas escolhas e condutas. [...]. Por isso as representações colocam-se sempre no campo da concorrência e se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio (CHARTIER, 1991, p. 17).

Desta forma, a compreensão do conceito de representação é fundamental para a contextualização deste estudo, uma vez que propicia suporte para entender o passado histórico por meio da reconstrução, do novo olhar e dos sentidos produzidos pelo historiador ao priorizar a criticidade frente aos sentidos construídos a partir do conteúdo da fonte.

Os aspectos que estabeleceram a eleição do recorte temporal para o estudo justificam-se com base na forma em que o impresso foi encontrado e no período delimitado, isto é, a década de 1980, época que a historiografia apresenta inúmeras transformações na sociedade brasileira, especialmente no processo de redemocratização, caráter político que é constantemente delimitado nas 28 edições.

A classificação dos números para o estudo foi definida pelas publicações produzidas entre os anos de 1984 a 1987, material que se encontrava devidamente organizado de maneira sequencial. Primeiramente, a pesquisa priorizou a desconstrução dessa linearidade por considerar relevante agrupar aspectos referentes aos conteúdos, análises e as constatações representativas destacadas no impresso pela Secretaria de Educação, sobretudo conteúdos relacionados à produção de memória, educação e democracia, temáticas predominantes neste estudo que se baseia na catalogação, no agrupamento e na sistematização de sua problematização central. Tal procedimento contribuiu

para a produção do impresso e do Projeto Memória, modelo pedagógico organizado que deveria ser constituído na educação maringense.

A pesquisa adotou uma postura metodológica para contemplar a objetividade, embora não seja possível determinar que esse aspecto foi alcançado, pois nem “sempre é possível atingi-lo devido às interferências e influências do contexto social que rodeiam o pesquisador” (CERTEAU, 2012, p. 104).

Para subsidiar os procedimentos teórico-metodológicos, a pesquisa está alicerçada nas perspectivas de Chartier (1991), Certeau (2012) e do intelectual Jacques Le Goff (2013), referências na abordagem teórica da Nova História Cultural. O estudo também conta com a fundamentação teórica dos autores Cunha (2001), Rodrigues (2012) e Baczinski (2011).

Por fim, as análises da pesquisa se baseiam nos estudos realizados pelo grupo de pesquisa HEDULCULTES¹¹ que tem se dedicado à investigação da Imprensa Pedagógica como fonte e objeto de estudo e que contribui ativamente para a construção desta pesquisa. No que diz respeito à imprensa pedagógica, Rodrigues (2012, p. 23), a coordenadora do referido grupo de pesquisa afirma: “A imprensa pedagógica pede que a tomemos em seus princípios como aquela que veicula interesse de uma pessoa, uma instituição ou um grupo, objetivando que sua mensagem seja incorporada”.

Diante dessa perspectiva, o informativo *Nosso Rumo* e o Projeto Memória são compreendidos como relevantes para a compreensão dos primeiros anos da década de 1980, na medida em que fornecem um conjunto de dados sobre este período a fim de estabelecer um modelo educacional e escrever a história do município de Maringá.

Este trabalho tem o compromisso com uma prática teórico-metodológica para o estudo da fonte, definida após reconhecer, por meio das disciplinas cursadas na pós-graduação e nos textos estudados no grupo de pesquisa, que

¹¹ HEDULCULTES: grupo que desenvolve seus projetos desde 2008, criado em consonância com a linha de pesquisa História e Historiografia da Educação mantida pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). O objetivo central é contribuir com os debates e discussões acerca da pesquisa e do Ensino de História da Educação no Brasil, com ênfase nas abordagens, conceitos, fontes, objetos e métodos, aprofundando conhecimentos acerca da cultura escolar, da imprensa pedagógica, do campo disciplinar da História da Educação, das instituições educativas e da infância.

é preciso ter clareza acerca dos procedimentos metodológicos e domínio dos conceitos que sustentam a produção investigativa.

Outro fator relevante refere-se à análise da fonte/documento. Trata-se do suporte para o trabalho do historiador, utilizado para interpretar as vivências, o contexto cultural e as relações sociais de uma sociedade, assim como as representações que foram registradas como práticas sociais na produção do documento. Essa concepção de fonte está em anuência com o que é trabalhado nesta pesquisa, isto é, o conceito de representação.

Para Chartier (1990, p. 78) “[...] é apenas ao identificar as partilhas, as exclusões, as relações que constituem os objetos em estudos, que a história poderá pensá-los”, ou seja, a fonte é o principal instrumento no qual o historiador deve mergulhar para apreender as representações produzidas em um período histórico.

Compreende-se que as representações e concepções construídas em uma pesquisa não são únicas, pois, uma mesma fonte pode ser interpretada por meio de diferentes lentes/olhares, com representações, apropriações e percepções distintas, as quais acompanham a formação e a trajetória do pesquisador/historiador.

Nesse sentido, as análises e as percepções do pesquisador não devem ser entendidas com base em uma perspectiva dada a priori, mas constituída com base nas influências teóricas, conceituais e nos objetivos traçados pelo pesquisador. Le Goff (2013) explica que os fatos e a escolha teórico-metodológica aplicadas em um documento devem estar intrinsecamente ligadas à intencionalidade do historiador, sendo fundamental que o pesquisador eleja técnicas e procedimentos metodológicos de forma rigorosa, que priorize os aspectos de classificação, categorização e regulação do documento que será analisado como fonte.

Le Goff (2013, p. 497) assevera que todo documento deve passar por uma desconstrução, a fim de identificar as montagens de sua produção. De acordo o autor, “[...] não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira... falso, porque um documento/monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem”. É uma produção histórica que tem o objetivo de ser representativa no contexto em que está

inserida, porém apresenta as propostas e interesses de uma minoria, em alguns casos apenas do pesquisador.

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em "isolar" um corpo, como se faz em física, e em "desfigurar" as coisas para constituí-las como peças que preenchem lacunas de um conjunto, proposto a priori (CERTEAU, 2002, p. 80).

Sendo assim, é o pesquisador/historiador que define o que será analisado e produzido, bem como aquilo que se pretende investigar ao eleger sua fonte de estudo. O historiador que estabelece os parâmetros, apropria-se das representações redigidas no documento para construir um novo conhecimento, uma nova percepção que, em primazia, deve ser inédito para o historiador.

De acordo com Le Goff (2013, p. 485) os documentos eleitos como fonte de pesquisa “[...] são a herança do passado, e os documentos, escolha do historiador”, sendo assim, com base nessa perspectiva historiográfica, toda e qualquer escolha é intencional e definida pelo historiador. São as estratégias estabelecidas por esse profissional que limitam, restringem, descartam ou fazem silenciar as informações e as apropriações extraídas de um documento. Isso se dá porque a fonte, primeiramente, é sempre submetida ao olhar e à análise do historiador, o qual possui previamente uma constituição estrutural teórico-metodológico.

O historiador, no momento em que seleciona um documento, prioritariamente, precisa constituir uma problemática central, a qual direcionará e dará condições de elaborar e analisar questionamentos gestados ao longo da pesquisa. Posto isso, a fonte é o principal elemento na produção historiográfica, pois é por meio dela que o pesquisador tem condições de desempenhar seu ofício.

De acordo com Rodrigues e Biccás (2015 p. 152), “[...] a problematização deve ser o ponto focal de todo o fazer historiográfico, de toda a escrita da história, em específico da história da educação”. O historiador deve ter como princípio

problematizar o presente para as fontes ou outros vestígios do passado, a fim de apreender respostas por intermédio da elaboração de questionamentos.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, em pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2013, p. 495).

Diante disso, os documentos são essenciais no processo de construção e reconstrução, uma vez que, tendo como perspectiva historiográfica a Nova História Cultural, é inconcebível produzir história sem documentos.

Na perspectiva de Le Goff (2013, p. 490), “[...] numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem”. Nessa concepção de produção histórica, as fontes e os documentos produzidos na historiografia auxiliam o historiador apreender e compreender a realidade de uma sociedade, em um período histórico, mesmo sendo de forma parcial. É a dinâmica de análise de comparação, associações, questionamentos e interrogações que permitem a produção da história, entendendo que as memórias são representações que um grupo específico produziu com base em suas crenças, valores e cultura.

Toda e qualquer verdade histórica precisa ser questionada e interrogada. Sendo assim, o tratamento que o historiador dá ao documento garante sua credibilidade no campo da historiografia, “[...] o documento, os dados já não existem por si próprios, mas a relação com a série que os precede e os segue, é o valor relativo que o torna objetivo e não a sua relação com uma inapreensível substância real” (LE GOFF, 2013, p. 491).

É fundamental que todo documento seja estudado, pesquisado e analisado como *monumento*, pois representa a apreensão de uma sociedade que aceitou e entendeu que o documento é verdadeiramente a representação de um grupo social e deve ser questionado enquanto produção social. Para Chartier (1991), o pesquisador precisa perguntar e questionar constantemente sua fonte no intuito de discernir de onde o autor fala, com quem dialoga e qual sua intencionalidade. Um mesmo fato do passado pode ser apreendido e compreendido de inúmeras formas. Nesse sentido, as análises realizadas por

indivíduos que apresentam perspectivas e intenções culturais, econômicas e políticas distintas pode gerar resultados diferentes.

Posto isso, a produção historiográfica deve ser considerada elemento social que está sempre vulnerável às mudanças e aos agentes sociais do presente que as disputam e produzem. O poder está nas mãos de quem tem as condições de produzir o relato e a escrita. Entender a construção do passado faz com que se possa identificar as disputas e os embates e, assim, perceber como foram ou são produzidas as representações de um grupo.

Para Rodrigues e Machado (2017, p. 253), “[...] problematizar as fontes é trabalho compulsório”, desafio que está sempre em transformação na produção historiográfica, não há “passos fixos; o pesquisador trabalha em um campo de aproximação, distanciamentos e entrelaçamentos”. Em cada nova pesquisa, é produzida uma nova problemática.

Nesta pesquisa serão apresentados a descrição e os resultados do estudo em quatro seções, sendo a primeira a **introdução**. A segunda seção tem como título **Educação no Paraná e no município de Maringá na década de 1980: contextualização histórica**, a qual sistematiza o período histórico em destaque atentando-se às transformações educacionais no processo de redemocratização da sociedade brasileira. Objetiva-se conduzir o leitor ao panorama geral das mudanças efetivadas na época e dos contornos políticos da educação no Paraná diante da veiculação do novo ideal de educação e de como a Secretaria Municipal de Educação de Maringá atuou nas implementações das políticas de educação do Estado/município.

A terceira seção, denominada **Informativo Nosso Rumo: apresentação do suporte**, descreve de maneira analítica o informativo, considerado Imprensa Pedagógica. Também apresenta a formatação e a composição do impresso, as reflexões e as análises com base nos textos editoriais e os projetos educacionais idealizados pela secretaria e implementados nas escolas municipais, em destaque o Projeto Memória.

Por fim, a quarta seção, **Educação e Memória em Maringá, categoria analítica, Projeto Memória (1984 a 1987)**, analisa o objeto desta pesquisa, o Projeto Memória, com base no conteúdo veiculado no informativo *Nosso Rumo*, ao especificar as práticas pedagógicas descritas no impresso, os aspectos sociais na reconstrução e produção da memória e da história que se buscava

escrever, bem como a formação da identidade social que a Secretaria Municipal de Educação priorizou por intermédio dos procedimentos metodológicos, dos encaminhamentos e dos objetivos que buscavam constituir um novo modelo de educação para a escola maringaense.

2 EDUCAÇÃO NO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ NA DÉCADA DE 1980: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Esta seção buscou demonstrar ao leitor o panorama de mudanças efetivadas e os contornos políticos efetivados no campo da educação no Paraná. O texto destacou a veiculação do novo ideal de educação e de como a Secretaria Municipal de Educação de Maringá atuou nas implementações das novas políticas educacionais do Estado/município na década de 1980.

A pesquisa compreende que conhecer os aspectos sociais, representativos em uma sociedade, favorece ao pesquisador que terá uma visão geral dos diversos movimentos constituídos, apropriados e institucionalizados, distanciando-se de uma concepção de ensino fragmentado baseada em verdades únicas. A contextualização histórica assegura um panorama mais amplo sobre as temáticas produzidas na historiografia

Desse modo, a compreensão de uma época favorece o entendimento das relações estabelecidas entre o sujeito e a sociedade, pois possibilita, em partes, identificar o pensamento, os valores, as práticas cotidianas, as dinâmicas e as problemáticas sociais dos indivíduos em um período histórico. A contextualização histórica auxilia a construção de novas percepções e ideias e no modo de perceber as relações humanas, as representações e as apropriações de determinado grupo.

Em resumo, a contextualização histórica resulta na compreensão e na valorização da consciência histórica, sendo fundamental explicitar os motivos e as características precedentes dos aspectos e das transformações da sociedade, contribuindo para construir um caminho lógico no desenvolvimento e nas análises de um respectivo evento, fato e/ou ação.

2.1 A redemocratização da nação e possíveis relações com a educação

A Ditadura Militar, instaurada após o golpe político de 1964, estabeleceu-se como um regime autoritário e disciplinador, todos os Estados estavam sob o domínio do governo militar, formado por funcionários, técnicos, políticos

autoritários e corruptos, ou simplesmente cooptados. Diante disso, a representação era destinada a legitimar a dominação (CUNHA, 2001).

Esse cenário político começou ser transformado no ano de 1979, quando houve uma abertura política que apresentava uma nova reivindicação social baseada no estabelecimento de um governo democrático¹². A pauta seguia algumas demandas, entre elas: a efetivação de eleições diretas para governadores; a organização de movimentos sociais na luta por direitos sociais e humanos e pela democratização das instituições; o respeito e a valorização na atuação civil. Era uma nova ressignificação à política brasileira.

Para Rodrigues (2012, p. 30), o anseio era por “[...] uma possibilidade de diálogo entre o Executivo e o Legislativo e deles com os movimentos sociais”, uma busca que se caracterizava com base em de novos contornos na atuação política. A reivindicação não se limitava apenas ao modo de fazer política, ou seja, as esferas econômica, educacional e social também almejavam efetivar uma nova forma de atuação, voltada às práticas democráticas de maior acessibilidade e atuação dos cidadãos.

Segundo Germano (2008), com a crise do regime militar após 1970, a sociedade civil se fortaleceu e passou a organizar movimentos sociais urbanos e rurais, os sindicalistas e as mobilizações no espaço político passaram a ganhar força. No intuito de acalmar os ânimos da população, os militares elaboraram programas e planos educacionais que proclamavam a “[...] redemocratização política, a participação popular nas instâncias de governo e a redistribuição de renda no país” (GERMANO, 2008 p. 330). O Brasil, na década de 1980, enfrentava uma significativa crise econômica, uma nação com uma alta dívida externa sem fôlego de mudança e um governo enfraquecido com a pressão da crise.

A educação, nesse período, era utilizada pela ditadura militar como uma estratégia de hegemonia, propagava seus ideais e buscava apoio em todos os setores da sociedade por meio da atuação escolar. Além disso, o governo militar restringia o desenvolvimento da educação e controlava o acesso ao ensino pelas camadas populares. Baczinski (2011, p. 18) destaca que o regime militar se

¹² Democracia é o regime no qual existe um “[...] conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados” (CUNHA, 2001 p 20).

configurou como um movimento político violento, antidemocrático não apenas nas ações do setor político do governo, mas agiu fortemente quando inibiu o desenvolvimento cultural e a construção do pensamento crítico nas escolas e universidades.

Essa conjuntura prejudicou significativamente o desenvolvimento das pesquisas e a democratização da educação. Os brasileiros encontravam-se sem acesso à cultura elaborada e aos conhecimentos científicos estruturados. As verbas para a educação eram insuficientes, o empresariado considerava a escola uma “instituição parasitária”, que gerava despesas, sendo necessário limitá-la.

O governo buscava consolidar a desobrigação gradativa do Estado com o ensino público, investia em propagandas e apoio à privatização da educação, autorizava a isenção de impostos e condicionava a oferta de bolsas de estudo e/ou o repasse de verbas para as instituições educacionais do setor privado, “[...] no mesmo período em que a economia brasileira expandia-se notavelmente, diminuía-se os recursos à rede pública de ensino e aumentava respectivamente as possibilidades de crescimento das empresas educacionais (BACZINSKI, 2011, p. 21).

Para a autora, o Brasil na década de 1980, ansiava pelo processo de redemocratização no âmbito da modernização e buscou no modelo capitalista dos países desenvolvidos consolidar a democracia no país. Os princípios neoliberais abrangeram os níveis econômico, político, ideológico, cultural e educacional, esferas que propiciavam à sociedade um sentimento de apropriação dos novos ideais que a democracia consolidaria, isto é, buscava-se efetivar uma dinâmica de governo em que se articulassem os interesses de toda população, não apenas de grupos específicos.

De acordo com Saviani (2013, p. 402), a década de 1980, foi uma das épocas de transformações mais fecundas da organização educacional, na medida em que possibilitou a criação de instituições e entidades¹³ de atuações e a constituição de associações que, posteriormente, transformaram-se em

¹³ O final da década de 1970 e o início da década de 1980 propiciaram a articulação e a criação de entidades educacionais, entre elas a Associação Nacional de Educação (ANDE), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes),

sindicados com atuação docente em vários níveis educacionais e diversas habilidades pedagógicas. Para o autor esses movimentos possibilitaram que os governos de oposição ao regime militar, em âmbito estadual, planejassem medidas de política educacional de interesse popular.

Cunha (2001, p. 233), relata que as propostas educacionais do governo na década de 1980, eram heterogêneas de “[...] formulações gerais e também específicas”, defendia a ideia que a escola deveria ser libertária, previa que os grupos sociais deveriam ser organizados e responsáveis pelos resultados de suas ações e decisões, estimulava a criação da comunidade escolar, a fim de que pais, alunos e professores tivessem participação nos direcionamentos oficiais da educação. Os educadores mobilizaram debates e colaboraram com a produção de políticas públicas educacionais que priorizavam os interesses da população e a conscientização dos educadores sobre a importância de instituir uma educação pública, obrigatória, democrática, gratuita e universal.

Havia reivindicações para que houvesse eleições diretas para os diretores das escolas em todos os níveis de ensino, qualificação para os professores, reforma administrativa, incentivo e investimentos ao ensino pré-escolar, praticamente não existente na rede estadual. A demanda baseava-se na reformulação da educação, um ensino que garantisse a formação integral do sujeito com base nos aspectos pedagógicos democráticos. A escola deveria ter compromisso político na efetivação das práticas pedagógicas e no processo de democratização em defesa aos direitos civis e da cidadania.

Dentre os elementos marcantes na constituição do campo educacional estão as entidades de professores criadas ou reorientadas na luta contra a ditadura militar, que chegaram a montar verdadeiros sistemas sindicais, indutores e produtores das greves de categorias desde o ano de 1978 (CUNHA, 2001, p. 73). A atuação de toda comunidade educacional propiciou maior visibilidade aos interesses da população e dos agentes educacionais frente a participação no planejamento e na execução de atividades socioeducativas. O momento histórico promoveu processos de descentralização, criação de políticas públicas, elaboração do planejamento participativo, assim como abertura política e educacional, asseguradas e efetivamente consolidadas.

2.2. Os contornos políticos da Educação no Paraná: veiculação de um novo ideal

No Estado do Paraná, em 1983, o governador José Richa¹⁴ (PMDB), eleito pelo pleito eleitoral de 1982, por meio do voto direto e secreto, sua proposta de governo configurava-se por intermédio de uma política participativa, democrática e descentralizada “[...] envolvendo todos os seguimentos da sociedade, com o objetivo de atender as reclamações do povo em geral, dentro das possibilidades orçamentárias do Estado”, conforme defende Camargo (2006, p. 179). De acordo com o autor, o governo investiu na expansão do ensino público, construiu 3.918 salas de aula e 1.082 prédios escolares em todo Paraná.

Para os professores, estabeleceu em torno de 70 mil promoções funcionais e aumentou o salário, resultando em três salários mínimos, atitude que culminou na equiparação salarial da categoria. O governador promoveu uma política democrática nas escolas, viabilizou eleições diretas para a escolha dos diretores com a participação da comunidade, por meio do voto direto e secreto. Cunha (2001, p. 233) relata que as propostas educacionais no governo José Richa apresentavam formulações e projetos específicos, dentre suas metas objetivava que a escola deveria ser direcionada com base em uma educação libertária, que os movimentos e os grupos sociais fossem estimulados a estabelecer seus próprios destinos, que fossem capazes de construir meios e dispositivos de comunicação e acesso entre os pais, estudantes, professores e com a comunidade de modo geral.

Esse governo afirmava que a educação deveria ser gestada de forma participativa, cooperativa e sistêmica, “[...] democratização do poder pela participação da comunidade” (CUNHA, 2001, p. 235).

¹⁴ Nas eleições de 1982, José Richa foi eleito governador do Paraná. No mandato, desenvolveu projetos sociais, engajando-se também na campanha das eleições Diretas Já para a Presidência da República. No início de maio de 1986, afastou-se do governo paranaense para candidatar-se a uma vaga no Senado Federal. Eleito pela segunda vez, deixou o PMDB em 1988 para ser um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 1990, concorreu ao governo do Paraná, ficando em 3º lugar. Richa cumpriu mandato no Senado até 1995, quando voltou a dedicar-se às atividades empresariais.

A primeira iniciativa do governo foi reestabelecer o compromisso político na ação pedagógica, priorizou reflexões sobre questões inerentes à sociedade relacionadas às condições de vida da população e aos problemas educacionais e sociais. A proposta consistia em criar uma nova política educacional, um ensino público de qualidade com políticas de acesso e permanência de todos os alunos na escola. Segundo Cunha (2001, p. 234), “[...] a importância da qualidade do ensino estava no fato de que a educação, quando conseguida por todos, alteraria a estrutura da sociedade”, compreendia que o acesso à educação possibilitaria ao povo condições por meio de conhecimentos científicos de agir conscientemente e transformar sua realidade.

De acordo com os estudos de Baczinski (2011, p. 34), no primeiro ano do governo de José Richa, a Secretaria de Educação do Estado (SEED) entregou um documento intitulado “Esperança e Mudança¹⁵”, norteador para a produção de políticas educacionais que visava qualidade do ensino nas escolas públicas e resgate do compromisso político-democrático nas práticas pedagógicas, fundamentadas na pedagogia histórico-crítica¹⁶.

A participação popular nas escolas no processo de implantação dos Núcleos Regionais de Educação tinha o objetivo de estabelecer a descentralização administrativa, uma nova política educacional para o estado do Paraná.

Cunha (2001) relata que a SEED/PR desenvolveu ações e promoveu melhorias na eleição dos conteúdos do currículo, começou a produzir materiais

¹⁵ O documento norteador, intitulado “Esperança e Mudança”, elaborado pelo governo José Richa, foi publicado como uma pretensa proposta para o governo do Brasil. Partia do pressuposto de que o Brasil, desde os anos 1930, não sofria uma crise econômica e social tão profunda. A mais grave crise política da história do país, essa afirmação interpretativa figurou como constatação para justificar a proposição de um divórcio entre a sociedade e o Estado. Havia ausência de confiança, o que se impunha pela presença de um Estado autoritário. O documento propunha “um instrumento para um novo Brasil democrático”, merecedor da necessária representatividade política, ausente nos governos formados pelo colégio eleitoral. Vislumbrava-se a criação de um berço para o nascimento da democracia no Brasil, que se daria por meio da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (RODRIGUES, 2012, p. 36).

¹⁶ A pedagogia histórico-crítica é tributária da concepção dialética, fundamentada nas teorias do materialismo histórico e da psicologia histórico-cultural, elaborado pelo intelectual Vygotsky. De acordo com Saviani (2012), a pedagogia histórico-crítica compreende que a educação é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Esta teoria entende que o professor deve articular no processo de ensino-aprendizagem o conhecimento produzido pela sociedade científica com os saberes prévios das crianças, valorizando seu conhecimento e sua visão global de mundo, ou seja, atentar-se ao contexto social que o aluno está inserido fortalece a assimilação de conteúdos mais elaborados.

didáticos pedagógicos estruturados, com textos que apresentavam a realidade social, cultural, econômica e política, assim, priorizou o contexto de vida dos alunos. Um trabalho sistematizado que abrangeu conhecimento científico, formações e cursos para a equipe docente e profissionais da educação. Cunha (2001, p. 239) relata que o governo passou a estimular nas escolas atividades voltadas ao “[...] teatro, artesanato, memória oral e documentação”, valorização e comprometimento com a realidade sociocultural das crianças.

A finalidade da escola seria uma educação para a subsistência, liberdade, comunicação e transformação. Foram especificadas estratégias para a ação educacional: democratização do poder na administração do ensino; aperfeiçoamento sistêmico de recursos humanos; reestruturação do currículo escolar; valorização das manifestações culturais da comunidade; dinamização da estrutura administrativa; valorização do educador; cooperação com outros órgãos governamentais e acadêmicos (CUNHA, 2001).

Na avaliação de Cunha (2001, p. 255), na gestão de Richa (1983 -1987), o principal objetivo foi a politização do discurso pedagógico e da gestão educacional, principalmente nos esforços para a qualificação, capacitação e encontro de professores, funcionários, pais, alunos e eleição de diretores.

O processo de redemocratização no Brasil foi aceito até mesmo pelo governo militar, segundo Rodrigues (2012, p. 32). O então presidente brasileiro, membro do regime militar, General João Batista Figueiredo, afirmava que a transição do regime militar para o regime democrático deveria ocorrer de “[...] forma lenta, gradual e segura”, uma mudança controlada.

De acordo com Rodrigues (2012, p. 35), o Brasil caminhava para novos caminhos, um processo de transição que políticos, governo e sociedade passavam a reconhecer. Segundo a autora, “[...] o universo brasileiro e mais especificamente o paranaense, moviam-se em direção a uma posição de caráter salvacionista e o discurso pedagógico era o meio estratégico para a salvação”. A educação foi considerada como aquela que iria mudar o direcionamento seguido pela nação brasileira.

Segundo Cunha (2001, p. 25), o intuito era estabelecer um novo pacto político que estabelecesse a reconciliação entre sociedade e Estado, entre o povo e o governo. A educação, reconhecida como instrumento fundamental para todos, as universidades e as pesquisas deveriam ser fortalecidas, ter autonomia

e apoio do governo diante do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural. Rodrigues (2012, p. 39) afirma,

[...] saúde, educação, previdência social, seguro-desemprego figuravam como elementos de um discurso aceito e reproduzido por todos, chegando a uma aparente homogeneidade de objetivos, como exigências mínimas de uma sociedade democrática. Defendia-se o fim da situação de descalabro em que se encontrava a vida social, política, econômica e educacional do país.

Para a autora, o fim do descalabro significava instituir ações que assegurasse ao povo viver em regime democrático, com participação em movimentos sociais. A sociedade brasileira almejava adquirir representatividade por meio do voto direto, bem como ter acesso aos direitos sociais básicos, exigências que uma sociedade democrática oferece aos seus cidadãos.

Tratando-se de educação, compreendia-se que as novas políticas públicas precisavam ser priorizadas, principalmente a fim de alcançar critérios de justiça e equidade social, uma forma de governo abrangente e sistemático, atendo aos direitos sociais e às principais necessidades dos indivíduos, não apenas de uma classe elitista. O objetivo do governo era que a escola deveria formar a criança com base em princípios, valores e conhecimento científico a fim de formá-la para o exercício da cidadania.

A pesquisa compreende que a educação foi uma das esferas sociais mais importantes para o governo, pois capacitaria intelectualmente os grupos sociais a exercer a cidadania. O ideal foi apoiado na transformação social que pregava a liberdade de expressão, os direitos sociais e civis e a possibilidade de atuar ativamente nos processos e nas tomadas de decisões, porém, para isso, o povo deveria estar qualificado, possuir conhecimento e clareza de seus direitos.

O objetivo era que o professor transmitisse aos alunos os conhecimentos clássicos, os saberes filosóficos, políticos e científicos, para que tivessem um ambiente propício e fecundo para a aprendizagem, com base nas vivências e nas experiências historicamente produzidas pelos indivíduos, priorizando o processo de humanização, de conscientização e a transformação da realidade. Dessa forma, a escola seria a mediadora no processo de transformação, enquanto o aluno seria o agente social que teria condições de estabelecer essas mudanças.

O arcabouço de medidas tomadas pelo governo do estado apoiava-se nos direcionamentos do governo nacional, que tinha a educação como pano de fundo diante da proposta de construção de uma nação democrática. Para Rodrigues (2012), o estado do Paraná atuou como propulsor do movimento de transição democrática. O ideário estava na esperança de construir um novo país, a educação foi vista como a esfera social que formaria o indivíduo para atuar democraticamente, pois exerceria de maneira consciente sua cidadania, auxiliando a construir um novo modelo de realidade. De acordo com Rodrigues (2012, p. 47) “[...] nova consciência, nova postura política, novos homens, nova república, nova sociedade, mais justa, mais comprometida com melhorias sociais, enfim, democrática”.

2.3 Maringá: uma cidade modelo e sua educação

Na década de 1980, a memória e a história apresentada na região estava sob o domínio dos relatos, textos e artigos produzidos pela Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná¹⁷, empresa privada colonizadora de Maringá que ditava as regras e condições de permanência dos indivíduos, além disso, possuía o apoio do Governo do Paraná, suporte para o execução do projeto da cidade, promovendo facilidades para a instalações de empresas e afirmando que a cidade era lucrativa para qualquer tipo de negócio.

De acordo com Cordovil (2010, p. 582), a cidade de Maringá foi previamente planejada e obedeceu às diretrizes de um plano urbanístico que

¹⁷ A Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná foi encarregada a promover a colonização no norte do Paraná, a partir da década de 1920. De acordo com Luz (1997, p. 37), a empresa se concentrou em três atividades principais: colonização, construção de estradas e implantação de núcleos urbanos. Além disso, trabalhou para a produção de energia elétrica e a montagem de fábricas de cimento e de açúcar, o que contribuiu para o progresso da região e obtenção de lucros. A Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná promoveu a venda das propriedades rurais que loteava, intensificava a propaganda por meio do rádio, televisão e cartazes sobre a fertilidade das terras para o plantio de café, algodão, cereais, entre outros. A empresa iniciou as vendas de lotes para a cidade de Maringá no ano de 1938 e instaurou em 1942 o pequeno povoado no local que hoje é denominado “Maringá Velho”, contudo foi oficialmente lançada em 10 de maio de 1947, após cuidadoso planejamento. Para Luz (1997), a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná garantiu liquidez do direito de propriedade sobre as terras adquiridas, dotou a região de infraestrutura de transporte para a penetração e escoamento da produção, assim como implantou núcleos urbanos que servissem para a comercialização, abastecimento e assistência aos agricultores. Essas ações e a boa qualidade da terra atraíram muitos compradores, a valorização e o custo benefício da compra era atraente para os pioneiros da cidade.

priorizou a preservação de áreas verdes e a vegetação nativa. Além disso, as ruas, praças e avenidas respeitaram as características topográficas da região. O autor destaca que o projeto da cidade foi vinculado à propaganda da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, apresentava técnicas urbanísticas modernas, aprovadas por arquitetos, urbanistas e engenheiros que seguiam as tendências mundiais de arquitetura.

De acordo com Cordovil (2010) a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, trabalhou para o desenvolvimento da cidade e ofereceu elementos estéticos modernos, uma cidade convidativa para morar e trabalhar, além de próspera para fazer negócios. Segundo Luz (1997, p. 115), as condições econômicas e as terras férteis no norte do Paraná contribuíram para o sucesso da companhia, pois garantia a chegada de pessoas dispostas a comprar, trabalhar e morar na estrutura oferecida na cidade maringense. Desse modo, dentre os motivos de êxodo na aquisição de terras de Maringá estão os esforços da iniciativa privada.

A Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná promoveu, portanto, uma cidade modelo, acolhedora e atraente para viver. Segundo Luz (1997), a companhia foi estratégica em suas ações, divulgou aspectos estruturais e lucrativos, a fim de angariar novos compradores de terras para a região maringense.

Campos (1999, p. 329), em seu estudo sobre a cidade Maringá, evidencia que a leitura oficial, que diz respeito à história da cidade até a década de 1980, era contada com base em uma versão, um olhar, uma única forma de relatar as memórias. Divulgava-se a história de uma “[...] cidade planejada, sem males, uma utopia que até hoje seduz os defensores do planejamento urbano” (CAMPOS, 1999 p. 329).

Para o Campos (1999), há uma discrepância em algumas informações subsidiadas pela companhia, por exemplo: mesmo com todo desenvolvimento apresentado pela empresa colonizadora, os moradores, vindos do campo e de outras regiões do Brasil, não possuíam qualificação para trabalhar nos ofícios que a cidade oferecia, especialmente nas áreas da indústria e do comércio. Desqualificados para o mercado de trabalho urbano, homens e mulheres pobres e com pouca escolarização contrastavam com o progresso de Maringá. Essa

situação resultou-se em marginalidade¹⁸ “[...] os marmanjos, vagabundos e vadios, ou seja, aqueles que não tinham trabalho, eram impossibilitados e habitar os espaços da malha urbana” (CAMPOS,1999, p. 321).

Para conter a proliferação dessa classe, os dirigentes da cidade instituíram métodos de disciplinarização e de moralização dos costumes, além de uma maior ação de censura e violência. Campos (1999) evidencia que os indivíduos eram desprovidos de características para o convívio social, como trabalhar, morar e cultivar o corpo e o espírito, segundo os bons costumes e padrões vigentes da época.

A educação na cidade era seletiva, a maioria dos filhos da classe trabalhadora não tinha acesso à escola ou não permaneciam nela, pois eram “eliminados”, especialmente aqueles com menor poder aquisitivo. A exclusão resultava na configuração social precária e violenta. Muitas famílias que chegavam à cidade não tinham acesso às condições básicas e mínimas de subsistência.

Em resumo, este estudo identificou que o crescimento da população sem trabalho da cidade, devido ao deslocamento das pessoas do campo para o meio urbano, gerou o aumento da criminalidade e insegurança. É importante salientar que toda a nação brasileira, entre as décadas de 1960 a 1980, estava sob o regime ditatorial com base na repressão e violência. Naquele momento, os dirigentes militares buscaram conter a marginalidade, os pensamentos e ideais contrários aos ditados pela ditadura militar

O governo militar, como afirmamos anteriormente, estabelecia dispositivos e padrões de controle social, econômico e político aos cidadãos. Foi gerada uma insegurança na população, pois o governo militar e partidos conservadores e autoritários asseguravam que havia uma ameaça de instaurar no país um governo comunista.

O medo e o fantasma do comunismo contribuíram para o estabelecimento de ações estratégicas, dentre elas: implantar um modelo de governo totalitário que mobilizava a sociedade civil de cima para baixo, estabelecendo na nação

¹⁸ Conceito de Marginal: Segundo Campos (1999, p.321) é o que busca imprimir as vivências de indivíduos em suas diversas formas de exploração, dominação e exclusão. Que evidencia a ruptura da relação ao corpo social, mas que não deixa de considerar a pessoa que encontra-se fora de uma determinada lei ou regra, portanto vive fora da sociedade mais geral.

uma organicidade social obediente e controlada. Os métodos utilizados ditatoriais eram de caráter compulsório de contenção política, cultural e social.

Segundo Rodrigues (2012, p. 29), o objetivo era estabelecer “[...] estratégias e táticas que o medo, forma de governabilidade da população, fosse personificado como um saber de governo, um saber que antecedia todos os processos de bem-estar da população”. Nesse período, os direitos sociais e democráticos eram asfixiados pela violência e medo, sendo justificáveis no discurso da preservação da moral, dos aspectos cívicos e dos bons costumes. De acordo com a autora, o governo estruturava-se mediante eleições não diretas na instituição de cargos políticos nos estados e para a Presidência da República.

Nesse sentido, é possível perceber que o processo histórico de Maringá foi subordinado a um âmbito mais amplo que constitui a História da Educação no Brasil. Em 1980, com base nas diretrizes da educação nacional, a cidade iniciou o processo de nuclearização da rede municipal, em que foi estabelecida a reorganização das escolas rurais e urbanas, sob a responsabilidade do município. De acordo com Amaro e Rodrigues (1999), um dos principais projetos da nuclearização era resolver o problema de infraestrutura, conservação, manutenção e reformas nas escolas.

Algumas metas foram destacadas para a organização burocrática do ensino, como a elaboração do calendário escolar, o estabelecimento da carga horária diária de quatro horas, treinamento do corpo docente e técnico-administrativo, apoio educacional e organização direta e indireta nas escolas por intermédio da equipe de orientação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Em 1980, Maringá já possuía sete núcleos, cada um correspondia a uma escola com quatro ou mais salas de aula, além das salas da direção, supervisão, orientação e secretaria. Na época, as escolas também contavam com ambulatório odontológico.

Em relação à política em 1979, os representantes políticos do município, com a volta do pluripartidarismo¹⁹, começaram articular a criação de novos partidos, formados em âmbito nacional, exigência da nova legislação. De acordo

¹⁹ Pluripartidarismo, também conhecido como sistema pluripartidário ou multipartidário, é um sistema político no qual três ou mais partidos políticos podem assumir o controle de um governo, de maneira independente, ou em uma coalizão.

com Alcântara (1999), os integrantes da antiga ARENA, partido que apoiava o regime militar, criaram o PDS (Partido Democrático Social), contudo, com a decadência do modelo de regime ditatorial, muitos políticos arenistas não se filiaram ao novo partido, ao contrário, passaram a militar em outros partidos. Segundo o autor, o governo militar estava desacreditado e em processo de esvaziamento.

O partido do PMDB, antigo MDB, estava em crescimento no Brasil. Em Maringá, possuía uma liderança e posição destacada, um partido forte que recebia muitos políticos vindos da extinta ARENA, como foi o caso de Said Ferreira, político de destaque na cidade que concorreu pela primeira vez à prefeitura de Maringá no ano de 1976. As eleições de 1982 ocorreram com base em dois partidos o PMDB e o PDS, uma configuração bipartidária. Desse modo, mesmo “[...] com a extinção do bipartidarismo em 1979, as primeiras eleições, na cidade de Maringá, pluripartidaristas tiveram conotação bipartidária” (ALCÂNTARA, 1999, p. 269).

Amaro e Rodrigues (1999, p. 383) explicitam que a equipe que assumiu a Secretaria Municipal de Educação, em 1983, encontrou uma “infraestrutura propícia às novas reivindicações para o ensino, especialmente quanto ao direito de escolarização e à permanência da população em idade escolar”. Para os autores, “[...] implementar as melhorias no nível de qualidade do ensino e permanência se tornou a meta principal”, assim como os direcionamentos de novas práticas e políticas pedagógicas.

A preocupação foi elaborar projetos de acesso à escolarização, assegurar a todas as crianças o direito de frequentar e permanecer nas escolas. Uma das ações da secretaria foi instituir reuniões mensais e quinzenais na rede municipal, priorizando treinamentos para os professores atuarem em sala de aula. Os professores eram assessorados por área de atuação, orientados em grupos acerca da elaboração dos planejamentos e dos conteúdos que seriam ensinados em sala de aula (AMARO; RODRIGUES, 1999, p. 383).

É importante ressaltar que a Secretaria Municipal de Educação de Maringá atendia aos primeiros níveis da educação básica, desde a pré-escola até as 8^a séries²⁰, além das coordenações de núcleo comum de todo sistema

²⁰ No ano de 2005, foi aprovada uma lei pelo Congresso, sancionada pelo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a qual prevê que a criança com seis anos deve estar no primeiro ano

municipal de ensino. Os encontros traçavam as diretrizes e os planejamentos pedagógicos que deveriam ser desenvolvidos nas escolas. Outra ação instituída pela secretaria foi a contratação de professores com a carga horária semanal de 25 horas, entretanto em um dia na semana não lhes eram atribuídas aulas, o tempo era destinado à elaboração de planejamento, às reuniões e aos cursos pedagógicos. Estratégias que possibilitavam o profissional da educação ser assertivo em sua atuação no processo de democratização. Foram estabelecidos novos caminhos e encaminhamentos pedagógicos. De acordo com Saviani (2008) a mudança deveria estar alinhada à universalidade do ensino, especialmente às classes populares. Segundo o autor;

Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade por meio da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino de melhor qualidade possível nas condições históricas (SAVIANI, 2008, p. 31).

Para o Saviani (2008), o governo veiculou um novo modelo de educação compensatória, uma interpretação de ensino baseada na equalização social²¹. Uma educação com base em princípios democráticos, que atenda às manifestações da prática social e dos interesses de todos, uma escola que promovesse a circulação de propostas e ideais para toda sociedade. Uma educação específica que operava para atingir fins políticos e sociais em âmbito mais amplo.

Assim, a educação de Maringá estava alinhada as orientações e diretrizes do Estado do Paraná na década de 1980. As propostas e as demandas por uma educação democrática, as mudanças propostas pelo governo são evidenciadas no informativo *Nosso Rumo* e serão apresentadas detalhadamente na terceira seção deste trabalho.

do Ensino Fundamental, e não mais na Educação Infantil. A duração obrigatória do Ensino Fundamental também foi ampliada de oito para nove anos pelo Projeto de Lei nº 3.675/04, transformado na Lei Ordinária nº 11274/2006, passando a abranger a Classe de Alfabetização (fase anterior a 1ª série, com matrícula obrigatória aos seis anos) que, até então, não fazia parte do ciclo obrigatório (a alfabetização na rede pública e em parte da rede particular era realizada normalmente na 1ª série). A lei posterior, nº 11.114/05, ainda deu prazo até 2010 para estados e municípios se adaptarem. A nomenclatura dessa etapa escola também foi alterada, por exemplo: classe de alfabetização = 1º ano, 1ª série = 2º ano, 2ª série = 3º ano, 3ª série = 4º ano, 4ª série = 5º ano e assim continuamente.

²¹ Nesse contexto, equalizar significa uniformizar, tornar igual.

A Secretaria Municipal de Educação em Maringá trabalhou para que o projeto estadual de educação fosse executado, planejou e estabeleceu estratégias, uma delas foi a criação e veiculação do informativo *Nosso Rumo*, impresso pedagógico utilizado para divulgar um novo modelo de ensino que estava sendo proposto e almejado.

3 O IMPRESSO: APRESENTAÇÃO DO SUPORTE

O informativo *Nosso Rumo* foi publicado pela primeira vez entre junho/julho de 1984, na gestão do prefeito Said Felício Ferreira, médico e empresário rural do setor frigorífico, eleito no ano de 1983 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)²². O impresso foi uma iniciativa promovida pelo órgão oficial do município, a fim de veicular as propostas e os ideais da nova equipe da Secretaria Municipal de Educação de Maringá, norteadora dos saberes e das práticas educacionais para as escolas municipais.

A pesquisa averiguou que, ao longo das edições, o impresso não seguia uma padronização determinada, nem quantidade definida de publicações anuais. O recorte temporal eleito para este estudo, de 1984 a 1987, mostra que foram produzidas e postas em circulação cinco edições no ano 1984; oito edições no ano de 1985, oito edições no ano de 1986 e sete edições em 1987, tendo sua última publicação no mês de outubro.

As publicações somam 28 edições, as quais tinham como público-alvo a comunidade educacional, professores, pais e alunos. Favorecia a comunicação, o estreitamento e a aproximação de seu público, bem como a divulgação das propostas do novo governo municipal.

As propostas eram veiculadas e distribuídas gratuitamente às escolas municipais de Maringá, Iguatemi e Floriano, porém sem registro de tiragem, sob a supervisão da professora e secretária municipal de educação, Cláudia Nierro, e dirigido pela professora Lucilla Maria Simas.

O impresso *Nosso Rumo* delimitava e dividia as suas edições em alguns aspectos como: textos editoriais, divisão por seções que separam os conteúdos ideológicos e metodológicos, as notícias e as práticas pedagógicas desenvolvidas por professores e alunos, apresentação e os projetos idealizados pela secretaria e desenvolvidos nas escolas municipais. De acordo com Rodrigues (2010, p. 313), “[...] a imprensa é um meio para apreender a multiplicidade do campo educacional porque revela as múltiplas facetas dos

²² O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) é o partido político do Brasil com o maior número de filiados, prefeitos, governadores, deputados e vereadores. De orientação política centrista, o partido foi fundado em 1980, sendo sucessor do Movimento Democrático Brasileiro, legenda de oposição ao Regime Militar de 1964.

processos educativos”. Com base na análise da autora, foi possível identificar tais características nas publicações do informativo.

O impresso disponibilizava informações sobre assuntos relacionados ao entretenimento local da cidade, atividades culturais, casamentos e nascimento de crianças de funcionários e professores do departamento de educação, dicas de culinária e receitas e as viagens de professores com fins profissionais. O impresso pedagógico viabilizava ao público educacional informações sobre as práticas escolares, evidenciava a nova concepção de ensino que estava sendo almejada e difundida nacionalmente, assim como especificava os aspectos e as propostas democráticas que a comunidade escolar deveria efetivar.

3.1 O Informativo, um impresso pedagógico

A Imprensa Pedagógica pede que a tomemos em seus princípios, como aquela que veicula interesses de uma pessoa, uma instituição ou um grupo de pessoas com objetivo de que sua mensagem seja incorporada. A Imprensa Pedagógica não divulga informações de forma imparcial, neutra, ao contrário, divulga inspirações, concepções políticas, ideológicas, apresenta necessidades e objetivos específicos do grupo que propõem sua editoração, publicação (RODRIGUES, 2010, p. 314).

Utilizada de forma assertiva para os fins educacionais, a imprensa pedagógica possui interesse efetivo na veiculação e implementação dos ideais e dos objetivos do grupo que a veicula. O informativo *Nosso Rumo* era apresentado aos leitores como um guia de informações referentes aos aspectos gerais desenvolvidos pelo sistema de ensino de Maringá, um instrumento com objetivo e público alvo educacional “[...] estamos iniciando com esse folheto um novo caminho para a comunicação, divulgação e discussão do que acontece com a educação municipal em Maringá” (NOSSO RUMO, 1984a, p. 1).

A primeira edição do impresso destaca que ele seria um meio de luta, de discussão dos educadores sobre a educação em todas as esferas da sociedade, apresentaria informações sobre concepções educacionais, projetos e propostas, bem como a qualidade do ensino nas escolas municipais. A primeira edição destaca que o impresso era um “[...] pequenino, modesto e despretensioso

“jornal” da Secretaria Municipal de Educação. Pretendemos melhorar, ampliar e aperfeiçoar, para que, realmente, esta sementinha, agora lançada, possa crescer e frutificar” (NOSSO RUMO, 1984a, p. 1).

De acordo com Catani e Bastos (1997, p. 25), acompanhar o ciclo de atuação de um impresso pedagógico permite ao pesquisador conhecer as lutas por legitimidade que ocorrem no campo educacional ao analisar a participação, a forma de organização do sistema de ensino, a elaboração dos discursos e o objetivo que possuem ao instaurar práticas exemplares, produzidos por um grupo de indivíduos que pensa e produz o impresso.

Por meio do informativo, a Secretaria Municipal de Educação estabeleceu um contato direto com a comunidade escolar, destacando que “[...] a educação municipal na esfera de sua competência e consciente do seu papel político técnico pedagógico luta para garantir à sua clientela e à comunidade os espaços culturais e educacionais a que têm direito” (NOSSO RUMO, 1984d, p. 1).

A secretaria propunha que a escola deveria ser vista por um viés mais amplo e reflexivo, um espaço que valorizasse o professor, o educando, a cultura e os processos de formação humana, como as famílias e a comunidade local, percepções que estavam em consonância com os interesses em âmbito estadual. De acordo com Rodrigues (2012, p. 121), a escola foi “[...] entendida como um organismo de mudança social, por isso, precisava formar cidadãos” comprometidos com a construção contínua da sociedade que buscava se democratizar.

Em 14 edições do impresso (1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 14, 15, 18, 19, 22 e 28), foi possível identificar que os textos editoriais faziam reflexão sobre a importância dos docentes conscientizarem os alunos sobre a cultura e o contexto social que estavam inseridos, assim como viabilizar um local propício aos debates e as reflexões políticas, sociais e econômicas que abrangessem a comunidade educacional e a sociedade civil. Buscava-se assegurar um espaço político à escola e ao professor viabilizando a luta por uma educação de qualidade: “[...] é necessário que nós professores, discutamos e reflitamos: os objetivos da educação, a qualidade do ensino que se põe, um conteúdo mais real, menos superficial” (NOSSO RUMO, 1984a, p. 1).

De acordo com Rodrigues (2012, p. 79), a Secretaria de Educação do Paraná, por meio do seu Projeto Político Pedagógico, afirmava que era preciso

propiciar a “[...] participação consciente, livre, crítica e profundo”, a fim de despertar professores, alunos e comunidade para “pensar e agir sobre a sua realidade”. A autora afirma, ainda, que a Secretaria de Educação do Paraná considerava que o papel da escola era político, voltado para a formação do cidadão consciente de seus atos.

Desse modo, os professores eram instruídos a executar práticas pedagógicas baseadas no compromisso político de orientar a aprendizagem e a ação dos alunos e professores. Rodrigues (2012, p. 56) explicita que se “[...] intentava o fortalecimento da construção democrática por meio das ações educativas que punham a circular um discurso de valorização de termos como cidadania e liberdade”. A Secretaria de Educação do Paraná tinha como discurso o ensino para a vida, uma educação democrática que deveria ser seguida por todos os municípios do Estado, de acesso universal com explanação de conteúdos básicos que garantissem a qualidade do ensino. O slogan do estado era “Ensino público e gratuito: direito de todos, dever do Estado” (RODRIGUES, 2012, p. 56).

O impresso *Nosso Rumo* (1986a, p. 1), destacou que a escolarização básica constituía em instrumento para a construção da sociedade democrática, pois uma de suas funções é transmitir o conhecimento científico sistematizado, indispensável à formação e atuação do indivíduo na sociedade. O impresso destaca que a educação deveria ser um dos meios para estabelecer por “[...] excelência a formação da cidadania”, com objetivo maior na política educacional e na efetiva universalização de uma escola básica, unitária e nacional, pois “[...] só essa escola será democrática no sentido mais generoso da expressão, porque garantirá a todos uma base comum de conhecimento e habilidades” (NOSSO RUMO, 1986a, p. 1). Essas concepções passaram a gerir a comunidade educacional e sociedade civil, favorecendo a compreensão e assegurando à escola ser um espaço político.

Desse modo, o impresso pedagógico enquanto objeto de poder, passou a ser utilizado como um dos meios de modificação, utilizava de estratégias para estabelecer mudanças na área educacional. A Secretaria Municipal de Educação compreendeu que o impresso poderia regular, moldar e divulgar um novo modelo educacional voltado à formação e às práticas pedagógicas docente. Nesse sentido, esta pesquisa compreende que o impresso pedagógico foi um

importante recurso para entender as transformações educacionais, um canal mediador que destacava as posições e as perspectivas sociais, políticas, econômicas e educacionais do órgão oficial do governo vigente.

3.2 A formatação e a composição

Um texto só existe quando tem um suporte para materializar a veiculação de informações, que delimita os conteúdos, os objetivos e as intencionalidades de sua produção. Chartier (1994, p. 191) assegura que o leitor precisa conquistar a “liberdade em manusear um livro, revista e/ou impresso e compreender as suas distintas características”. Para o autor, os suportes têm particularidades e objetivos diferentes. Sendo assim, o leitor deve conhecer e dominar as diferentes estruturas utilizadas para comunicar-se ao leitor.

Analisar a materialidade do suporte é aspecto fundamental para interpretação de impressos, periódicos ou jornais. Chartier (1995, p. 200) afirma que é necessário compreender que “[...] nenhum texto existe fora de seu suporte que lhe confere legibilidade”. O entendimento de um impresso se dá por meio do reconhecimento da forma que o texto chega até o leitor, uma vez que o texto e o suporte são produzidos de forma intencional.

De acordo com Martinez (2009, p. 59), a “[...] materialidade das fontes tem papel social, suas linguagens, discursos apropriados, modalidades de argumentação diferentes entre si e critérios de organização específicos”. A autora destaca que cada recurso impresso apresenta “códigos” diferentes e são essas especificidades que auxiliam o leitor a identificar seu objetivo. Tais recursos são utilizados principalmente como formadores de opinião, uma vez que privilegia prioridades de grupos específicos que representam, interesses que abrangem a esfera política, econômica, religiosa, entre outras.

Martinez (2009) explicita que a materialidade é tão importante quanto a escrita, pois possibilita ao historiador debruçar-se em aspectos estéticos e materiais esclarecedores na análise da fonte. A constituição da fonte, nessa perspectiva, deve ser considerada integrada às práticas sociais e ao modo de vida do grupo que a produziu e buscou, por intermédio do suporte, registrar as propostas e os ideais de um momento histórico.

A descrição detalhada das características visíveis e palpáveis da fonte, nesta pesquisa, o impresso pedagógico, tem o intuito de fornecer detalhes que contribuem na mesma relevância que a mensagem escrita, frente ao processo de investigação. Desse modo, o impresso não se limita ao objetivo de informar, sua constituição e características priorizavam as ideias e os interesses de grupos específicos que podem ser políticos, educacionais, econômicos, religiosos ou culturais, determinando uma ideia ou opinião.

Em relação ao informativo *Nosso Rumo*, as publicações ocorreram de forma sistematizada, sendo impresso em folha A3, gramatura 115, redigidos em máquina de datilografia e reproduzidos por mimeógrafos²³ ou xerografias, sem registro de tiragem.

Nas primeiras quatro edições, os textos eram esteticamente expostos em duas colunas, delimitadas por uma margem vertical e outras na horizontal, sem simetria, as quais separavam as seções temáticas, por exemplo: projetos, notícias, textos e reflexões. Nas demais, há exemplares divididos em duas colunas, contudo têm textos que estão expostos em linha, sem limitações. As edições contavam com no mínimo duas e máximo quatro laudas, nas quais eram divulgados os textos editoriais, os projetos, as notícias etc.

Outro aspecto relevante é que as primeiras edições se encontram manchadas no arquivo do Patrimônio Histórico de Maringá, isso se deve, provavelmente, ao fato de serem publicações mimeografadas.

Nas publicações, foi possível observar marcações produzidas em uma sequência numérica estratégica, realizada no processo de catalogação, método que era utilizado pelos historiadores para arquivar documentos que pudessem ser monitorados e encontrados com agilidade e segurança.

²³ **Mimeógrafo** instrumento utilizado para fazer cópias de papel escrito em grande escala. Utiliza na reprodução um tipo de papel chamado estêncil. Foi um dos primeiros sistemas de cópias em série utilizados no ensino.

18.1
6

Nosso Rumo

INFORMATIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANO I - Nº 5 - MARÇO / 1985 Professora Lucilla Maria Simas de Assis

DEMOCRATIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

A democratização não pode ser somente chavão, modismo ou palavra de efeito para satisfação do momento brasileiro.

É necessário em todas as instituições alargar terrenos à vivência democrática.

Este início de ano para professores, técnicos e pais que trabalham nas Escolas Municipais e Secretaria de Educação, o planejamento escolar participativo foi uma realidade.

Foi encadeado todo um processo de tomada de decisões em conjunto para elaboração do planejamento pedagógico e da escola. Trabalho iniciado no final do ano de 1984 com avaliações realizadas por professores e técnicos e culminando em 1985 com várias reuniões para debates, para reprogramação dos objetivos, organização concreta da ação.

É fundamental neste processo de democratização escolar que alunos e pais venham a ter amplas as oportunidades de participação, fortalecendo nossos laços de convivência solidária e co-responsável, numa educação que "promova" a quem dela participa.

Vara Lúcia Dias de Freitas.

NOTÍCIAS NOSSAS

REUNIÕES

As professoras das Pré-Escolas Municipais reuniram-se todos os meses para discutirem e questionarem o trabalho desenvolvido. No dia 31 de março p.p. estiveram reunidas aproximadamente 40 professoras para uma avaliação do trabalho deste início de ano, principalmente no que se refere a algumas técnicas de Pedagogia Freinet que estão sendo introduzidas nas classes de Pré-Escola. Considera-se importante e necessário o trabalho de repensar a prática docente de forma coletiva uma vez que permite a troca de experiências, a ajuda mútua e a oportunidade da busca de soluções para os problemas vividos no cotidiano escolar.

"HISTÓRIAS DA TERRA DO CHÃO VERMELHO"

É o nome da nova produção do Grupo "Chão Vermelho" (Itaórcio, Miriam e Vera) a ser apresentada brevemente nas Escolas Municipais.

OFICINA DE ELETRICIDADE

Além das oficinas de marcenaria, sapataria e do trabalho das granjas iniciou-se o ano letivo 1985 com mais um núcleo de aprendizado e iniciação para o trabalho. Trata-se da Oficina de eletricidade instalada e já funcionando na Escola Victor Belotti atendendo inicialmente 22 alunos.

RESULTADOS DO PROLONGAMENTO DO CALEÁRIO ESCOLAR

100% dos alunos participantes do Prolongamento foram aprovados: 295; reprovados: 42; infrequêntes, transferidos, desistentes: 24. Por série, foi o seguinte o resultado.

	aprovado	reprovado	infrequente
1a. série	50	11	07
2a. série	59	14	03
3a. série	47	04	04
4a. série	32	-	05
5a. série	67	13	05
TOTAL.....	295	42	24

Para nós que lutamos por uma Escola democrática, por uma Escola que "arresta" no aluno, por uma Escola que pretenda efetivamente diminuir a evasão e repetência é motivo de alegria e constatação do percentual de 82% de aprovados confirmando o sucesso do projeto Prolongamento.

CORRESPONDÊNCIA INTERESCOLAR

Em resposta aos cursos de aperfeiçoamento e atualização da Língua Portuguesa que a Secretaria de Educação promove para os professores, as Escolas Machado de Assis e João Gentilin vêm mantendo com dinamismo a correspondência interescolar entre seus alunos de 6a. e 7a. séries. As crianças enchem suas novidades do dia-a-dia, conseguem expressar-se com naturalidade e ficam motivadas e ansiosas à espera das respostas de seus correspondentes.

CÊNCIAS

As aulas de Ciências nas Escolas Municipais estão acontecendo através de experiências cujo laboratório é a NATUREZA ou seja a água, as pedras, os vegetais, os animais próprios da Comunidade onde estão inseridas as Escolas. Trata-se de um trabalho prático e real que enche de entusiasmo os alunos. Os professores contam com a ajuda e atenção especial por parte das Diretoras, Supervisoras e Orientadoras.

INAUGURAÇÃO DA ESCOLA DO JARDIM KOSMOS

Com a presença das Senhoras Arlete Richa, 1a. Dama do Estado e Profa. Gilda Polli Rocha Loures, Secretária Estadual de Educação, inaugurou-se neste dia 12, mais uma Escola Municipal de 19 Grau. A Escola do Jardim Kosmos foi construída com verbas da FUNDEPAR - 56 milhões e do Município - 70 milhões. A escola atende inicialmente 70 alunos de Pré e 1a. série e desenvolve um trabalho pedagógico em Maringá, da educação e alfabetização através da Pedagogia Freinet.

Figura 1 - Imagem do Informativo *Nosso Rumo*, 6ª edição (1985a, p. 1)

Fonte: *Nosso Rumo* (1985a, p.1)

Ao observar as edições, foi possível identificar que o informativo *Nosso Rumo* não priorizou padronizar a fonte nem o tamanho das letras. Diante disso, é possível perceber que as adequações eram realizadas a partir das necessidades e da organização da edição, características observadas na 6ª e 11ª edição.

Outro aspecto percebido refere-se às diferenças quanto à qualidade dos exemplares. Há edições que possuem maior definição e legibilidade nas fontes, contudo, em outras, é difícil identificar o que está escrito, especialmente nas bordas e no final das páginas. A maior parte das 28 edições foram arquivadas com exemplares da época, contudo há edições que foram copiadas, aspecto verificado como relevante para distinção da qualidade gráfica. Para produzir esta pesquisa, os exemplares, arquivados no Patrimônio, foram submetidos à digitalização e impressão. O processo de coleta ocorreu em quatro visitas ao patrimônio histórico, isso se deu devido à má conservação das cópias. Sendo assim, este estudo teve dificuldade em obter qualidade na digitalização da fonte.

Ao analisar o impresso *Nosso Rumo*, foram verificadas características próprias da época, assim como diferenças foram encontradas ao longo das publicações, especialmente em seu modo de apresentação. A partir da 5ª edição, o impresso padronizou o cabeçalho e sua estética gráfica. A edição passou a apresentar uma nova imagem visual que passou a ser utilizada em todas as demais edições. Uma identidade visual planejada, que foi desenhada e recortada, técnica de compostagem, utilizada em pequenos jornais e revistas na década de 1980. É possível observar essa evolução nas figuras 3 e 4.

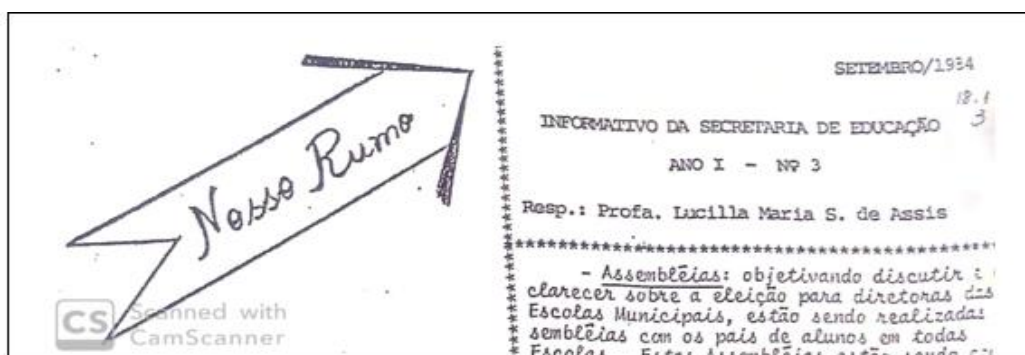


Figura 3 - Imagem não padronizada do logotipo e cabeçalho da 3ª edição (1984c, p. 3)

Fonte: *Nosso Rumo* (1984, p.1)



Figura 4 - Imagem padronizada do logotipo e do cabeçalho na 8ª edição (1985c, p.1)

Fonte: *Nosso Rumo* (1985c, p.1)

A partir de 1985, o impresso *Nosso Rumo* amplia as suas propostas de layout e começa a utilizar outras técnicas. Por exemplo, é utilizada fonte com um tamanho maior, entretanto, vale ressaltar, não havia quantidades variadas de fontes para serem compradas e utilizadas nas máquinas de datilografia. Para produzir esse novo padrão estético, os técnicos e responsáveis pela produção do impresso, provavelmente, buscavam letras e palavras em jornais e revistas que já possuíam variedades de fontes, as recortavam e, em seguida, colavam no espaço delimitado, ou seja, começaram a fazer composição de páginas, com base em chamadas, manchetes e layouts utilizados em grandes jornais e revistas de grande circulação da época.

Ao analisar o impresso observa-se que as primeiras edições eram mimeografadas ou xerografadas a fim de serem distribuídas, pois há um sombreamento em volta das palavras e nos desenhos, uma evolução na produção do informativo. Essa técnica é evidenciada nas capas até a 6ª edição.

Outro fator importante é que desde a primeira edição os desenhos e os trabalhos produzidos pelas crianças eram utilizados para divulgar os eventos, as exposições e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas disciplinas de matemática, português, ciências naturais, arte e história.

A descrição da fonte teve destaque, pois os elementos da materialidade, como formatação, configuração, aspectos estéticos e descrição metodológica de composição auxiliaram na compreensão do suporte. Nos próximos subitens, a análise abrangerá as discussões contidas nos textos, principalmente os que apresentam as propostas e os objetivos do impresso *Nosso Rumo* no período histórico estudado.

3.3. Os textos editoriais: principais temáticas

Por meio de textos das 28 publicações, o informativo *Nosso Rumo* apresentou mensagens e reflexões sobre o papel do professor, relação professor e aluno, qualidade do sistema de ensino público, democracia e formação crítica. Os textos apresentavam os ideais ideológicos, políticos, sociais e econômicos, bem como propostas e direcionamentos que os governos estadual e municipal veiculavam como assertivos e válidos.

O Brasil, nos primeiros anos da década de 1980, atravessava uma transição de regime político, de um governo totalitário de 21 anos, liderado pelos militares, para uma configuração democrática, em que o povo pudesse ter direito ao voto e, assim, eleger os governantes da nação. A efervescência política abrangia todas as esferas sociais do país, e a educação foi um dos setores com maior visibilidade, uma vez que contribuía com a formação ética, moral e social do novo cidadão brasileiro. O modo operante da escola, com destaque para o professor, precisava estar preparado para atuar e formar, mediante um ensino crítico e reflexivo.

As temáticas apresentadas nas edições do informativo *Nosso Rumo* seguiam, especialmente, orientações sobre a atuação docente na escola e na sociedade, bem como a conscientização dos processos de ensino-aprendizagem dos alunos. As pautas levantadas pela Secretaria Municipal de Educação, entre os anos de 1984 a 1987, seguiam alguns destaques. Em 1984, na primeira página, da 1ª a 5ª edição, veiculadas nos meses de julho, setembro, outubro e novembro, divulgou-se, por meio dos textos editoriais, das notícias e das propostas, a importância das práticas pedagógicas previamente planejadas e conscientemente desenvolvidas em sala de aula. Evidenciou-se, assim, o protagonismo dos alunos no processo de aprendizagem, além das formações e reuniões de estudos promovidas pela secretaria para professores, diretores e gestores educacionais.

Nas primeiras edições, o impresso apresentou a temática “Educação e Democracia”. Segundo ele, a escola deveria ser um “[...] lugar de discussão, de reflexão, do exercício pleno da democracia; da instrumentalização das classes marginalizadas para um saber efetivo e concreto” (NOSSO RUMO, 1984e, p. 3). No ano de 1985, nas 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª edições, além do tema democracia

o informativo posiciona-se diante da necessidade de fortalecer e construir um planejamento anual participativo, que abrangesse todas as etapas do ensino básico com base em princípios democráticos. O debate, as propostas, os projetos e até mesmo a reformulação dos objetivos e a organização do sistema de ensino deveriam fortalecer a formação dos indivíduos no processo de ensino-aprendizagem. A escola foi percebida como um espaço político que conscientiza seu alunado sobre o contexto social que está inserido, assim como aproxima-o dos conhecimentos científicos produzidos pela sociedade. O impresso divulgava que:

É fundamental no processo de democratização escolar que alunos e pais venham a ter ampliadas as oportunidades de participação, fortalecendo os laços de convivência solidária e a co-responsável, numa educação que promova a quem dela participa (NOSSO RUMO, 1985a, p. 1).

Nessa perspectiva, a Secretaria Municipal de Educação priorizava veicular análises e debates sobre a importância de oferecer formação docente contínua, ampliar e conceder oportunidades de ensino para toda sociedade. Na 2ª edição do informativo *Nosso Rumo* (1984b, p. 1), o impresso destaca por intermédio do texto editorial “O Papel do Professor” que os professores deveriam conhecer, entender e divulgar os saberes científicos de forma coesa e coerente com a realidade social das crianças.

Os textos relatavam, destacavam e chamavam a atenção dos leitores da comunidade educacional sobre os processos de redemocratização, elaboração da nova carta constituinte e das políticas educacionais vigentes, as quais deveriam ser implementadas nas dimensões municipal, estadual e federal.

Nos anos de 1986 e 1987, da 14ª a 28ª edição, o informativo continuou tendo a política como tema central, especialmente, na formação pedagógica e social dos professores. A secretaria difundia a necessidade de os docentes terem conhecimento aprofundado sobre o sentido político da escolaridade básica e dos novos rumos que a educação teria de seguir frente ao novo cenário político brasileiro. Os direcionamentos criticavam a oferta de uma educação passiva e negligente, sem foco na qualidade do ensino para todos, independentemente de classes social.

O trabalho pedagógico que a Secretaria de Educação vem desenvolvendo a partir de 1983, tem pautado suas ações e orientada por objetivos claros e definidos que vem redimensionando a educação para que possa trilhar caminhos novos, recuperando o verdadeiro sentido da escola, o local onde se veicula, se organiza e se propõe o saber socialmente acumulado e elaborado da sociedade. Estão bem claros para nós os limites e as limitações da educação, mas ainda assim procuramos oferecer a nossa clientela maiores e melhores oportunidades numa escola que cumpra, mas fielmente possível seu papel histórico. Essa ainda não é a escola que sonhamos, todos nós educadores, mas é certamente a melhor que podemos oferecer e que tenta cumprir sua tarefa de ensinar bem a todos. (NOSSO RUMO, 1986h, p. 1).

A Secretaria Municipal de Educação relatava os avanços conquistados pelo ensino público e afirmava constantemente que os profissionais que atuavam nas escolas públicas deveriam possuir uma capacitação ampla com base em métodos e teorias consolidadas, mas que também deviam valorizar os conhecimentos prévios dos alunos, advindos do contexto social que viviam. Nesse sentido, os textos evidenciavam que o ensino nas escolas deveria ser transformador e que o professor deveria ser o agente mediador para estas mudanças, “[...] a escola deve situar-se historicamente em seu tempo, ela pertence a uma região, a uma comunidade, a um povo, a uma história, a um tempo e a um espaço” (NOSSO RUMO, 1984e, p. 2).

A maioria das mensagens era assinada pela secretária da educação, Cláudia Nierro, e pela responsável do informativo, Lucilla Maria Sillas de Assis, professora com vínculo direto com a Universidade Estadual de Maringá, contudo o impresso pedagógico também menciona nomes de intelectuais da época, tais como: Tereza Roseley Neubauer da Silva²⁴, Flaviana Granzotto²⁵, Guimar Nano

²⁴ Tereza Roseley Neubauer da Silva foi graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (1967), mestra em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1978) e doutora em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação; políticas educacionais; ensino de 1º grau; Brasil e política educacional.

²⁵ Flaviana Granzotto, psicanalista e psicopedagoga de formação, atuou como docente da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS) e na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB-SC). Foi Presidente de honra do Movimento Regional Freinet de Santa Catarina – In Memoria.

de Melo²⁶, Darcy Ribeiro²⁷, Sonia Kramer²⁸, Regina Leite Garcia²⁹, Eulina Pacheco Lufti³⁰ e Lilian Lopes Martin da Silva³¹, referências na área da educação.

A Secretaria Municipal de Educação, por meio do informativo *Nosso Rumo*, veiculava a ideia de que a escolarização era o instrumento para a construção de um novo modelo de sociedade, com formação cidadã democrática, autônoma e responsável. Uma formação com base e conhecimento

²⁶ Guimar Nano de Melo foi doutora na área da Educação, começou sua carreira como professora universitária na PUC-SP em 1967, onde trabalhou até 1985, foi professora doutora do Departamento de Educação, lecionando no curso de pós-graduação em Educação. Paralelamente, fez carreira no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas de 1971 a 1982, onde chegou ao posto de pesquisadora sênior. De 1982 até 1985 foi Secretária da Educação da cidade de São Paulo. Em 1986, foi eleita Deputada Estadual no legislativo paulista.

²⁷ Darcy Ribeiro foi antropólogo, educador, escritor e político brasileiro nascido em Montes Claros, MG, fundador de duas universidades modelares, a UNB e a UENF, contribuição única na história da cultura brasileira. Formado pela Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo (1946), iniciou o trabalho de etnólogo (1947) no antigo Serviço de Proteção ao Índio, dirigiu a seção de pesquisa desse órgão (1952-1956) e criou o Museu do Índio (1953). Foi diretor do Centro de Pesquisas Educacionais, a CAPES, e do setor de pesquisas sociais da Campanha de Erradicação do Analfabetismo. Partidário do governo do Presidente João Goulart, foi seu Ministro da Educação e Cultura (1961), quando organizou a Universidade Nacional de Brasília, da qual foi seu primeiro reitor (1962-1963), também foi Chefe da Casa Civil da Presidência da República (1963-1964).

²⁸ Sonia Kramer foi graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação Jacobina (1975), mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio (1981), doutora em Educação pela mesma instituição (1992), além do título de pós-doutora pela New York University. É professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde coordena o curso de especialização em Educação Infantil; o curso de pós-graduação em Estudos Judaicos; o Grupo de Pesquisa sobre Infância, Formação e Cultura (INFOC); o curso Trajetórias Judaicas no Rio de Janeiro, realizado em convênio PUC-Rio e Museu de Arte do Rio/MAR; o Projeto Yiddish como Resistência e experiência identitária. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente com educação infantil e primeiros anos do Ensino Fundamental; infância; formação de professores; políticas públicas e educação; alfabetização; leitura e escrita; estudos judaicos.

²⁹ Regina Leite Garcia foi graduada em Matemática Aplicada pela Universidade de São Paulo (1981), mestra em Matemática Aplicada (1985) e doutora em Matemática Aplicada pela Universidade de São Paulo (1992). Atualmente é professora doutora da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Equações Diferenciais Ordinárias, atuando principalmente nos seguintes temas: estabilidade de Liapunov, equações diferenciais ordinárias, k-decidibilidade, mecânica e equações de Hill.

³⁰ Eulina Pacheco Lufti foi graduada em Letras pela Universidade de São Paulo (1964), mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1982), doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (1995) e pós-doutora também pela Universidade de São Paulo (1998).

³¹ Lilian Lopes Martin da Silva possui graduação em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1977), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1981) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1994). Atualmente, é professora colaboradora (MS-5) da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, junto ao Grupo de Pesquisa Alfabetização, leitura, escrita e trabalho docente na formação inicial (ALLE/AULA). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação; leitura; formação de professores; ensino de português.

ressignificados, que favorecesse a resolução de desafios e construção de hipóteses pelas crianças, um ensino estruturado, não fragmentado, voltado para aquisição de habilidades e competências.

A pesquisa compreende que o público alvo do informativo era a comunidade educacional, ou seja, pessoas que atuavam e promoviam o ensino no espaço escolar e nas secretarias educacionais e, também, todos aqueles que de forma indireta ou direta eram impactados pelas propostas e ações educacionais, como pais, alunos e sociedade de modo geral.

É importante especificar que o impresso era distribuído nas escolas municipais, assim, os professores e a equipe administrativa das instituições escolares eram os agentes que tinham maior acesso às informações e aos destaques disponibilizados. Dentre as ações divulgadas no informativo *Nosso Rumo*, as edições apresentam, de forma assídua e detalhada, os projetos que eram desenvolvidos nas escolas.

A Secretaria Municipal de Maringá compreendia que os trabalhos desenvolvidos por meio dos projetos promoviam às crianças melhores condições e aptidões no processo de assimilação e internalização dos conteúdos, pois as práticas pedagógicas articulavam-se às aprendizagens abstratas e às práticas concretas dos componentes curriculares. Devido à importância dada no informativo *Nosso Rumo* e aos projetos, a pesquisa os apresentará de forma individual especificando seus objetivos, metodologia e conteúdos programáticos expostos nas edições.

3.4 Projetos

O informativo *Nosso Rumo* apresenta os projetos que a Secretaria Municipal de Educação promovia em parceria com as escolas municipais. Esses projetos aparecem de forma regular em todas as edições, contendo as especificações dos objetivos e dos encaminhamentos teórico-metodológicos das práticas pedagógicas e das formações continuadas que os professores realizavam desde o planejamento até a execução dos projetos.

Os projetos pedagógicos descritos no impresso *Nosso Rumo* são Esporte e Recreação, Horta, Folclore e Memória. A pesquisa averiguou que a secretaria

priorizou quatro eixos de trabalhos, além de ter investido em recursos financeiros e pedagógicos para que os resultados fossem satisfatórios e válidos para a formação dos alunos. Na 21ª edição (1986), foi divulgado que a Secretaria Municipal de Educação havia desenvolvido vários trabalhos em forma de projetos e que o objetivo era “[...] fazer da Escola o lugar da descoberta, da ciência, da discussão, da instrumentalização para os que procuram” (NOSSO RUMO, 1986h, p. 2).

Os projetos eram destaque no informativo e suas parcerias não se limitavam às escolas ou à Secretaria Municipal de Educação. As edições destacam que a Secretaria de Esportes, da Cultura e a Universidade Estadual de Maringá auxiliavam na elaboração dos planejamentos, nas ações e nas práticas pedagógicas realizadas, como: campeonatos, torneios, recreação, atividades relacionadas à escrita da nova história e memória da cidade. Além disso, auxiliavam nos procedimentos necessários para a montagem, cultivo e cuidados indispensáveis para o crescimento saudável das hortas nas escolas.

A divulgação das parcerias entre as secretarias e a universidade não são apresentadas de forma detalhada, pelo contrário, são evidenciadas no informativo por intermédio de textos curtos, com poucas informações. Na 24ª edição (1987) o impresso apresenta, no espaço destinado ao esporte, que dois alunos da Escola Municipal Victor Beloti tinham sido convocados pela Secretaria de Esportes para participar da competição de atletismo, na cidade de Londrina, porém não está especificado, por exemplo, onde seria realizado o campeonato, quais escolas e quantos alunos estavam inscritos na competição.

O impresso *Nosso Rumo* (1986h, p. 4) destaca que, no mês de outubro de 1986, havia sido realizado no Centro Esportivo do Jardim Alvorada, um dos bairros da periferia da cidade, o Campeonato Municipal de Voleibol, contudo não foi detalhado como foi realizado o planejamento, o objetivo, as escolas municipais participantes e por que o evento não havia sido realizado nas escolas. Na mesma edição, divulga-se que havia sido realizado o Torneio Mão de Ouro de Basquete entre as escolas municipais João Gentilin e Victor Beloti. O impresso sinaliza que um aluno havia sido classificado, mas não destaca a escola que o educando representou, nem o porquê de somente essas duas escolas terem participado. As recreações, divulgadas no impresso, são descritas em atividades que contemplavam dança, ginástica, gincana, teatro de bonecos,

fantoches, entre outros, contudo não são apresentadas especificações quantitativas e qualitativas. Na 11ª edição do *Nosso Rumo* (1985f, p. 2) destaca-se:

Foi realizado no dia 15 de setembro, no Centro Esportivo do Mandacaru, o encontro entre alunos, professores, pais e alguns membros da comunidade com o objetivo de maior socialização e interação. A programação do encontro desenvolveu-se através de várias atividades: teatro, gincana, pintura e jogos desportivos. O grupo de teatro da Secretaria de Educação apresentou um trabalho com bonecos onde os presentes tiveram a oportunidade de discutir sobre o relacionamento de pais x alunos x escola. O encontro foi muito movimentado e os pais participaram, gostaram e sugeriram novos encontros (NOSSO RUMO, 1985f, p. 2).

A citação apresenta o evento realizado no Centro Esportivo da cidade, mas não especifica, por exemplo, os jogos que foram realizados e os resultados. A pesquisa compreende que a Secretaria Municipal de Educação empreendeu esforços e promoveu eventos que pudessem aproximar a escola, professores, pais e alunos, bem como a comunidade local, mas não descreve como estavam essas relações, nem o porquê das propostas. As informações contidas no impresso, de certa forma, aparecem de modo superficial, o que impossibilita identificar e/ou definir dados e resultados.

Em relação ao projeto Horta, na 13ª edição (1985h, p. 3), o impresso explicita, de modo mais amplo, o que havia sido realizado, divulga que no mês de novembro os professores das escolas municipais participaram de um seminário sobre técnicas agrícolas sobre conservação do solo e, em destaque, sinaliza que o evento havia sido coordenado por dois professores do Departamento de Agronomia da Universidade Estadual de Maringá.

Ainda de acordo com o impresso, o seminário havia contado com a participação de três agrônomos da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA), que ministraram palestras para os docentes do município sobre ações que foram realizadas para minimizar os problemas do desgaste do solo na região norte do estado do Paraná. O impresso também divulgou que:

As crianças da Pré-escola Laura Parente Bossolan e a ANPACIN desenvolveram, no mês de março, um interessante trabalho, tendo como tema gerador, as plantas e alimentação. Prepararam e adubaram canteiros, escolheram e semearam verduras e legumes, fizeram experiências de germinação e

trataram também da importância da higiene dos alimentos. Como encerramento do trabalho fizeram uma visita à Cantina Central que prepara a Merenda Escolar (NOSSO RUMO, 1986a, p. 3).

Também na 13ª edição (1985h, p. 2) foi divulgado que na Pré-escola da Vila Vardelina “[...] pais, alunos e professores trabalhavam no cultivo da horta que produz saudáveis hortaliças, que são muito apreciadas pelos alunos”, ou seja, a escola também contava com a dedicação e o trabalho das famílias dos educandos no desenvolvimento do projeto. Desse modo, a Secretaria Municipal de Educação evidenciou as práticas pedagógicas executadas, apresentou os distintos atores sociais e, ainda, informou o objetivo do projeto.

É importante sinalizar, que a pesquisa não identificou como e quais procedimentos e critérios que a Secretaria Municipal de Maringá seguiu para estabelecer parcerias no desenvolvimento de seus projetos escolares, nem mesmo há divulgações específicas sobre como eram realizados os direcionamentos de atividades referentes ao plantio e cultivo das hortas, o que se tem é o destaque de cursos que os professores participavam.

As hortas escolares eram evidenciadas como um dos projetos que promoviam aos alunos conhecimento teórico sobre a sobrevivência dos indivíduos, alimentação adequada para a saúde do corpo, desenvolvimento prático de como produzir uma horta, dos procedimentos necessários para o plantio e cultivo das diversas classes de alimentos que o indivíduo poderia e deveria produzir e consumir.

A produção de hortas é destinada ao enriquecimento da merenda escolar que recebeu em suas produções, aproximadamente, as seguintes quantidades: 358 kg de repolho, 1,090 kg de cenoura, 217 kg de abóbora, 330 kg de beterraba, 230 kg de salsa, 538 kg de couve, 22.750 kg de tomate, entre outros. Parabenizamos professores e alunos pelo empenho, dedicação e sucesso (NOSSO RUMO, 1986h, p. 4).

O estudo identificou que o trabalho nas hortas, de acordo com o impresso, era realizado pelos professores e alunos, contudo não é detalhado nas edições como era sistematizado os processos de plantio e colheita, o que foi observado nas publicações eram que os alunos participavam com “[...] entusiasmo e alegria no trabalho de plantar, cuidar e colher” (NOSSO RUMO, 1986h, p. 4).

O impresso *Nosso Rumo* também fez circular, entre os anos de 1984 a 1987, informações sobre o Projeto Memória, destaque nesta pesquisa. O Projeto Memória foi eleito como objeto neste estudo sobretudo pelo modo que a Secretaria Municipal de Educação o apresenta no informativo, um projeto que tinha o objetivo de produzir uma nova história para a cidade de Maringá, a história real dos protagonistas, dos moradores que estabeleceram raízes e constituíram famílias e memórias em solo maringaense.

Com base nestes aspectos, o estudo, produzido na linha de pesquisa História e Historiografia, tem o intuito de descrever o Projeto Memória por intermédio de sua circulação no informativo *Nosso Rumo*, especificando as práticas pedagógicas e os objetivos divulgados no impresso pela Secretaria Municipal de Educação. Esta seção fará uma breve apresentação do projeto, contudo a quarta seção abrangerá a problematização ao elencar e descrever por que a secretaria priorizou a circulação do Projeto Memória no impresso.

O Projeto Memória foi idealizado pela Secretaria Municipal de Educação e contava com o apoio da Secretaria de Cultura e Turismo. As duas secretarias desenvolveram um trabalho com objetivo de escrever a história e a memória de Maringá, com base em relatos, entrevistas e objetos coletados pelos moradores do município, “[...] o projeto desenvolver-se-á num trabalho conjunto da Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura e Turismo. Maringá tem uma história ajude a contá-la” (NOSSO RUMO, 1984b, p. 2).

O trabalho realizado pela equipe do projeto, em conjunto com os professores, propiciou resultados concretos por meio de técnicas historiográficas e planejamento teórico-metodológico-didático dos docentes. Na 11ª edição do impresso *Nosso Rumo* (1985f, p. 2), o impresso divulga que a equipe do projeto Memória recebeu “[...] orientações teóricas e metodológicas”, capacitando os integrantes em técnicas utilizadas na historiografia. A 12ª edição (1985g, p. 3), por sua vez, demonstra que o projeto Memória havia ganhado “forma e conteúdo”, que grande parte dos documentos e objetos coletados nas escolas municipais por pais, alunos e comunidade já haviam sido selecionados, organizados e arquivados, tornando-se “memórias vivas” da história de Maringá.

Na 18ª edição do *Nosso Rumo* (1986e, p. 4) são apresentados textos escritos por alunos sobre o trabalho do homem no campo, na plantação de café e de açúcar, de onde provia o sustento de muitas famílias maringaenses.

[...] o café é um alimento gostoso, o homem planta o café. Perto da minha escola tem plantações de café. O café cresce, dá flores que se transformam em frutos vermelhos, depois são colhidos pelo homem, colocados para secar e vendidos (NOSSO RUMO, 1986e, p. 4).

Outra temática evidenciada no impresso *Nosso Rumo*, na 25ª edição (1987d, p. 4), foi a fundação da cidade de Maringá, foram divulgados quatro textos de alunos que explicitavam como era a vida e o trabalho das primeiras famílias que chegaram a Maringá: “[...] as primeiras famílias que chegaram na cidade gostavam da agricultura, vieram de diversos lugares, principalmente do estado de São Paulo e descendentes de italianos e espanhóis”. Destacou-se, ainda, que a vida era “[...] muito difícil, porque não tinha nenhum conforto, era tudo mato, sem estradas e casas, eles tiveram que fazer tudo que precisavam”.

Na 10ª edição do impresso, está registrado o texto e desenho da aluna Marlene, da 4ª série, estudante na Escola Municipal Ruy Alvino Alegrete, que retrata a história do canavial que se localizava perto da escola:

Este canavial que estão vendo é de perto de minha escola. Depois que as canas estiverem boas são queimadas e levadas para a usina. Podem ver: estão queimando o canavial. Agora são cortadas e colocadas em cima do caminhão. As canas serão levadas a usina e lá fazem muitas coisas que precisamos em nossas casas, o álcool, o açúcar e a pinga (NOSSO RUMO, 1985e, p. 3).

A citação demonstra, mais uma vez, que a Secretaria Municipal de Educação incentivava e direcionava os professores a oferecerem às crianças uma educação com base em conhecimentos sobre a sua realidade, assim como apresentavam as características de sua região local e as possibilidades que eram oferecidas à população local.

A riqueza do trabalho realizado pela equipe do Projeto Memória em parceria com os docentes, com base no resgate das memórias e da história do povo maringaense, favoreceu a compreensão das crianças no processo histórico do homem e da sociedade, isto é, os alunos foram ensinados a perceberem e identificarem as particularidades e as transformações culturais e sociais de grupos específicos. As edições não apresentam, entretanto, como os professores planejavam os estudos históricos, nem como eram desenvolvidos estes textos em sala de aula, sequer é divulgado como era feita a seleção dos textos para serem expostos no impresso.

Os exemplos citados, justificam a importância que os projetos tinham na formação dos alunos, especialmente, o interesse da Secretaria Municipal de Educação na divulgação dos projetos no informativo *Nosso Rumo*, o qual priorizava os relatos e os direcionamentos.

Para evidenciar de forma mais relevante a importância dos projetos, os próximos subitens apresentarão, detalhadamente, as descrições dos projetos citados com destaque para os objetivos, os conteúdos programáticos e o público-alvo. No entanto, vale ressaltar, a problematização deste estudo é o projeto Memória, relevante para a análise e compreensão da escrita da história e da historiografia da educação maringaense.

Identificar e destacar os aspectos delimitados para a formação educacional e histórica do cidadão maringaense nas escolas municipal é importante, uma vez que apresenta, de certo modo, as intencionalidades que a Secretaria Municipal de Educação definiu para as escolas e professores em relação à formação da criança enquanto indivíduo social/histórico. Por esse motivo, esta pesquisa compreende que é necessário elencar e destacar os contornos e as especificidades apresentadas pela secretaria, por intermédio do impresso *Nosso Rumo* no processo de formação na infância.

3.4.1 Esporte e Recreação

O projeto Esporte e a Recreação é divulgado no informativo *Nosso Rumo* a partir da 14ª edição no ano de 1985, nos meses de setembro, outubro e novembro. O Quadro 1 apresenta as edições, a periodização e as categorias de atividades abrangentes no projeto.

Ano	Edição	Periodização	Categoria de Atividade
1984	-	-	-
1985	11ª, 12ª e 13ª	Setembro, outubro e novembro	Atividades recreativas com os pais referentes à Semana da Comunidade, envolvendo ações como: campeonato de futsal; truco; tênis de mesa; apresentação de brincadeiras recreativas.

1986	14 ^a , 15 ^a , 16 ^a , 19 ^a , 20 ^a e 21 ^a	Março, abril, maio, setembro, outubro e novembro	Divulgação da prova Rústica Tiradentes; II Torneio de Basquete, campeonato de voleibol; formação para os professores de educação física sobre a modalidade basquete; formação para as professoras da pré-escola referente às atividades de recreação; campeonato de pipa; encontro dos alunos das pré-escolas municipais realizado no campo de atletismo da UEM (corrida do cata-vento, pular colchões e atirar a bola no palhaço).
1987	24 ^a , 26 ^a , 27 ^a e 28 ^a	Maio, agosto, setembro e outubro	Alunos destaques no esporte convidados para participar de competições em Londrina; campeonato de futebol e voleibol; recreação com os alunos de 1 ^a a 4 ^a das escolas municipais.

Quadro 1 – Projeto Esporte e Recreação

Fonte: Elaborado pela autora.

O projeto tinha o objetivo de promover nas escolas municipais, nos centros esportivos e bairros de Maringá eventos que estimulassem a prática esportiva e recreação infantil, bem como aproximar a comunidade, os professores, os pais e os alunos, mediante atividades baseadas em aprendizagens práticas que priorizavam as vivências e experiências dos participantes.

A Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Secretaria de Esporte de Maringá, viabilizou projetos esportivos nas pré-escolas, escolas municipais e centros esportivos entre os anos de 1984 a 1987. Entre as programações, as secretarias ofereciam: cursos de recreação para os professores; recreações e atividades nas pré-escola; campeonatos de voleibol, atletismo, handebol e basquete; torneios de futebol e truco; concurso de pipas; além de incentivar à participação dos alunos na Corrida Rústica Tiradentes, evento esportivo tradicional na cidade de Maringá.

Queremos parabenizar os 240 alunos que participaram da XIII da Prova Rustica Tiradentes no dia 20/04/87. Aos alunos classificados: Escola Municipal João Gentilini: Zaqueu Castro, José Margarido, Marcelo Ferro, Márcio Rodrigues, Wanderlei Branco, Otaniel Ribeiro e Fábio Ferro campeão no infantil em 1986. Escola Municipal Ruy Alvino Alegrete: Elizabete Siqueira, Alessandra Viana, Ângela Rodrigues, Messias e Mônica

Kmippilberg. Escola Municipal Fernão Dias: Simone Zara, Rosicléia Melo, Márcia Luciano, Tarcísio Quintam. Escola Municipal Machado de Assis: Adriana Fernandes, Rosangela Vieira, Aldair Fernandes, Manoel Aparecido e Toni Angelo. Escola Municipal Victor Berloti: Edio Favoreto. Escola Municipal Dona Lázara Vilella: Luís Carlos Barbosa. Destaque especial aos alunos que competiram na prova de 10.000 metros, pela sua perseverança e coragem (NOSSO RUMO, 1987b, p. 5).

As práticas esportivas e recreativas estão destacadas de forma detalhada no impresso a partir do ano de 1985. Na 11ª edição, o impresso *Nosso Rumo* (1985f, p. 2) apresenta a Semana da Comunidade, que a Escola Municipal Victor Beloti promoveu aos pais e alunos, evento que contou com campeonatos de futsal e truco. Na 12ª edição (1985g, p. 2), divulgou-se que os professores de educação física da Escola Municipal Fernão Dias organizaram um minicampeonato de voleibol entre os alunos da 7ª e 8ª série. Também foi informada a classificação de cada equipe.

A 13ª edição do *Nosso Rumo* (1985h, p. 6), por meio de registro textual e fotos, o informativo expõe a participação de crianças e pais competindo em atividades recreativas, promovidas pela Pré-escola Municipal Laura Parente Bossolan. Outra ação realizada está relatada na 15ª edição (1986b, p. 2), as Escolas Municipais Victor Berloti e Machado de Assis e seus alunos participaram do II Torneio Mão de Ouro³², na modalidade de basquete. Na mesma edição, foi divulgado que alguns alunos das escolas municipais da Maringá tinham participado da Corrida Rústica Tiradentes e que as professoras de Educação Física, entre os dias 18 a 20 de abril, estiveram em formação na Universidade Estadual de Maringá (UEM), aperfeiçoando suas técnicas na modalidade de atletismo.

Já a 15ª edição do *Nosso Rumo* (1986b, p. 2) informa que um aluno da rede municipal de ensino foi classificado em 1º lugar na prova Rústica Tiradentes, na categoria infantil, e que outro aluno da Escola Municipal Victor Berlotti fora classificado em 4º lugar Torneio Mão de Ouro, recebendo, então, o prêmio Mão de Aço. O impresso também evidencia, com regularidade, as atividades e trabalhos recreativos realizados nas pré-escolas. O objetivo era oferecer às crianças um ambiente educativo e competitivo, uma vez que o

³² O Torneio Mão de Ouro, vinculado à modalidade de basquete, selecionava e premiava o aluno destaque do campeonato com um troféu intitulado Mão de Aço.

trabalho realizado estimulava a competição, pois os alunos eram desafiados a realizarem as atividades e alcançar bons resultados.

Este estudo identificou que o impresso *Nosso Rumor*, ao longo de suas edições, relatou vários eventos relacionados às práticas esportivas e recreativas, exemplos: a 18ª edição (1986e, p. 1) apresentou o I Campeonato Aberto de Atletismo que os alunos das escolas municipais e estaduais participaram na pista de Atletismo do Ginásio de Esportes Chico Neto; a 19ª edição (1986f, p. 1) sinalizou o Campeonato de Voleibol, o qual contou com a participação de 150 alunos das escolas municipais no Ginásio de Esporte Chico Neto, organizado pelas secretarias municipais de Educação e de Esporte.

A 19ª edição do *Nosso Rumor* (1986f, p. 3) informou que os professores de Educação Física estavam em formação pedagógica sobre teóricas e práticas de basquete e que as professoras das pré-escolas estariam em formação referente às atividades recreativas. O impresso apresentou também que as professoras da pré-escola Laura Parente Bossolan produziram brinquedos e bonecos para as atividades recreativas das crianças com o auxílio dos pais. Divulgou, ainda, o Campeonato de Pipas realizado nas pré-escolas entre pais e alunos.

Desse modo, esta pesquisa identificou no informativo *Nosso Rumor* inúmeras programações esportivas e atividades recreativas. Conforme exposto, o impresso informava sobre a realização de campeonatos e torneios, sobre a classificação de cada escola, os nomes dos participantes classificados, ou seja, aqueles com rendimento superior nas provas e que eram convidados para participar em campeonatos de cidades vizinhas.

Por intermédio do impresso, a Secretaria Municipal de Educação divulgava a participação dos professores em cursos de formação sobre as modalidades esportivas e atividades recreativas, tais como: oficinas de bonecos; brinquedos; teatro; música; dança; voleibol; basquete; futsal; atletismo. As práticas esportivas e atividades recreativas eram trabalhadas e utilizadas de forma assídua nas escolas municipais, e os professores de educação física recebiam constantemente formação continuada para melhorar as práticas pedagógicas.

Cursos: as professoras das Pré-escolas Municipais buscando atualização e novas perspectivas de trabalho participarão de

cursos nos dias 13 e 14 deste mês, ministrado pelas professoras Neide Arrias e Keiko. O curso constará de recreação, música, dança, confecção de materiais e questionamentos do trabalho a ser desenvolvido. Essas práticas posteriormente serão aplicadas em sala de aula das pré-escolas municipais (NOSSO RUMO, 1985e, p. 2).

É possível observar na 10ª edição do informativo *Nosso Rumo* (1985e, p. 2) que os pais eram convidados a participarem da elaboração de atividades recreativas com os alunos por meio da Associação de Pais e Mestres. Tiveram a oportunidade de participar, por exemplo, do concurso de pipas; das confecções de bonecos; das programações internas nas instituições; das confraternizações nas pré-escolas; das atividades externas da escola, como no Campus Central da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

As práticas recreativas contavam com a produção de brinquedos, apresentações culturais, jogos e brincadeiras. Na 26ª edição do *Nosso Rumo* (1987e, p. 2) há um destaque para a notícia de que 350 alunos, da 1ª a 4ª série das escolas municipais, participaram de uma tarde de lazer no Campus Central da Universidade Estadual de Maringá e ficaram encantados com a apresentação de macroginástica e da Banda do 4º Batalhão da Polícia Militar, ou seja, atividades enriquecidas com outros setores oficiais do governo.

Em sua maioria, as atividades recreativas e os campeonatos municipais eram finalizados com entrega de troféus e medalhas para os primeiros colocados. O objetivo era incentivar pais, alunos e professores a participarem de futuras competições. A maioria das edições do informativo *Nosso Rumo* não nomeia escolas específicas, pelo contrário, sinaliza que todas as escolas e pré-escolas municipais participavam das programações recreativas e esportivas.

1º Campeonato de Futebol: A Pré – Escola Municipal Benedito de Souza promoveu no dia 9 de agosto (dia dos pais) o 1º Campeonato de Futebol com a participação dos pais da Comunidade Escolar. A animação foi total, havendo inclusive, entrega de medalhas aos melhores colocados. Após o campeonato houve um concorrido de Bingo e, aproveitando a ocasião o Clube das Mães expôs para a venda os trabalhos confeccionados no 1º semestre (NOSSO RUMO, 1987e, p. 2).

É possível observar o anseio da Secretaria Municipal de Educação em abranger toda a comunidade escolar e sociedade, a fim de que participassem dos eventos. Esses momentos eram oportunidades de socialização com foco na

participação de todos nas práticas esportivas promovidas pelas escolas municipais.

Também é importante destacar que o impresso priorizou a divulgação de aspectos referentes à competitividade e busca por resultados significativos, ou seja, o estudo não identificou a atuação de um processo de trabalho reflexivo diante do contexto social e cultural em que as crianças e sociedade estavam inseridas. Não é divulgado, no informativo, estudos ou ações realizadas pela secretaria, escolas municipais e professores sobre o trabalho em equipe, importância de cooperação, coletividade, dedicação e esforço, motivação e atuação consciente. De acordo com Castellani Filho (1991, p. 89),

[...] por presenciarmos, em nossa sociedade, via de regra, o prevalecer de um sentido de competição, comprometido com os valores hegemônicos na sociedade, que faz por exacerbá-la naquilo que possui de desumanizadora (ao menos para um projeto de sociedade que não este que aí está), nega-se a possibilidade de se olhar a competição como elemento passível de ser construído em outros patamares que não o existente, retirando-se, a priori, a possibilidade de tratá-la pedagogicamente.

Esta pesquisa observou que os projetos esportivos e recreativos eram baseados em regras e normas sobre as técnicas de cada modalidade, partindo de um modelo de competição que se distancia dos aspectos de cooperação e espírito de equipe. Diante disso, verificou-se que a atuação docente por intermédio da ação educativa no processo pedagógico de ensino/aprendizado não é evidenciado, somente a atuação de profissionais tecnicamente capacitados em transmitir estratégias e técnicas.

As atividades esportivas e recreativas destacadas, veiculadas no impresso *Nosso Rumo*, possuíam como ideal a aproximação entre alunos, professores, pais e comunidade, mas não foi evidenciado a valorização social coletiva, ou seja, uma socialização de cunho reflexivo e formativo, priorizava-se somente a competição e os resultados obtidos em cada modalidade.

3.4.2 Horta

O Projeto Horta é apresentado pela primeira vez no informativo *Nosso Rumo*, na 5ª edição (1984e, p. 3), no mês de novembro/dezembro. Contudo, desde a 2ª edição (1984b, p. 2), o impresso apresenta notícias sobre a desnutrição das crianças na pré-escola e escola municipais, bem como a necessidade de ter uma alimentação equilibrada e adequada.

DESNUTRIÇÃO: recebendo assessoria da Secretaria de Saúde através da equipe de médicos e enfermeiras pôde a seção de assistência ao educando realizar, tal como em 1983, o levantamento do estado nutricional dos alunos das escolas municipal. O percentual de crianças desnutridas continua elevado. Por isso, estamos trabalhando por meio de um trabalho que visa melhorar a merenda escolar e, assim minimizar o grave problema de desnutrição (NOSSO RUMO, 1984b, p. 2).

Na 5ª edição do impresso *Nosso Rumo* (1984b, p. 2) está em destaque que seria integrada à matriz curricular nas escolas municipais, para os alunos de 5ª a 8ª séries, uma disciplina intitulada Técnica Agrícola e Industrial que auxiliaria nos conhecimentos dos alunos diante do desenvolvimento e cuidado das hortas escolares. Segundo o impresso, as hortas são “[...] onde se desenvolve um trabalho prático e efetivo no plantio, cuidado, e acompanhamento e colheita de hortaliças e legumes” (NOSSO RUMO, 1984e, p. 3).

O Quadro 2 apresenta de forma detalhada a periodização e as atividades desenvolvidas pelo Projeto Horta, em destaque no impresso *Nosso Rumo*, entre os anos de 1984 a 1987.

Ano	Edição	Periodização	Categoria de Atividade
1984	5ª	-	-
1985	12ª e 13ª	Outubro e novembro	Projeto Técnicas Agrícolas: “Conservação do solo”, texto de aluno sobre a necessidade de ter cuidado com as plantações e horta pré-escolar.

1986	14 ^a , 16 ^a , 17 ^a e 21 ^a	Março, maio, junho e novembro	Atividade prática: preparação do solo a para o plantio com os alunos; divulgação sobre as hortas escolares; produção textual de aluno relatando o processo de trabalho; pesquisa com os agricultores próximos à região das escolas; relatório sobre a quantidade de produção das hortas nas escolas; divulgação da horta como meio de enriquecer a merenda escolar das crianças.
1987	23 ^a , 25 ^a e 28 ^a	Abril, junho e outubro	Apresentação do Projeto Plantação para os alunos das 6 ^a séries das escolas municipais; divulgação da quantidade de produção das hortas; divulgação da visita da professora coordenadora das hortas na escola, Dona Lazara R. Vilela; relatos por meio de textos sobre o sucesso do projeto Plantação.

Quadro 2 – Projeto / Horta.
Fonte: Elaborado pela autora.

Na 13^a edição do impresso *Nosso Rumo* (1985h, p. 3), a Secretaria Municipal de Educação apresentou o trabalho realizado na horta da pré-escola da Vila Vardelina e relatou de que maneira foi desenvolvido o plantio e a colheita, bem como informou os objetivos e os resultados obtidos com os alunos na produção da horta da pré-escola.

A HORTA NA PRÉ – ESCOLA: na pré-escola da Vila Vardelina é patente o trabalho realizado dos pais, alunos e professores, pois a quatro meses de trabalho o cultivo da horta já produz hortaliças que são muito apreciadas pelos alunos. Cenoura, beterraba, alface, pepino e chuchu, e já foram plantadas, alguns colhidos para complementar o cardápio das crianças matriculadas (*NOSSO RUMO*, 1985h, p. 3).

Na sequência, na 14^a edição do impresso *Nosso Rumo* (1986a, p. 2), foi divulgado que os professores da Pré-escola Laura Parente Bossolan e o Colégio Bilingue de Surdos de Maringá (ANPACIN) estudaram a temática Plantas e Alimentação. Prepararam e adubaram canteiros, escolheram sementes de verduras e legumes e plantaram. Nessa proposta prática, o impresso evidencia que os alunos foram orientados sobre como realizar a higienização e

conservação dos alimentos. Além disso, no final do projeto, para fixação do conteúdo, as crianças foram levadas para conhecer a Cantina Central do Município, local responsável pela preparação da alimentação (merenda escolar) das pré-escolas e escolas municipais no ano de 1986.

A 13ª edição do *Nosso Rumo* (1985h, p. 3), apresenta outro projeto desenvolvido na disciplina de “Técnicas Agrícolas”, que tinha como tema a conservação do solo, com objetivo de propiciar informações relevantes para o problema do desgaste do solo na região, conhecimento importante para o processo de plantio.

2º Projeto Técnicas Agrícolas: Foi realizado no período de 18/11 a 29/11/1985 o 2º Projeto de Técnicas Agrícolas nas Escolas Municipais: Conservação do Solo.

O salto foi bastante positivo, não só durante, o seminário coordenado pelo Departamento de Agricultura da Universidade Estadual de Maringá (UEM), promoveu uma visita a microbacia, onde agrônomos, da ACARPA oferecerem grande número informações sobre o que está sendo feito no sentido de minimizar o problema do desgaste do solo na região (NOSSO RUMO, 1985h, p. 3).

Já na 18ª edição do impresso *Nosso Rumo* (1986e, p. 3), foi divulgado a ida dos alunos das 7ª e 8ª séries ao Instituto Paranaense Adventista, em Ivatuba. De acordo com o informativo, a instituição realizava um excelente trabalho, sendo referência no desenvolvimento de técnicas agrícolas modernas e seguras na região Norte do Paraná.

O informativo *Nosso Rumo* também destaca, na 17ª edição (1986d, p.3) o relato de um grupo de alunos da Escola Delfim Moreira. Segundo o impresso, os alunos elogiaram como estava sendo realizado o trabalho da coordenação do Projeto Horta, mencionaram que aprenderam várias técnicas para o cuidado do solo, plantio e colheita. Além disso, salientaram que os “[...] conhecimentos resultaram no aumento da produção de legumes e verduras” (NOSSO RUMO, 1986d, p. 4).

O impresso relata que o projeto promovia ao professorado capacitações e orientações por intermédio de docentes da Universidade Estadual de Maringá, profissionais especializados do curso de Agronomia, os quais dominavam as técnicas agrícolas inovadoras. As capacitações tinham como desfecho uma melhor dinâmica no trabalho e nos resultados, ou seja, as hortas passaram a ter

maior aproveitamento, aumentando a quantidades de legumes e verduras colhidas. Sendo assim, o objetivo do projeto Horta era de ensinar e possibilitar às crianças a terem vivências sobre as práticas de plantio e cultivo e de contribuir para o enriquecimento da merenda escolar.

O *Nosso Rumo* divulgou, na 16ª edição (1986c, p. 3), que os alunos da 6ª a 8ª séries sentiam-se entusiasmados e motivados, além de desafiados no processo de plantio e colheita, eram estimulados a respeitar a terra e a terem compromisso social com o trabalho agrícola. O Projeto Hortas Escolares foi descrito pelos professores, na 28ª edição (1987g, p. 4), como um projeto válido, especialmente, porque possibilitava as crianças a aprenderem com base em um ensino prático e concreto. De acordo com o impresso, os alunos eram conscientizados sobre a necessidade de proteger e preservar o solo e o meio ambiente.

A participação e o interesse dos alunos, a dedicação e o empenho para a realização deste trabalho, não deixa dúvidas quando a sua validade. A movimentação dos alunos, preparando os canteiros, semeando, observando o desenvolvimento das plantas e cada uma das suas partes, colhendo, tornou o projeto muito valioso para a aprendizagem mais concreta. A relação da teoria e prática muito contribuiu para a concretização. Foi gratificante ver a alegria dos alunos no encerramento do projeto, quando aproveitaram o que colheram preparando alguns pratos, os quais foram distribuídos entre professores e alunos para a confraternização (*NOSSO RUMO*, 1987g, p. 4).

Na 20ª edição (1986g, p. 2) e na 28ª edição (1987g, p. 4) do impresso *Nosso Rumo*, resultados do trabalho anual das colheitas nas Hortas Escolares foram divulgados e também a atuação de professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem. O impresso relata que o Projeto Horta favorecia a observação e o desenvolvimento dos processos cognitivos dos alunos, com base no conhecimento científico sobre formação estrutural da vegetação, funções e cuidados que o indivíduo precisa priorizar no plantio e na colheita, ou seja, é preciso seguir técnicas e processos adequados para obter alimentos saudáveis para o consumo.

O informativo *Nosso Rumo* destaca que supervisão das Hortas Escolares era realizada pelos professores e técnicos nomeados pela Secretaria Municipal de Educação, contudo seus nomes não foram especificados. A 20ª edição (1986g, p. 2) divulgou que os professores e técnicos estabeleciam as práticas

didático-pedagógicas que seriam executadas, entretanto toda a equipe pedagógica das escolas municipais acompanhava e contribuía com a realização das atividades práticas nas hortas escolares, partindo da teorização ensinada em sala de aula.

Na 24ª edição, o informativo *Nosso Rumo* (1987c, p. 2) apresentou a preparação e a adubação do solo, o preparo dos canteiros e a escolha das sementes. Nessa edição, evidenciou-se a forma que os alunos foram orientados a observar e relatar, por meio de ilustrações, álbuns, relatórios e herbários, as fases do processo de desenvolvimento das hortaliças e dos legumes. Os dados foram coletados e circularam em todas as escolas municipais com o objetivo de informar e ensinar, tanto aos professores quanto aos alunos, as diferentes metodologias de plantio e cultivo que poderiam ser utilizados. Os estudantes aprenderam com base em técnicas agrícolas a cuidar e a controlar as pragas, coletar as plantas e realizar corretamente a irrigação diária.

O projeto também promoveu entrevistas com os agricultores da região que cultivavam os mesmos alimentos produzidos nas Horta Escolares. Um dos principais objetivos era estudar os vegetais e as fases do processo de plantio: plantação, germinação, crescimento e colheita (NOSSO RUMO, 1984c, p. 2).

As Hortas Escolares propiciaram aos alunos, professores e aos técnicos agrícolas a experiência de vivenciar a aproximação de teoria e prática por meio da observação, análise e constatação dos pontos positivos e negativos das ações planejadas e executadas. As aprendizagens sobre os procedimentos de plantio e colheita das Hortas Escolares foram produzidas com base em conteúdos teóricos e atividades práticas. Alunos e professores trabalharam coletivamente de modo cooperativo em todo o desenvolvimento do projeto.

3.4.3 Folclore

Outro projeto descrito no informativo *Nosso Rumo* é referente ao Folclore e às expressões culturais, os quais tiveram destaque nas primeiras edições do impresso no ano de 1984. O objetivo da Secretaria Municipal de Educação era contribuir para com a valorização e preservação da cultura maringaense como

elemento que promovesse ações transformadoras e dinâmicas. O Quadro 3 apresenta as edições e as atividades do projeto no informativo *Nosso Rumo*.

Ano	Edição	Periodização	Categoria de Atividade
1984	1 ^a , 3 ^a , 4 ^a e 5 ^a	Junho, setembro, outubro e novembro	Festival e aulas sobre a confecção e atuação no teatro de bonecos; divulgação do projeto folclore para os alunos de 5 ^a e 6 ^a séries; reflexão a partir de um texto sobre a importância da cultura regional.
1985	8 ^a , 9 ^a , 10 ^a , 11 ^a , 13 ^a	Maior, junho, agosto e novembro	Divulgação da realização da tradicional festa junina nas escolas municipais; reflexão a partir de um texto sobre a importância da cultura popular; apresentação de dança folclórica; teatro de fantoche.
1986	17 ^a , 18 ^a , 19 ^a e 20 ^a	Junho, agosto, setembro e novembro	Apresentação dos alunos e integrantes da comunidade da Escola Municipal de Floriano no Centro Esportivo do Jardim Alvorada; confecção de máscaras e aulas e apresentação de peças teatrais; divulgação de uma peça teatral que apresentada à comunidade; Noite Artística para a comunidade, na sede do clube de Floriano, em que o estilo musical forró compôs o baile; oficina de máscaras e bonecos gigantes.
1987	26 ^a	Agosto	Divulgação sobre o IV Festival de Teatro, no qual todos os alunos de pré-escolas e escolas municipais participariam.

Quadro 3 - Projeto Folclore
Fonte: Elaborado pela autora.

O impresso *Nosso Rumo*, na 2^a edição (1984b. p. 1), destacou que a Secretaria Municipal de Educação possuía o intuito de resgatar os valores e o significado das festas e das tradições da cidade de Maringá por meio do Projeto Folclore, assim como compreender as mudanças sociais e culturais da cidade após a chegada de indivíduos de tantas regiões brasileiras e do estrangeiro.

Visando iniciar o trabalho concreto a nível de sala de aula e, por isso mesmo, modesto e despretensioso, pretende-se ouvir, pesquisar, colher e registrar as manifestações culturais espontâneas e dinâmicas locais, através dos alunos, pais de alunos, pessoas da comunidade, para um repensar do folclore

enquanto criação do povo e que se estende a todos os campos e atividades do campo (NOSSO RUMO, 1984b, p. 2).

O informativo *Nosso Rumo* divulgou nas chamadas do Projeto Folclore que a escola era um espaço de transmissão de conhecimentos e que deveria atuar na promoção da cultura popular e regional. Segundo o impresso, o Projeto Folclore buscava entender como o povo da região de Maringá vivia suas festas e tradições, como eram percebidos, valorizados e registrados os costumes, as músicas e a história da cidade e, ainda, como havia ocorrido a fusão de culturas que migrantes e imigrantes trouxeram para Maringá.

Os questionamentos resumiam-se à função da escola como espaço veiculador de conhecimento e cultura, instituição que assume o papel de resgatar as manifestações populares autênticas, sem descaracterizá-las.

A 2ª edição do *Nosso Rumo* (1984b, p. 2) destacou que as escolas municipais pretendiam “[...] ouvir, pesquisar e registrar as manifestações culturais espontâneas e dinâmicas locais através dos pais de alunos, pessoas da comunidade”, ou seja, com base em trabalhos de pesquisa e entrevistas, buscavam registrar as manifestações culturais, espontâneas e as dinâmicas locais partindo de relatos e histórias dos moradores da cidade. O projeto tinha o intuito de fazer com que os moradores repensassem as manifestações do folclore como “produção do povo”, criação coletiva e cooperativa da comunidade.

Outra iniciativa realizada nas escolas para conhecer e escrever a história da cultura maringaense foi apresentada na 5ª edição do informativo *Nosso Rumo* (1984e, p. 4): a realização de uma pesquisa interdisciplinar pelos alunos de 5ª e 6ª séries. O impresso mencionou como se deu o desenvolvimento e o processo de planejamento e execução da pesquisa, bem como as disciplinas que abrangeram o estudo e a metodologia utilizada. Explicita que a pesquisa abrangeu as disciplinas de Língua Portuguesa, Educação Física, Artes e História e que os “[...] alunos ouviram e registraram as manifestações culturais espontâneas e dinâmicas locais, dos pais e alunos, pessoas da comunidade, para um repensar do folclore” (NOSSO RUMO, 1984e, p. 4).

A secretaria afirmava, por meio do informativo, que o Projeto Folclore propiciava que várias expressões culturais fossem reconhecidas e passassem a ser realizadas nas escolas municipais. Atividades como teatro de fantoches e

bonecos, oficina de brinquedos com sucata, danças e músicas demonstravam a cultura regional da cidade.

OFICINAS E BRINQUEDOS DE BONECOS: as oficinas de brinquedos e bonecos vieram complementar uma lacuna no processo educacional. Integrando-se ao currículo escolar enriquecendo e abrindo novas perspectivas e novas formas mais dinâmicas e criativas de veiculação, aproveitamento e resgate da cultura e das artes populares tão desvalorizadas e descaracterizadas pela sociedade consumista e tecnológica. Realizam-se neste ano em todas as Escolas e Pré-Escolas Municipais oficinas de brinquedos e bonecos, cujo resultados, em função de professores e alunos foram excelentes (NOSSO RUMO, 1984e, p. 2).

A 9ª edição do informativo *Nosso Rumo* (1985e, p. 2) divulgou a realização do Festival de Teatro, promovido pela Escola Municipal Dona Lazara Ribeiro Vilella, no Clube Recreativo de Floriano. O impresso destacou que o festival apresentou seis peças teatrais para toda a comunidade, duas peças foram realizadas por alunos da escola e quatro pelos moradores da cidade de Floriano e Maringá, contudo foram informados os títulos das peças teatrais.

As atividades culturais e artísticas estimuladas pela Secretária Municipal de Educação tinham o objetivo de recuperar da marginalização a cultura da região e evidenciava, por meio, do conteúdo do impresso, a importância da disciplina de artes na aprendizagem e na emancipação dos alunos.

A 10ª edição do impresso *Nosso Rumo* (1985e, p. 2) apresentou o primeiro encontro de professores voltados à disciplina de Artes na cidade de Maringá. Relatou que o evento havia recebido 23 municípios do estado do Paraná, e um total de 120 professores entre os dias 14 a 16 de agosto de 1985. O Encontro de Arte-Educação do Paraná, promovido em parceria entre a Secretaria da Educação do Paraná (SEED) e Secretária Municipal de Educação de Maringá, propiciou “[...] entrosamento e troca de experiências entre os professores envolvidos com atividades artísticas” (NOSSO RUMO, 1985e, p. 2).

O informativo evidenciou que no encontro de educadores ocorreram debates sobre cultura, arte e expressões artísticas, assim como apresentações com os grupos de teatro de Maringá e Curitiba. As apresentações tiveram como público alunos, professores e a comunidade escolar das escolas municipal e estadual. Esta pesquisa observou que os projetos culturais foram veiculados de

forma sistematizada nas edições do informativo, meio de comunicação utilizado para divulgar, recuperar e preservar a cultura dos maringaenses.

É necessário e urgente indagar, divulgar, refletir e trabalhar as manifestações, tradições, os conteúdos culturais identificados na comunidade através do teatro, música, dança, desenho, fotografia integrando-as ao currículo escolar. Transformando assim a Escola num espaço para a ação educativa, reflexiva e consciente, onde elementos da sociedade, pais e alunos se tornem agentes ativos no processo educacional. O espaço da escola pode, ao mesmo tempo, em que propicia a valorização e a preservação do universo cultural da comunidade onde está inserida, permitir um espaço mais amplo, forte e democrático à comunidade para a reflexão questionadora e abrangente do contexto sócio-político-econômico da região, do país, da totalidade enfim (NOSSO RUMO, 1984d, p. 2).

A Secretaria Municipal de Educação, por intermédio do impresso, afirmava que o papel da escola, em sua competência, seria assegurar aos alunos e à comunidade a compressão de expressões e movimentos culturais. A secretaria buscava “[...] preservar, valorizar e afirmar a identidade sociocultural do nosso povo que vem sendo descaracterizada e desvalorizada” (NOSSO RUMO, 1986g, p. 2).

A 20ª edição do *Nosso Rumo* (1986g, p. 2) explicita que os professores das pré-escolas e escolas municipais eram submetidos constantemente a capacitações para efetuarem planejamento de estudos e atividades, atuarem na produção de bonecos e brinquedos e na execução e apresentações de oficinas de teatro e fantoches, composições de músicas e coreografias. Desse modo, as atividades não eram restritas apenas aos professores da disciplina de Educação Artística, os demais professores também eram envolvidos nos projetos culturais.

Este estudo constatou, com base nos destaques do impresso, a sistematização e a organização realizada pela secretaria na promoção do Projeto Folclore. As práticas pedagógicas e os eventos eram acompanhados desde o planejamento até a execução. Os docentes atuavam de forma consciente, por intermédio de processos previamente estudados e programados. Os alunos, por sua vez, eram ensinados, com base em conhecimento científico, a produzirem atividades e trabalhos referentes à cultura popular regional observada na comunidade, uma aprendizagem atrelada ao contexto social dos educandos.

3.4.4 Memória

O Projeto Memória, destaque e objeto desta pesquisa, foi idealizado e promovido pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Secretaria de Turismo e Cultura de Maringá. Possuía dois objetivos: o primeiro era escrever a história de Maringá, por meio de estudos e pesquisas com os moradores da cidade, a história de Maringá; o segundo era produzir material didático condizente com a realidade das crianças, uma vez que seria utilizado como recurso pedagógico nas escolas municipais de 1ª a 4ª série.

O projeto buscou dados, objetos e documentos para construir, sob um novo enfoque, a história do município de Maringá. O intuito era compreender a trajetória do processo histórico e “[...] favorecer a integração social das crianças” (NOSSO RUMO, 1984a, p. 1). A 2ª edição do informativo *Nosso Rumor* (1984b, p. 2) explicita que o projeto foi oficialmente lançado no dia 28 agosto de 1984, no Anfiteatro da Biblioteca Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto.

O projeto foi divulgado na primeira edição do informativo com a finalidade de propiciar aos professores e alunos das escolas municipais um ensino que priorizasse a realidade e o contexto social da população maringaense. O Quadro 4, a seguir, registra que das 28 publicações do informativo *Nosso Rumor*, o Projeto Memória aparece em 17, ou seja, um dos projetos mais divulgados pelo periódico.

Ano	Edição	Periodização	Categoria de Atividade
1984	1ª, 2ª, 4ª e 5ª	Junho, agosto, outubro e novembro	Divulgação do Projeto Memória.
1985	8ª, 11ª e 12ª	Maio, setembro e outubro	Divulgação do Projeto Memória; atividade de pesquisa realizada pelos alunos; texto de reflexão para os professores sobre a importância da história.
1986	14ª, 16ª, 17ª, 19ª e 20ª	Março, maio, setembro e outubro	Divulgação do Projeto Memória (criação do Centro de Documentação e do Museu de Rua); texto sobre a história da municipalização do ensino no Brasil.

1987	23 ^a , 24 ^a , 26 ^a , 27 ^a e 28 ^a	Abril, maio, agosto, setembro e outubro	Pesquisa de campo sobre a imigração; estudo com os alunos sobre a história do município e história da escola, baseado em pesquisa de campo; pesquisa em livros didáticos; explicação em sala de aula pelo professor e produção textual; divulgação do resgate iconográfico realizado pela equipe do Projeto Memória.
------	---	---	--

Quadro 4 - Projeto Memória
Fonte: Elaborado pela autora.

Nas edições do informativo, a Secretaria Municipal de Educação detalhou o planejamento, a elaboração e o desenvolvimento das atividades exercidas pela equipe de historiadores, assim como a atuação dos professores na execução de práticas pedagógicas coerentes com os objetivos da secretaria na implementação do projeto. A pesquisa, neste subitem, descreverá brevemente alguns aspectos do Projeto Memória, porém a quarta seção do trabalho visa analisar e elencar as razões pelas quais o impresso priorizou a produção de conteúdo sobre a história, categoria relevante para os estudos da História da Educação, pois busca compreender que tipo de história e de diretrizes pedagógicas que o governo tentou oficializar.

De acordo com a 5^a edição do informativo *Nosso Rumo* (1984e, p. 4), o projeto piloto iniciou-se no distrito de Floriano que, naquele momento, possuía maior concentração fixa de indivíduos, quantificada em moradores, contudo, no mesmo ano, estendeu-se à cidade de Maringá. O projeto buscou proporcionar às comunidades urbanas, rurais e periféricas informações não somente sobre a história de Maringá, mas também sobre as cidades que eram distritos, como Floriano e Iguatemi.

A preocupação era proporcionar uma “[...] educação que ultrapasse a simples reprodução de conceitos e fórmulas” (NOSSO RUMO, 1984e, p. 4). Assim, a Secretaria Municipal de Educação “[...] constatou a necessidade de realizar pesquisas e estudos para produzir um inventário histórico e cultural de Maringá” (NOSSO RUMO, 1984e, p. 4), que resgatasse a consciência histórica com base na valorização da realidade histórica do maringaense.

A Secretaria Municipal de Educação, mediante um texto editorial na 8ª edição do *Nosso Rumo* (1985c, p. 2), divulgou que passaria a ter uma abertura na área de Ciências Sociais e que as escolas municipais passariam a trabalhar as disciplinas de Geografia e História de forma individualizada. Essa iniciativa seguia uma demanda nacional, pois as disciplinas mencionadas eram ministradas nacionalmente, de forma aglutinada, até aquele momento, mudança que ocorreu devido ao processo de democratização no Brasil na década de 1980.

De acordo com Rodrigues (2012), a separação das disciplinas foi também reivindicação da Secretaria de Educação do Paraná, pois compreendia que o trabalho individualizado de conteúdos de História auxiliaria na formação do cidadão democrático e na vinculação de igualdade entre os indivíduos. Nesse sentido, isso fazia com que os alunos, os professores e a comunidade percebessem a escola como espaço de comunicação e a disciplina de História como um instrumento de resgate e de conscientização de que o ser humano é um ser histórico.

Segundo Rodrigues (2012, p. 83), a disciplina de História, naquele momento histórico, “[...] recebeu destaque como detentora de saberes indispensáveis ao projeto-político de sociedade que se formulava no período pós-ditadura militar”.

É importante sinalizar que o debate iniciado em 1980³³ sobre a separação das disciplinas foi iniciativa da Associação Nacional de História e Associação de Geógrafos, que reivindicavam o retorno da História e da Geografia como disciplinas autônomas nos currículos das séries iniciais. O informativo *Nosso Rumo* afirmava que os alunos deveriam ter acesso a uma História dinâmica, crítica e reflexiva. De acordo com o impresso, era preciso:

[...] conhecer o passado para compreender melhor o presente e as perspectivas futuras. Ver e analisar a sua realidade mais próxima formando o espírito crítico e a

³³ Ano em que se passou a repensar o ensino de História, com base em um conjunto de projetos, lutas e resistências produzidas ao longo do regime militar. As reivindicações foram apresentadas no Fórum de Debates sobre Estudos Sociais realizado na USP (1973), nas manifestações da ANPUH e da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB), nas décadas de 1970 e 1980. Os eventos marcaram as posições a favor da especificidade das áreas de História e Geografia, em detrimento da promoção das licenciaturas curtas em Estudos Sociais. As instituições buscavam que tais disciplinas pudessem trabalhar de forma autônoma no currículo do 1º grau (RAMOS, 2009).

consciência do aqui e agora. Perceber os problemas da nossa época para assumir um compromisso diante dos mesmos. Transformar-se em sujeitos da História e não meros reprodutores da ideologia dominante (NOSSO RUMO, 1985c, p. 2).

A proposta era trabalhar com uma História não fragmentada, que não se baseasse apenas em datas, locais e personagens, considerados heróis ou vilões, sem condições de analisar o processo histórico de forma ampla e completa. A edição destaca que os professores da referida disciplina deveriam desenvolver um novo modo de trabalho em sua atuação docente, com destaque para as análises, avaliações, reformulações das percepções e dos objetivos, diante da compreensão e da conscientização crítica do aluno.

Na 11ª edição (1985f, p. 2), divulga-se que o Projeto Memória havia passado por mudanças em sua coordenação, as quais implicaram em sua reelaboração. A edição explicita que a equipe do projeto participava de capacitações regulares, sendo todos orientados com base em conhecimentos teóricos-metodológicos sobre pesquisa de campo, memória oral e arquivismo documental. Destacou-se, ainda, que foi iniciado um trabalho de campo por intermédio de entrevistas e coleta documental.

A Secretaria Municipal de Educação afirmava que o Projeto Memória deveria ser considerado memória efetiva na cidade de Maringá, pois apresentava forma e conteúdo. Segundo a 11ª edição de *Nosso Rumo* (1985f, p. 2), a equipe havia resgatado, com o auxílio dos moradores, documentos que apresentavam informações sobre a constituição da população maringaense. Os documentos já haviam sido separados e organizados em arquivos, e o cadastramento dos pioneiros já estava quase finalizado. De acordo com o informativo, o trabalho objetivava o “[...] resgate da “memória viva”, um dos seus principais objetivos (NOSSO RUMO, 1985f, p. 2).

O informativo *Nosso Rumo*, na 14ª edição (1986a, p. 3), divulgou que a equipe iria dinamizar suas atividades e informou sobre o encontro promovido pelas Secretarias de Educação, Cultura e Turismo de Maringá com a equipe do Patrimônio Histórico de Curitiba. Nesse encontro, avaliou-se a possibilidade de

criação de uma lei municipal para o tombamento histórico³⁴ da cidade. O intuito era realizar o registro do patrimônio histórico de Maringá com base em uma legislação específica e oficial do Estado, ou seja, registrar oficialmente o que era de valor para uma comunidade, assim como preservar suas referências, marcas e marcos da história da sociedade maringaense.

Na mesma edição, o impresso explicita a participação de duas integrantes do Projeto Memória a um programa de estágio oferecido na Universidade de Campinas (Unicamp). O estágio tinha o objetivo de favorecer o aperfeiçoamento das participantes em técnicas historiográficas, como gerenciamento das fontes primárias, desenvolvimento e execução de métodos e procedimentos historiográficos, os quais deveriam priorizar as análises e a veracidade da investigação historiográfica. Trabalho rigoroso, fruto de sistematizações complexas e minuciosas.

O informativo *Nosso Rumo*, na 17ª edição (1986d, p. 4), apresentou a criação do Centro de Documentação em Maringá³⁵, espaço que seria utilizado para guardar documentos, fotos, vídeos, discos e objetos históricos, local que os pesquisadores iriam coletar e selecionar as principais informações sobre a fundação e povoamento da cidade de Maringá. Um espaço de trabalho para os historiadores do Projeto Memória, incumbidos de classificar, catalogar e organizar documentos e objetos de forma sistematizada.

O informativo divulgava que o Projeto Memória buscava conservar e preservar os documentos que eram adquiridos pelos cidadãos e empresas maringaenses, visava coletar de dados e objetos do processo de colonização e urbanização de Maringá.

³⁴ O tombamento histórico é um ato administrativo executado pelo poder público com o objetivo de preservar, por meio da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

³⁵ O Centro de Documentação foi divulgado apenas na 17ª edição (1987), portanto não há mais registro de suas atividades. Em pesquisa em sites, bem como no Patrimônio Histórico de Maringá, não foram encontradas mais informações sobre esse espaço. No entanto, esta pesquisa identificou nos arquivos do Patrimônio Histórico de Maringá que o Projeto Memória foi o embrião de sua criação. No portal do Patrimônio Histórico, está registrado que o órgão foi criado em 1984, com a titulação de Projeto Memória, que tinha como iniciativa coletar, organizar e difundir os documentos históricos sobre a cidade. Segundo o site, o Patrimônio Histórico vem ao longo do tempo recolhendo, organizando e disponibilizando ao público pesquisador documentos referentes à história de Maringá. Para saber mais, acesse: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/cultura/?cod=patrimonio>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

Ainda na 17ª edição (1986d, p. 4), o informativo relata o Projeto Museu de Rua, intitulado Retratos do lugar de uma gente, um museu sem paredes, portas ou janelas, montado em pontos estratégicos da cidade. O museu exibiria fotos, documentos, textos, jornais e objetos coletados que contavam a história do povo e do município de Maringá.

Na 23ª edição do informativo *Nosso Rumo* (1987b, p. 3), a Secretaria Municipal de Educação destacou um dos trabalhos desenvolvidos nas escolas municipais, segundo a orientação e edição dos professores de História, em parceria com o Projeto Memória, foi organizado um estudo de pesquisa com o foco na história da cidade. A equipe do projeto, com auxílio dos docentes, direcionou-se até as escolas e apresentou aos alunos fotos e slides que registravam fatos importantes sobre a cidade. A estratégia contribuiu para o enriquecimento do conhecimento de 235 alunos da rede municipal de ensino, os quais aprenderam sobre a história dos pioneiros de Maringá, estudo que é apresentado no informativo intitulado *Conhecendo Nossa História*.

Na mesma edição, foi divulgado outro trabalho realizado na Escola Municipal Delfim Moreira, pelo professor de geografia da instituição com os alunos da 6ª série, sobre os migrantes e imigrantes na região de Maringá.

Com objetivo de fomentar nas crianças uma atitude de curiosidade, observação crítica diante da realidade, às 6ª séries, ao estudar a população mundial e do Brasil, pesquisaram através de entrevistas, o motivo da vinda de imigrantes nas localidades em que moram. O estudo obedeceu às seguintes etapas: 1º estudo dirigido com auxílio de Atlas e livros didáticos, 2º pesquisa de campo (entrevistas), 3º tabulação de entrevistas, 4º conclusões. Dentre as conclusões do trabalho “População Mundial e do Brasil registramos o que se refere aos Migrantes e Imigrantes feitas pelos alunos da Escola Delfim Moreira (NOSSO RUMO, 1987b, p. 3).

De acordo com o impresso, o estudo promoveu uma atividade dirigida de campo, com entrevistas, pesquisas em materiais didáticos, elaboração de questionários, tabulação das entrevistas e registro de conclusões. É importante ressaltar que esse trabalho foi realizado em todas as escolas municipais com alunos da 6ª série.

Ao longo da pesquisa, observou-se que impresso também explicita as práticas pedagógicas realizadas pelos alunos, por exemplo: entrevistas com

migrantes, vindos do estado de São Paulo, devido à propaganda da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, a qual divulgava que a região oferecia melhores condições de vida; entrevistas que os alunos fizeram com imigrantes portugueses, japoneses, italianos, alemães e argentinos sobre os motivos que os levaram a virem para o Brasil, como a 2ª Guerra Mundial, casamento, busca por uma melhor qualidade de vida e conselho de parentes. É importante ressaltar que os dois relatos de entrevistas são de uma única escola, entretanto o impresso informa que todos os alunos da rede realizaram tais entrevistas, somando um total de 182 alunos e 65 pessoas entrevistadas (NOSSO RUMO 1987b, p. 2).

A 27ª edição do impresso *Nosso Rumo* (1987b, p. 2) explicitou, ainda, que a equipe do Projeto Memória, a qual iniciava o trabalho de resgate iconográfico da memória arquitetônica de Maringá, levantou dados sobre as primeiras edificações da cidade na região do Maringá Velho, local onde foram feitas as primeiras construções da cidade.

A execução de um trabalho dessa natureza, faz-se no caso de Maringá dentro de um caráter de urgência, pois com a velocidade extremada com que vem acontecendo o crescimento da cidade, tanto na verticalização quanto na horizontalização, um dos primeiros elementos condenados à extinção é o espaço físico (edificações) (NOSSO RUMO, 1987f, p. 4).

O principal instrumento adotado pela equipe no processo foi a fotográfica, recurso que, segundo o impresso, possibilitou identificar os marcos históricos. A pesquisa compreende que o Projeto Memória foi idealizado para construir as memórias da cidade de Maringá e contou não apenas com o empenho das Secretarias de Educação, Cultura e Turismo, mas com o empenho significativo dos profissionais da educação na elaboração de projetos escolares e dos próprios moradores maringaenses.

Na 27ª edição (1987f, p. 4), afirma que as pesquisas e os estudos veiculados nas escolas municipais visavam conscientizar os alunos a participarem ativamente do Projeto Memória. Estratégias de estudo, como as entrevistas de campo com a população, enriqueciam a proposta de trabalho da equipe da secretaria e do projeto, na medida em que os docentes instruíam os educandos a observarem a História, não como uma construção individual, mas, sim, como algo participativo e cooperativo.

4 A EDUCAÇÃO E A MEMÓRIA EM MARINGÁ: PROJETO MEMÓRIA (1984 a 1987)

Esta seção apresenta, por meio do informativo *Nosso Rumo*, o Projeto Memória, fruto do esforço da Secretaria Municipal de Educação em veicular, resgatar, recuperar e preservar a memória, bem como escrever uma história para Maringá. A pesquisa identificou que a secretaria buscou escrever a memória dos protagonistas por meio dos relatos, objetos e documentos gerados pelos moradores na construção de uma nova interpretação histórica para a cidade.

O objetivo da projeto era oportunizar que as memórias dos fundadores, pioneiros e cidadãos maringaenses fossem identificadas e valorizadas no processo de reconstrução histórica. Diante dessa perspectiva, Le Goff (2013) afirma que é preciso detectar os indivíduos, coletar e analisar os dados e as informações da memória escrita pela história oficializada, contudo é primordial conhecer também os marginalizados e os excluídos, a fim de compreender as disputas e as negociações de toda a produção, ou seja, é essencial identificar os distintos protagonistas de uma sociedade e, a partir disso, escrever uma história de todos, não apenas de um grupo privilegiado.

De acordo com Le Goff (2013, p. 399), a memória é uma invenção que a história escreve, é conquistada no passado pela apropriação e significação de sentidos, pelos indivíduos em sociedade, portanto é importante elencar as distintas representações que são construídas. O autor evidencia que pesquisar, relembrar e evocar os episódios que ocorreram de formas diferentes na história possibilita elaborar narrativas com análises estruturadas, as quais perguntam, questionam, interrogam e buscam apreender as consequências, os reflexos, as representações e a importância que os fatores tiveram no interior de diferentes grupos de uma sociedade. Desse modo, as perguntas elaboradas, que partem de análises estruturadas dos fatos relatados pela historiografia, auxiliam o pesquisador a entender a identidade de uma sociedade.

Ao analisar as edições, foi possível identificar que o Projeto Memória é um dos mais divulgados e descritos, aparece em 17 das 28 edições do *Nosso Rumo*. Na 1ª edição (1984a, p. 1), a Secretaria Municipal de Educação relatou os objetivos do Projeto Memória, dá ênfase ao comunicar que as informações

coletadas seriam utilizadas na produção de material didático da disciplina de História, para os alunos da 3ª série do município, o que era necessário, segundo a secretaria, pois a história de Maringá era um dos conteúdos do currículo escolar.

O estudo compreende que a Secretaria Municipal de Educação, por meio de ações, voltou seu olhar para nuances que as fontes documentais, objetos recuperados pelos moradores e a contextualização historiográfica da época poderiam oferecer no processo de investigação para a escrita da história de Maringá. Objetivava-se revisitar, recordar, verificar e analisar as memórias produzidas, atentando-se ao local social de seu surgimento.

Diante disso, a pesquisa busca, nesta seção, identificar as intencionalidades da Secretaria de Educação e o que ela priorizou colocar em circulação no Projeto Memória do informativo *Nosso Rumo* durante os anos de 1984 a 1987, ou seja, identificar e descrever as propostas, ações e práticas pedagógicas planejadas e executadas nas escolas municipais e na comunidade.

De acordo com Le Goff (2013), é a descrição, a observação e os questionamentos feitos pelo pesquisador que possibilitam identificar os vestígios, a fim de sistematizar e compreender as representações de uma sociedade em determinado período histórico.

O Quadro 5 foi organizado com o objetivo de apresentar o cenário panorâmico dos quatro anos de edição em que o Projeto Memória foi divulgado no informativo. A escolha pela linearidade foi proposital, para garantir distinção visual das publicações nas quais o projeto foi divulgado. As edições aparecem de forma ordenada, de acordo com a periodicidade e o rol de atividades promovidas pela Secretaria de Educação, Cultura e Turismo de Maringá.

Ano	Edição	Periodização	Atividades do Projeto Memória
1984	1ª, 2ª, 4ª e 5ª	Junho, agosto, outubro e novembro	O que é o Projeto Memória, qual o objetivo e o que busca priorizar?
1985	8ª, 10ª, 11ª e 12ª	Maior, agosto, setembro e outubro	Projeto Memória: quais atividades de pesquisas realizadas pelos alunos; textos reflexivos para os professores sobre a importância da memória.

1986	14 ^a , 16 ^a , 17 ^a , 19 ^a e 20 ^a	Março, maio, setembro e outubro	Projeto Memória: prática: criação do Centro de Documentação e do Museu de Rua); texto reflexivo sobre a história da municipalização do ensino no Brasil.
1987	23 ^a , 24 ^a , 26 ^a , 27 ^a e 28 ^a	Abril, maio, agosto, setembro e outubro	Projeto Memória: prática: pesquisa de campo sobre a imigração e migração; estudo com os alunos sobre a história do município e da escola com base em pesquisas de campo, pesquisa em livros didáticos, explicação em sala de aula pelo professor e produção textual; divulgação do projeto “resgate iconográfico”.

Quadro 5 - Panorama do informativo *Nosso Rumo*

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 5 enumera as propostas, os projetos e as práticas pedagógicas referente às temáticas memória e história, assim como a concepção constituída durante os anos de publicação do Projeto Memória no informativo *Nosso Rumo*. Nas primeiras edições, a Secretaria Municipal de Educação anunciou e especificou que o Projeto Memória possuía o objetivo de “[...] compreender o trajeto histórico do passado ao presente” (NOSSO RUMO, 1984a, p. 1), assim como divulgou que os membros da equipe do projeto coletariam todo tipo de informação e objetos que contribuiriam para recuperar, preservar e atualizar a memória maringaense.

Na 2^a edição do *Nosso Rumo* (1984b, p. 2), a secretaria relata que as escolas municipais investiram esforços na tentativa de repensar a cultura popular evocada como tradição, isto é, as festas, as danças e o folclore apresentados nos bairros pela comunidade seriam trabalhados pelos professores, em sala de aula e, em seguida, expostos nas mostras e exposições culturais nas escolas. Iniciativas como essa foram retratadas ao longo das publicações no impresso, por meio das propostas pedagógicas. De acordo com o informativo:

É necessário e urgente indagar, divulgar, refletir e trabalhar as manifestações, tradições, os conteúdos culturais identificados na comunidade através do teatro, música dança, desenho, fotografia integrando-as ao currículo escolar. O espaço escolar pode, ao mesmo tempo, em que propicia a valorização e preservação da unidade cultural da comunidade onde está inserida, permitir um espaço mais amplo, forte e democrático à comunidade para a reflexão e questionamento do contexto sócio-político-econômico da região (NOSSO RUMO, 1984d, p. 2).

A Secretaria Municipal de Educação articulou os aspectos históricos, culturais e sociais na construção da memória local da cidade, pois considerava que esses aspectos representavam, de forma direta ou indireta, a constituição social do povo maringense. Desse modo, todas as memórias e os aspectos constituídos como história da cidade eram analisados, estudados, valorizados e preservados, pois o objetivo da secretaria era elaborar “[...] um inventário histórico e cultural de Maringá” (NOSSO RUMO, 1984e, p.3).

Na 5ª edição (1984e, p. 3), o informativo explicita que o Projeto Memória pretendia verificar as criações e as expressões dos moradores, por isso a importância de entender todos os campos de atuação da atividade humana. Nas edições 8ª, 10ª, 11ª e 12ª, foram divulgadas informações referentes ao Projeto Memória, tais como: mudança na coordenação; formações e capacitações disponibilizadas para a equipe; novas iniciativas técnicas implementadas para atualizar e produzir a memória da cidade. Além disso, o impresso expôs trabalhos, textos editoriais/reflexões e pesquisas investigativas estruturadas pelos professores e realizadas pelos alunos nas escolas municipais – tais práticas pedagógicas eram planejadas em conjunto: Secretaria Municipal de Educação, Escola Municipais e equipe do Projeto Memória.

Nas edições 14ª, 16ª, 17ª, 19ª e 20ª, foram evidenciados os direcionamentos do Projeto Memória e os resultados obtidos, que destacavam o desempenho dos integrantes do projeto na implementação dos procedimentos metodológicos.

O volume de informações contidas nos documentos escritos, fotografias, slides, discos, fitas, vídeo-tapes, etc; a necessidade; as dificuldades de conservação e a importância de preservação desses documentos fizeram com que a equipe de Projeto Memória se preocupasse com essa área, criando o Centro de Documentação, que além de guardar estes materiais, executa o trabalho diário de seleção, recorte, colagem de materiais sobre Maringá (NOSSO RUMO, 1986d, 3).

A 17ª edição do impresso *Nosso Rumo* (1986d, p.3) relatou sobre o crescimento e a visibilidade do projeto e também sobre sua transferência para a Secretaria da Cultura e Turismo, bem como os novos subprojetos que estavam sendo implementados: a criação do Centro de Documentação e o Museu de Rua, os quais serão especificados em um dos subitens desta seção.

Nas últimas edições, 23^a, 24^a, 26^a, 27^a e 28^a, a forma recorrente das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores nas escolas municipais foram apresentadas. De acordo com o informativo, “[...] a escola tem que ajudar a criança para que, em seu processo de crescimento, ela possa comparar a realidade que a cerca e consiga localizá-la de forma lúcida e criativamente” (NOSSO RUMO, 1987f, p. 2). A Secretaria Municipal de Educação utilizou as estratégias implementadas pelo Projeto Memória para conscientizar os alunos de sua realidade e do percurso histórico, na medida em que buscou evidenciar que todo ser humano e sociedade são submetidos a discursos e ideias pré-definidas. O Projeto Memória foi abrangente, veiculou reflexões e estabeleceu atividades que contemplaram, de forma ampla, todos os aspectos da constituição do cidadão maringaense, priorizou as concepções de vida, as tradições e o modo de viver de todas as classes sociais, não apenas de uma classe e/ou grupo elitista, ou seja, uma história monopolizadora vista a partir de uma única concepção analítica, que reduz as possibilidades de compreensão social.

O estudo identificou que os trabalhos e pesquisas realizadas nas escolas apresentavam às crianças a história dos primeiros pioneiros, questionando-os a pensarem como, por que e para que os homens simples, do campo, migrantes e imigrantes apostavam em uma cidade, recém-fundada no norte do Paraná, como um lugar que poderia oferecer melhores condições de vida para suas famílias?

Os estudos apresentavam aos alunos que os pioneiros deslocavam-se para o município de Maringá sem nenhuma garantia, tinham apenas promessas da empresa colonizadora Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, que afirmava as possibilidades lucrativas da região.

As primeiras famílias que vieram morar na gleba, eram pessoas que gostavam da agricultura. Vieram de diversos lugares, principalmente do Estado de São Paulo e a maioria descendentes de italianos e espanhóis. Aqui chegaram com muita coragem e vontade de melhorar as suas vidas e contribuir com o seu trabalho neste lugar. Foi muito difícil porque não havia nenhum conforto, era tudo mato, sem estrada e sem casas. Eles tiveram que fazer tudo que precisavam. Em dois anos, o mato já estava todo derrubado e café plantado e todo mundo trabalhava plantando e colhendo. Foi no ano de 1945 que começaram a

entrar os primeiros desbravadores dessa região (NOSSO RUMO, 1987d, p. 3).

O texto da citação, redigido por um aluno não identificado e divulgado na 25ª edição (1987d, p. 3), apresenta informações sobre a história dos primeiros moradores da cidade de Maringá, conteúdo específico do currículo escolar maringaense no ano de 1987. A produção textual detalha o trabalho dos primeiros moradores e as difíceis condições de vida que enfrentaram no desbravamento da cidade.

A Secretaria Municipal de Educação buscava apresentar uma história condizente com a realidade dos alunos. Segundo a própria secretaria, até aquele momento, a história da cidade era ministrada nas escolas, mas era baseada em recortes e fragmentos divulgados pela Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná. Nesse sentido, era preciso identificar, por intermédio das memórias dos moradores, uma forma de escrever uma nova memória histórica.

PROJETO MEMÓRIA - objetivando a produção de material didático – pedagógico, condizente com a realidade desta Secretaria de Educação desenvolverá em breve o PROJETO MEMÓRIA do Município. Este projeto visa colher dados de toda a ordem que possibilitem o conhecimento e a compreensão da trajetória do processo histórico do passado ao presente de modo a orientar a produção de material que favoreça a interação social da criança em que vive (NOSSO RUMO, 1984a, p. 1).

O estudo evidenciou que, no início, o Projeto Memória procurou encontrar variedades de objetos, documentos, fotos e jornais, objetos que auxiliassem a identificar e a compreender a memória produzida. Sendo assim, priorizou observar aspectos do passado ao presente dos moradores de Maringá e dos distritos de Floriano e Iguatemi.

A finalidade descrita na 1ª edição do informativo *Nosso Rumo* (1984a, p. 1) era de “[...] orientar a integração social da criança no contexto social no qual estava inserida”, ou seja, produzir, mediante os resultados conquistados pelo Projeto Memória, uma memória coletiva com base na memória individual de cada cidadão. Le Goff (2013, p. 423) afirma que toda memória é uma representação do passado, é histórica e social, tem como objetivo conservar certas informações. A memória “[...] remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou

informações passadas, ou que ela representa como passadas” (LE GOFF, 2013, p. 423).

Essa concepção de memória compreende que a secretaria tentou recuperar e resgatar informações para os indivíduos do município, aquelas que eram importantes e válidas para preservação. Faz-se necessário salientar que o Projeto Memória, ao longo de suas edições, não divulgou informações referentes à data, ao local, aos objetos ou documentos adquiridos pelo projeto para a produção da memória, apenas destacou que tudo que fosse recuperado seria utilizado na efetivação da memória da cidade.

Na 2ª edição do impresso (1984b, p. 2), destacou-se que o projeto era realizado em parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Cultura e Turismo. Nessa publicação, é veiculada uma chamada para a recuperação de dados com o slogan “Maringá tem uma história, ajude a contá-la”. A equipe do projeto reafirmava a todo momento que qualquer tipo de documento e objeto era importante e seria utilizado na produção histórica, sendo assim, nada seria descartado. Os integrantes do Projeto Memória asseguravam que todos os vestígios seriam valorizados, nenhum objeto e documento seria desconsiderado.

Discursavam sobre a importância de escrever uma história real e significativa, compartilhada de maneira representativa entre todos os indivíduos (NOSSO RUMO, 1984b, p. 2). A Secretaria Municipal de Maringá atribuía ao Projeto Memória a responsabilidade de recuperar informações de acontecimentos/fatos que os moradores da cidade, vivos ou não, vivenciaram.

Esta pesquisa interpreta, contudo, que toda seleção é intencional, isto é, quando o pesquisador/autor define um fato ou um dado e/ou a forma de evidenciar, ele direciona o olhar do leitor, pois orienta a trajetória e análise da fonte, bem como prioriza, seleciona e coloca em destaque o que interpreta como relevante. Por isso, é importante compreender as entrelinhas, os porquês e a intencionalidade dos que produziram e/ou produzem a história e a memória.

Para Burke (1992, p. 15), “[...] a história é objetiva. A tarefa do historiador é apresentar aos leitores os fatos, “como eles aconteceram realmente”, porém é preciso atentar-se não apenas à representatividade dos que produziram o documento, mas a todo contexto e vestígios que podem ser garimpados com um olhar cauteloso e minucioso do pesquisador.

Le Goff (2013, p. 492) destaca que a memória coletiva lembrada, observada e recuperada estabelece uma continuidade do passado com o presente, é produzida e apreendida pelos sujeitos de forma intencional e seletiva, é uma atividade consciente estabelecida por aqueles que detêm o poder de representar e efetivar modelos, ideias e hábitos sociais.

A Secretaria Municipal de Educação, por meio do impresso e do Projeto Memória, difundia concepções e ideais representativas da história com base em propostas reguladoras e formativas. A secretaria que o Projeto Memória contribuiria na constituição social da cidade de Maringá, uma vez que era idealizado e planejado por órgãos oficiais e desenvolvido por aqueles que trabalhavam com a formação humana, ou seja, o professorado.

O impresso relatava que os educadores elaboraram e executaram as práticas pedagógicas concernentes com os objetivos da Secretaria Municipal de Educação. As edições evidenciam que os alunos, nas escolas públicas, eram submetidos a conteúdos sobre a história da cidade, ensinados a planejar e a produzir pesquisas e trabalhos que contribuíram para a produção da memória de Maringá. O impresso explicita que o Projeto Memória direcionava estrategicamente o processo de ensino/aprendizagem das crianças, principalmente para que compreendessem sua condição como ser histórico e social.

O informativo *Nosso Rumo* destacava que os indivíduos deveriam atuar conscientemente na constituição da sociedade e, assim, produzir seu contexto social e repertório de vida. Afirmava, ainda, que os alunos deveriam ser ativos, conscientes de sua condição, autônomos na construção do conhecimento e seguros quanto às suas decisões.

Na 5ª edição do *Nosso Rumo* (1984e, p. 4), a Secretaria Municipal de Educação destaca, por intermédio do Projeto Memória, que “[...] há também a urgência necessidade de situar a Escola enquanto espaço físico, o espaço histórico, o espaço esportivo, o espaço político, a serviço da comunidade”. Um novo modelo de escola, para um novo modelo de cidadão, o qual compreende, identifica e reconheça sua identidade cultural e social, que saiba discernir a dinâmica e os aspectos construídos historicamente e utilize dessas habilidades para atuar na sociedade. Vale ressaltar que essas e outras concepções serão trabalhadas nos próximos subitens.

4.1 O Projeto Memória: circulação do informativo *Nosso Rumo*

Para Certeau (2012, p. 92), as estratégias utilizadas para produzir a memória histórica seguem “[...] critérios próprios, com base em fragmentos tomados nos vastos conjuntos de produção para compor histórias originais. Contabiliza-se aquilo que é usado, não as maneiras de utilizá-lo”. Para o autor, a construção de uma prática cultural é produzida por elementos das práticas sociais que podem ser selecionados e classificados, aspectos determinantes para consumo. Ações e efeitos perceptíveis nos quais as práticas pedagógicas são consumidas, “[...] circulam sem ser vistas, perceptíveis somente por causa dos objetos que movimentam e fazem desaparecer” (p. 92).

Dessa forma, a produção de memória coletiva é conquistada por intermédio de documentos, objetos e outros tipos de elementos que devem ser analisados com base na compreensão de conceitos cristalizados e consumidos por um grupo social intencionalmente.

O estudo verificou que toda construção de memória individual e coletiva está ligada à produção da identidade cultural. De acordo com Stuart Hall (2016, p. 10), a identidade cultural dos sujeitos e de uma sociedade é produzida com base em significados compartilhados, no conjunto de práticas, na produção e no intercâmbio de sentidos entre os membros do grupo social, na representação e apropriação dos aspectos sociais que consomem e produzem.

Stuart Hall (2016) assevera que são as representações que garantem ao ser humano a consolidação e a divulgação de suas crenças e afirmações humanas. É o ato criativo que determina como as pessoas pensam sobre o mundo e sobre elas. Sendo assim, é o ato que propicia ao pesquisador transformar as representações em objeto de análise crítica e científica da realidade social.

Desse modo, a produção de identidade, da memória e da cultura é assegurada quando os indivíduos interpretam o mundo de maneira semelhante e podem expressar os pensamentos de forma que um consegue compreender o outro (HALL, 2016, p. 20).

De acordo com Certeau (2012) e Hall (2016), os documentos, os objetos, os acontecimentos não garantem a produção da memória e da identidade de uma sociedade, são aspectos importantes, entretanto, é o sentido que os homens atribuem que os constituem relevantes. Segundo Hall (2016, p. 18), os sentidos são construídos e regulados por um sistema de representação que parte de movimentos sociais e apropriações da cultura, que são conquistadas, prioritariamente, por meio de suas práticas de vida.

Na 11ª edição do *Nosso Rumo* (1985f, p. 3), foi possível observar que, por meio do Projeto Memória, a Secretaria Municipal de Educação desenvolveu novos modos de fazer memória, fundamentados em orientações teóricas e metodologias relacionadas à memória oral. Destaca-se que os integrantes do projeto realizaram trabalho de campo, baseado em entrevistas e coleta documental, ou seja, deslocaram-se do espaço fixo e estável da secretaria, com o objetivo de sair às ruas, ouvir e identificar as práticas culturais consumidas e as apropriações constituídas na comunidade.

Com as mudanças da coordenação do Projeto Memória, a partir de agosto deste ano, o que implicou inclusive na reelaboração do processo como um todo (tarefa que já foi realizada), está se criando novas perspectivas. A equipe está recebendo atualmente orientações teóricas e metodológicas. Para tanto, está sendo oferecido aos integrantes da mesma um curso sobre memória oral e arquivista documental (NOSSO RUMO, 1985f, p. 3).

A secretaria trabalhou para ressignificar a concepção de memória e história, elegeu novas perspectivas teóricas e procedimentos metodológicos, ou seja, novos modos de investigação que possibilitavam análises mais amplas e concretas. Tomando como base a concepção de memória de Le Goff (2013), essa nova forma de investigação possibilita ao historiador identificar as memórias consolidadas, definidas como identidade individual e/ou coletiva, consideradas elementos de poder, vistas como essenciais na constituição social.

Essa perspectiva de trabalho fez com que os diligentes da Secretaria Municipal de Educação percebessem a importância de fundamentar suas propostas e projetos. Uma das estratégias escolhidas foi vincular, no impresso *Nosso Rumo*, textos ligados aos objetivos do Projeto Memória, a finalidade principal era promover capacitação à equipe de historiadores e aos docentes que atuavam nas escolas municipais.

Outro fator importante está explicitado na 14ª edição (1986a, p. 3). Nela, está exposto o texto da professora doutora Guiomar Namó de Mello³⁶, em que a docente afirma que a escola deveria respeitar as diversidades culturais e sociais de seus alunos e da comunidade, contudo também deveria assegurar que o regionalismo não colocasse em risco o núcleo comum mínimo de conhecimentos e habilidades, saberes necessários para apropriação da cultura e para a “socialização democrática do saber que é patrimônio da sociedade” (MELLO, 1986a, p. 3).

A Secretaria Municipal de Educação estabeleceu uma diretriz clara para os parâmetros da produção de memória e da cultura no município maringense. Uma de suas estratégias foi fazer com que os professores compreendessem o processo de construção e, assim, definiu a função da escola e da educação na produção cultural e social.

Uma tal concepção sobre o papel da educação como um dos instrumentos por excelência de formação da cidadania estabelece como objetivo maior da política educacional e afetiva a universalização de uma escola básica unitária, de caráter nacional. Só essa escola será democrática no sentido mais generoso da expressão, porque garantirá a todos, independentemente da região onde vivam, do credo político ou religioso que professam, uma base comum de conhecimentos e habilidades (NOSSO RUMO, 1986a, p. 3).

A Secretaria Municipal de Educação explicitou, mediante o Projeto Memória, a importância de produzir uma memória regional, mas não restrita ao âmbito local, pois compreendia que a cidade fazia parte de uma nação que estava, assim como ela, buscando produzir uma nova identidade cultural, com base em princípios democráticos. Para a secretaria, as produções locais e regionais deveriam ser pontos de partida a fim de garantir dimensões intelectuais e culturais amplas e não o fim das construções históricas e culturais.

A 5ª edição (1984e, p. 4), última publicação no ano de 1984, destaca que o Projeto Memória produziria um inventário histórico e cultural de Maringá, que

³⁶ Guiomar Namó de Mello foi professora universitária na PUC-SP em 1967, onde trabalhou até 1985, tendo chegado a ser professora doutora do Departamento de Educação, lecionando no Curso de Pós-Graduação de Educação. Paralelamente, fez carreira no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas de 1971 a 1982, onde chegou ao posto de pesquisadora sênior. De 1982 até 1985, foi Secretária da Educação da cidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoag/guiomar-namo-de-mello>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

seria dividido em subprojetos preparatórios e teria o desafio de desenvolver um intenso trabalho de três anos. O Projeto Memória cooperava para que educadores, alunos e comunidade viessem reviver, recuperar e identificar sentimentos próprios de sua realidade, do passado, das tradições e das lembranças, conscientizando-os da existência com base na apropriação de uma cultura própria e regional, representativa e afetivamente compartilhada por seus membros.

De acordo com a 5ª edição (1984e, p. 4) a construção da memória coletiva regional iria “[...] proporcionar às comunidades rurais, urbanas e periféricas, meios para conhecimento e valorização de sua própria história”. Segundo Halbwachs (2003, p. 20), a memória apoia-se na afetividade, no sentido do próprio passado, constrói uma narrativa, um relato e resulta em um modelo de discurso. Para o autor, é o ser humano que possibilita que as memórias reapareçam, entretanto são os sentimentos afetivos que os trazem de volta ao presente e, assim, trata de consolidá-los como memória social.

Halbwachs (2003), afirma que a afetividade faz parte do social, pois propicia ao indivíduo relacionar-se com um grupo que está inserido, a entender e construir um cenário mais amplo e complexo da vida. Este estudo observa que as primeiras lembranças de acontecimentos e experiências do homem estão ligadas ao grupo e aos seus membros, sendo assim, a memória individual não está sozinha e não é imutável.

O intelectual explica que, ao rememorar o passado individual, não é possível isolar os pensamentos e os sentidos do todo, pois esse é um exercício que traz à tona associações e combinações, as quais abrangem objetos, imagens e histórias do coletivo, de um certo momento histórico, sendo assim, a memória individual confunde-se com a memória coletiva. Le Goff (2013, p. 399) afirma que a “[...] memória é uma invenção, a conquista do homem do seu passado individual, que a história escreve para um grupo social, é a conquista do seu passado coletivo”. Desse modo, não tem como compreender a memória individual e coletiva de forma dissociadas, pois uma necessita da outra para se consolidar e ser utilizada na produção da história.

De acordo com Hall (2016, p. 22), é a construção dos sentidos e dos significados, no circuito da cultura, nos diferentes processos e práticas, que conquista e consolida as representações e a identidade de um grupo e de seus

indivíduos. Contudo, é importante ressaltar, os sentidos não são fixos e imutáveis, ao contrário, são constantemente elaborados, modificados e compartilhados no interior das interações sociais.

Os sentidos também regulam e organizam nossas práticas e condutas: auxiliam no estabelecimento de normas e convenções segundo as quais a vida em sociedade é ordenada e administrada. Eles também são, portanto, aquilo que os interessados em administrar e regular a conduta dos outros procuram estruturar e formalizar. Em outras palavras, a questão do sentido relaciona-se a todos os diferentes momentos ou práticas em nosso “circuito cultural” – na construção da identidade e na demarcação das diferenças, na produção e no consumo, bem como na regulação da conduta social (HALL, 2016, p. 22).

Certeau (2012), por sua vez, observa que a escola estava sendo utilizada como estratégia:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e os objetos da pesquisa, etc). Como na administração de empresa, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio, isto é o lugar de poder e do querer próprios” (CERTEAU, 2012, p. 93).

Nessa perspectiva, na 8ª edição do informativo *Nosso Rumo* (1985, p. 3), foi divulgado, a partir de um texto intitulado “Para que serve a História ensinada nas escolas?”, assinado pela professora Marli Bertoldo Araujo³⁷, os objetivos que a disciplina de História deveria priorizar. Para a Secretaria Municipal de Educação, deveria possibilitar ao aluno conhecer seu passado, a fim de compreender seu presente e as perspectivas de seu futuro.

³⁷ Marli Bertoldo Araújo está identificada apenas na 8ª edição do impresso *Nosso Rumo*. A pesquisa buscou verificar no Núcleo de Educação de Maringá e no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maringá informações que pudessem apresentar o currículo, a formação e os dados sobre a educadora, porém não foi possível, pois nenhum dos dois departamentos administrativos dispunha desses dados, inviabilizando uma análise apurada, não somente da responsável pelo informativo, mas de todos os profissionais que produziram e pensaram o impresso como meio de circulação e vinculação de ideias.

Destaca que os indivíduos deveriam reconhecer a sua realidade, mas também era fundamental identificar e compreender outras realidades, isto é, era preciso desenvolver nos alunos uma consciência crítica, comprometida com a construção e o dinamismo da sociedade, “[...] transformando-se em sujeitos da história e não meros reprodutores da ideologia dominante” (ARAUJO, 1985c, p. 2).

O informativo apresenta, com base no artigo de Araújo (1985c, p. 2), que era preciso distanciar-se da fragmentação de fatos e acontecimentos, de vilões e heróis que, segundo a autora prejudicava a compreensão do processo histórico como um todo, “[...] a consciência crítica não pode ser dada por algum iluminado mas também não surge espontaneamente”. Era preciso contemplar o anseio de apreender uma memória real, daqueles que viviam a dinâmica de vida, de trabalho e das relações da cidade.

Uma forma analítica buscou ser constituída com o intuito de ser preservada, movimento histórico que Le Goff (2013) destaca como sendo a busca do historiador pelos vestígios e pelo trabalho de fazer uma releitura engajada e participativa. Objetivo que não estava em discussão apenas na cidade maringaense, mas era o esforço de educadores e historiadores no Brasil e no estrangeiro.

De acordo com Rodrigues (2012, p. 35), o governo brasileiro, na década de 1980, passou a direcionar e estabelecer suas ações políticas e econômicas com base em uma perspectiva democrática/participativa, e o “[...] discurso pedagógico era o meio estratégico de salvação”. O governo entendia que a educação poderia disseminar e conquistar a aprovação da população diante dos novos objetivos.

O projeto para o Brasil dos anos de 1980 constituía-se com base na crença de que a população brasileira ansiava por democracia e isso faria com que lutasse por ela, bastando que fosse estimulada e que aprendesse a reivindicar direitos. Os governos estaduais, eleitos por voto direto, posicionavam-se como mediadores na construção desse ideal, propunham-se a somarem esforços com a sociedade, fazendo seu papel, por meio da promoção de estratégias de ação e convencimento, como um canal de condensação dos interesses sociais e, para que isso se viabilizasse, propunha-se a oferecer à sociedade um projeto global e coerente com a situação real do país, almejando a transformação da vida nacional (RÓDRIGUES, 2012, p. 37).

A educação foi tomada pela esfera pública para a produção de um novo modelo de país, os projetos educacionais e o direcionamento possuíam o objetivo de formação social para todos os setores da sociedade. Segundo Martinez (2009 p. 21), a “[...] educação foi categorizada como aquela capaz de formar homens para a realização desse “novo” comprometido com as melhorias sociais”. É certo que o período em destaque apresenta iniciativas de transformações sociais, idealizadas por aqueles que tinham o poder para elaborar e executar.

Rodrigues (2012, p. 46), ao destacar o documento “Esperança e Mudança”, uma proposta de governo do estado do Paraná para a educação, produzido pelo Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB) em 1982, afirma que se buscava fortalecer o caráter planejador do estado como forma de superar a crise econômica. A educação e a escola seriam, por excelência, as instituições que solidificariam as mudanças idealizadas (ESPERANÇA, 1982).

O fazer pedagógico, os projetos educacionais, a formação dos profissionais das áreas, bem como de seus educandos, passava pela incorporação dos ideais políticos traduzidos na esperança que se alimentava na ideia de um novo país, e a Educação era, prioritariamente, assumida como formadora de homens capazes de realizar o novo. Nova consciência, nova postura política, novos homens, nova república, nova sociedade, mais justa, mais comprometida com as melhorias sociais, enfim, mais democrática (RODRIGUES, 2012, p. 47).

Desse modo, a produção de ideias e o consumo são construídos em um local, escrito e fabricado onde se movimentam, ele define o estabelecimento e as apropriações, o local “[...] pode ser ou estar vinculado a uma das atividades sociais que o sujeito desenvolve”, ou seja, a produção de memória e escrita da história da cidade deveriam priorizar a dinâmica social das atividades que envolviam os integrantes da comunidade local (MARTINEZ, 2009, p. 30). A produção é contabilizada na forma, não na maneira de utilizar, ou seja, “[...] as práticas de consumo são os fantasmas da sociedade que leva seu nome, são as práticas que constituem o ponto de partida, diverso e oculto, da atividade produtora” (CERTEAU, 2002, p. 92).

Sendo assim, para compreender os aspectos representativos de um grupo social é preciso identificar o local, os movimentos e os fragmentos no processo de sua produção, todos os aspectos são importantes para se contar

uma história, compor a memória e a identidade social de uma sociedade. Elementos formais na esfera política e na economia apresentam características de um grupo, porém é preciso levar em conta os vestígios identificados por intermédio dos hábitos, dos costumes e das tradições, por exemplo: reconhecido em um relato oral, que se expressa por meio de sentimentos de pertencimento, por afinidades e interesses compartilhados, que asseguram os objetivos e ideais coletivos.

Chartier (1991) ressalta que a construção de identidade social é resultado de força das representações daqueles que detêm o poder de classificar, selecionar e estabelecer fatos e ações como relevantes ou não para o grupo, mas também pelos aspectos que são reconhecidos como válidos e aceitos, construídos no interior da sociedade e considerados como identidade. Hall (2016) afirma que a identidade social do indivíduo passa a ser definida no interior das novas estruturas do grupo que está inserido, especialmente, por meio das relações que constrói, dos processos conscientes e inconscientes que conhece, reconhece e ressignifica sentidos e significados, previamente estabelecidos, com base nas vivências e experiências individuais e/ou coletivas.

As identidades sociais e culturais são híbridas, movidas por mudanças, encontros e desencontros, são fundamentalmente produzidas por identificação suscetível às transformações e mudanças, direcionadas formam, moldam, transformam culturas, indivíduos e lugares. As sociedades são constituídas por representações em que mudanças ocorrem, culturas se mesclam, associam-se e as verdades e certezas são frágeis e incertas. Nesse sentido, Hall (2016) explica que o estabelecimento de uma identidade, a apropriação de um povo, a partir de uma representação cultural, é fruto de uma constatare modificação, percebida por inúmeros olhares, em uma diversidade significativa diante do tempo e do espaço.

Segundo o autor, o homem se identifica ao local e ao espaço de uma cultura se as características que as formam forem reconhecidas de modo que possam ser sentidas, apreendidas e ressignificadas. Hall (2016) defende a ideia de que a cultura é o conjunto de práticas compartilhadas, de sentidos significados que têm como principal instrumento a linguagem oral e escrita. Para o intelectual, a linguagem é fundamentalmente o meio que atribui sentidos às

coisas, processo em que o significado é produzido e compartilhado, ou seja, atua e exerce a função, tendo como base um sistema representacional.

As representações e as características de uma sociedade são constituídas pelo conjunto de indivíduos que compreendem e agem da mesma forma, expressam seus pensamentos de modo que possuam igual compreensão. São os sujeitos que estabelecem sentido aos objetos e acontecimentos, que produzem e compartilham representações, nesse sentido, “[...] as coisas em si raramente, talvez nunca, têm um significado único, fixo e inalterável” (HALL, 2016, p. 20), são os sentidos, os significados e as representações produzidas no interior de uma sociedade, mutável e instável, que se alteram de acordo com as percepções e sistematização das práticas sociais do grupo.

Damos sentido às coisas pelo modo como as utilizamos ou a integramos em nossas práticas cotidianas. É o uso que fazemos da pilha de tijolos de argamassa que faz disso uma casa, e o que sentimos, pensamos ou dizemos a respeito dela é o que faz dessa casa um lar (HALL, 2016 p. 20).

As sociedades se apropriam das ideias e conceitos, que são internalizados e representados por meio dos significados que são compartilhados. Hall (2016) sinaliza uma função importante no processo do significante que são os elementos intercambiados, por exemplo, as fotos, as imagens e as palavras, segundo ele, são aspectos que auxiliam significativamente na atribuição de sentidos no processo abstrato, é a relação entre o significado e significante fixada pelo código cultural e linguístico que dão suporte para a representação.

O trabalho desenvolvido pelo Projeto Memória entendia a importância do circuito cultural, o qual perpassava as práticas sociais e os processos internos que fixariam a identidade social da população maringaense. Processos que possibilitam identificar os sentidos que os indivíduos atribuem e cultivam sobre a sua identidade, de quem são e a que pertencem, como integrantes de uma determinada sociedade, marcando os sentidos tão firmemente que, após um tempo, passam a ser vistos como uma construção natural e inevitável.

Na avaliação de Hall (2016), o circuito cultural ocorre sempre em um processo contínuo que perpassa a representação, identidade, produção, consumo e regulação, é apoiado em signos e símbolos que propiciam a

circulação de conceitos, ideias e pensamentos que ampliam sua divulgação. Para Hall (2016) e Chartier (1991), a identidade cultural e a identidade social de um povo são baseadas em tudo que é característico e compartilhado, não estão relacionadas à “[...] cultura das coisas, mas à cultura das práticas sociais, processo de produção de sentidos e compartilhamento de significados” (HALL, 2016, p. 19).

Os grupos se formam por identificação social, apresentam metas e objetivos, crenças e ideais coletivos, garantindo unidade social. Uma unidade formada que atua frente às representações que o contexto social produziu. A pesquisa identifica que o Projeto Memória favorecia a identificação e a produção de representação de um novo tipo de memória que pretendia ser produzida para a formação do cidadão democrático, ativo e real. Um ser histórico consciente que percebe os movimentos e as mudanças na sociedade, de como é constituída e tencionada entre as relações humanas e jogos de interesses.

Observou-se, ainda, que a Secretaria Municipal de Educação apresentava uma preocupação constante com a formação de seu professorado, especialmente, no que tange à capacitação profissional, fundamentação teórica, atuação e reflexão de prática pedagógica.

Aproxima-se o dia do Professor. Parece-nos uma ocasião oportuna de reflexão sobre a responsabilidade do educador enquanto profissional preocupado em repensar a educação. Esse repensar deve inicialmente à competência. E essa competência passa por um conhecimento, que deve ser aprofundado, crítico, verdadeiro. Não se pode simplesmente receber receitas prontas e através de uma infinidade de livros e informações, sem discutir, sem pesquisar. O “como fazer” – as técnicas, os macetes parecem que já não foram exaustivamente impostos. Urge refletir, portanto, tendo esse conhecimento aprofundado e crítico: a quem está servindo a nossa prática educacional? Como levar nosso aluno ao conhecimento atual, verdadeiro, não alienante? De que forma transmitir uma cultura, sem saber que represente verdadeiramente os interesses dos nossos jovens? Consciente dos problemas que enfrente pode o professor fazer frente aos desafios do presente, descobrir, inventar e propor razões de esperança e os meios de transmiti-las concretamente (NOSSO RUMO, 1984c, p. 1).

A Secretaria Municipal de Educação divulgava nos impressos textos e reflexões sobre a responsabilidade docente na formação social dos alunos, realizava chamamentos e propunha ações que possibilitava o fortalecimento de

seu compromisso social na produção do novo modelo de identidade que ansiava formar.

Na 6ª edição do informativo *Nosso Rumo* (1985a, p. 1), o texto editorial apresenta o tema “Democratização e Planejamento”, o qual afirmava que a democracia não deveria ser apenas uma conquista momentânea, mas uma experiência efetiva nas escolas municipais, além de ressaltar que o planejamento, realizado no início do ano de 1986, foi produzido com a participação de pais, alunos, professores e técnicos das escolas municipais, “[...] alargando assim suas vivências democráticas”.

Foi encadeado todo o processo de tomada de decisão em conjunto com a elaboração do planejamento pedagógico e da escola. Trabalho iniciado no final do ano de 1984 com as avaliações realizadas por professores e técnicos e culminando em 1985 com várias reuniões para debates, para reprogramação dos objetivos, organização concreta da ação. É fundamental neste processo de democratização escolar que os alunos e pais venham ter ampliadas as oportunidades de participação, fortalecendo nossos laços de convivência solidária e corresponsável, numa educação que procura a quem dela participa (NOSSO RUMO, 1985a, p. 1)

Na 10ª edição (1985e, p. 1), o informativo divulgou o texto da pesquisadora Teresa Roserley da Silva³⁸, intitulado “Da cultura popular às condições concretas da vida”, o qual explicita o grande desafio da educação: era preciso possibilitar às crianças dominarem os conteúdos escolares, levando-as ao domínio do universo do conhecimento comuns e universais, oportunizando condições concretas de vida, entretanto os docentes também deveriam ser capacitados e qualificados para a atuação docente. Segundo a autora, um dos problemas no Brasil era que os professores apresentavam “[...] limitações e deficiências quanto a sua formação e método de trabalho” (SILVA, 1985e, p.1). Também de acordo com a autora, a educação só traria bons resultados às crianças se tivessem:

³⁸ Graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (1967), mestra em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1978) e doutora em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação; políticas educacionais; ensino de 1º grau; Brasil e política educacional.

[...] professor bem preparado, que possa inclusive levar as crianças a dominarem habilidades básicas num curto período de tempo, o que lhes exigirá um esforço enorme. Esse problema deverá receber tratamento especial, uma vez que 22% dos nossos professores são leigos, mal preparados e bem devem ser, no mais curto prazo, substituídos por outros que possam trabalhar com os 2/3 das crianças que chegam ao 1º grau sem ter passado por qualquer tipo de experiência que lhes facilite o processo de alfabetização (SILVA, 1985e, p. 1).

Ainda na 10ª edição (1985e, p. 3) foi divulgado o trabalho de Aperfeiçoamento de Professores que a secretaria propiciava para os profissionais de 1ª e 2ª séries das escolas municipais, “[...] os professores se reúnem na secretaria para sessões de estudos constando de: recuperação e aprofundamento dos conteúdos específicos, pesquisas e organização de práticas metodológicas”. De acordo com o informativo, participaram do projeto cerca de trinta professores e supervisores da rede pública municipal.

Na 14ª edição (1986a, p. 3), a Secretaria Municipal Educação comunicou o 3º Encontro de Estudos:

A 3ª Semana de Estudos realizada de 03 a 07 de fevereiro de 1986 envolvendo 180 professores de Pré a 8ª série, foi mais uma vez o momento de repensar a educação. O trabalho desenvolveu-se a partir de uma reflexão ampla sobre a educação brasileira chegando a discussão e análise das práticas escolares trabalhadas em 85 e de algumas decisões sobre como tornar mais efetivo e atuante a caminhada escolar da educação municipal em 1986 (NOSSO RUMO, 1986a, p. 3).

Observou-se também, no texto editorial da 16ª edição (1986c, p. 3), que o objetivo da Secretaria Municipal Educação era fazer com que o professorado atendesse às suas expectativas e interesses. No texto, está posto que a secretaria possibilitava aos professores uma formação “[...] verdadeira, atualizada e coerente com a realidade”, sendo assim, estimulava e favorecia “[...] discussões sobre planejamentos e prática pedagógica” e priorizava que houvesse uma “[...] leitura constante e crítica da realidade social brasileira” (NOSSO RUMO, 1986a, p. 3, em que os docentes problematizem a realidade de seus alunos com base nos conteúdos básicos da escola.

Dá gosto e entusiasmo constatar, através de trabalhos dos alunos e das propostas de atividades dos professores, o significativo avanço da educação municipal. Os docentes municipais estão de parabéns. Não apenas pelo cumprimento de uma tarefa, mas acima de tudo, por seu engajamento na luta por

uma educação verdadeiramente libertadora (NOSSO RUMO, 1986c, p. 1).

A formação de identidade social foi uma das preocupações da Secretaria Municipal de Educação e, por meio das atividades e práticas pedagógicas do Projeto Memória, buscou viabilizar um modelo de indivíduo para um novo modelo de sociedade. Esse projeto foi uma das iniciativas que favoreceu o processo de conhecimento e integração social dos maringenses, a partir dos dados e objetos históricos recuperados.

O Projeto Memória buscou propiciar que a formação social do município fosse construída, juntamente com a construção da identidade social das crianças. Produzir o “[...] inventário histórico e cultural que objetivava resgatar a memória e a consciência histórica de seu povo” (NOSSO RUMO, 1984e, p. 2). As Secretarias de Educação, Cultura e Turismo, por intermédio do projeto e de todas as propostas que desenvolveram, orquestrou atividades que promoveu o sentimento de pertencimento na população, a promoção do autoconhecimento e identificação cultural.

Compreende-se que o Projeto Memória foi utilizado para divulgar e normatizar ações e propostas para a construção da identidade social em Maringá. A Secretaria Municipal de Educação oportunizava a instrução da sociedade, dos professores e dos educandos. A função político-pedagógica do município de Maringá possibilitava que os indivíduos compreendessem seu direito à educação e à cultura, fazendo com que os alunos se reconhecessem historicamente no tempo e no espaço.

4.2. Os aspectos sociais

A Secretaria Municipal de Educação, ao implementar o Projeto Memória, buscou escrever a história e produzir identidade social por intermédio das memórias dos pioneiros e moradores da cidade. Uma construção coletiva, participativa e democrática, concepções que estavam em pauta na constituição da identidade da nação brasileira.

Para atingir este objetivo, a secretaria direcionou os educadores a desenvolverem com os educandos estratégias fundamentadas em práticas

pedagógicas baseadas nas tradições, nas festas e na cultura local. As práticas pedagógicas contavam com aulas expositivas e pesquisas estruturadas, planejadas pelos docentes previamente.

Ao utilizar as concepções de Certeau (2002, p. 20), constata-se que as ações planejadas pela secretaria e desenvolvidas nas escolas foram estrategicamente utilizadas no intuito de padronizar e fomentar o modelo de ensino, que promoveria a formação social do cidadão maringaense, e a escrever de sua história.

A pesquisa observou que as estratégias impunham uma ordem e uma sistematização incontestável do autor/emissor para o grupo específico, contudo é importante sinalizar que o leitor/receptor não é um agente passivo das estratégias, pelo contrário, ao receber as informações, elabora uma síntese, introduz e produz novamente o que considera válido para a apropriação de sua cultura.

Para Certeau (2002, p. 87) é uma “[...] produção simultânea e constante”. O autor defende, ainda, que são as estratégias e as manipulações das relações de poder de um grupo que dominam os meios de comunicação e limita-os com base em objetivos e interesses.

Posto isto, são os objetivos que gerem as propostas e as relações que atingem os indivíduos, bem como garantem, por meio da racionalização estratégica, o lugar de poder e de querer: “[...] o querer próprio enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro” (CERTEAU, 2002, p. 93).

O conceito de estratégias de Certeau (2002) possibilitou, nesta pesquisa, analisar as divulgações do impresso sobre o Projeto Memória como uma estratégia (projeto/espço/lugar), que estava produzindo ações, propostas e determinações para todo o sistema de ensino da rede pública. O projeto foi um dos meios de comunicação utilizados para propagar os interesses da Secretaria Municipal de Educação e, conseqüentemente, do governo vigente no processo de produção da memória.

As estratégias referentes à produção de memória e à formação de identidade social estão apresentadas no informativo por meio da aplicação de pesquisas que contemplavam: elaboração de questionários dentro e fora do espaço escolar; aulas expositivas; estudo em jornais e livros; exploração e análise do espaço geográfico da região, onde as escolas estavam localizadas; divulgação

de textos que colaboravam com a compreensão no processo ensino/aprendizagem das crianças.

A Secretaria Municipal de Educação divulgava os relatos das práticas pedagógicas e dos procedimentos metodológicos realizados nas escolas municipais, além de divulgar como eram realizados os planejamentos, a efetivação das estratégias e das atividades, o desempenho dos professores e alunos e, por fim os resultados obtidos pelo Projeto Memória. Em análise, observou-se que a equipe de professores da secretaria procurava instruir, formar e fixar caminhos para a prática pedagógica, evidenciando os trabalhos que obtiveram bons resultados.

O impresso *Nosso Rumo* era utilizado pela secretaria como recurso para estimular os professores a seguirem um modelo imposto como sendo ideal. Em resumo, divulgava ações, projetos e resultados específicos que contribuíam para que seus objetivos fossem alcançados.

Na 10ª edição (1985e, p. 3) foi publicado um texto com ilustrações xerografados, em forma de quadrinhos, realizado na Escola Municipal Ruy Alvino Alegretti. O texto foi escrito e ilustrado por uma aluna da 4ª série, que relata a existência de um canavial perto de sua casa, explica como era realizado o processo de trabalho dos boias frias, de como a matéria prima chegava à usina e quais produtos eram produzidos a partir da cana-de-açúcar. Na descrição dessa produção textual, a Secretaria Municipal de Educação especifica que era necessário:

Buscar novas formas de comunicação e de expressar sua realidade é uma das propostas de trabalho da Secretaria Municipal de Educação, Marlene, 4ª série "A" da Escola Municipal Ruy Alvino Alegretti concretiza este objetivo quando relata a história do canavial "que fica perto da minha casa ..."
(NOSSO RUMO, 1985e, p. 3).

A citação demonstra que o impresso, baseado nos objetivos do Projeto Memória, apresentava temáticas sobre a realidade local das crianças, suas vivências e experiências, isto é, buscava-se destacar a identidade e a memória dos moradores, aspectos que deveriam ser reconhecidos e valorizados. A secretaria possuía objetivos claros e suas atividades eram realizadas e divulgadas de maneira intencional. Dessa forma, apresentava e divulgava o que era de seu interesse.

Na 23ª edição (1987b, p. 4), divulgou-se a elaboração e a execução de um trabalho promovido em parceria entre a Secretaria Municipal de Educação, Equipe do Projeto Memória e os Professores das escolas municipais. O impresso *Nosso Rumo* relatou que o trabalho contou com a contribuição do grupo de historiadores do Projeto Memória que apresentaram aos alunos parte da história de Maringá, relacionando os conhecimentos locais e regionais com a história nacional brasileira.

A Secretaria Municipal divulgou que a equipe havia visitado grande parte das escolas municipais, expondo fotos e slides que registravam fatos importantes sobre a cidade maringaense. A atividade foi desenvolvida, segundo a secretaria,

[...] para que os alunos pudessem contemplar e enriquecer seus estudos”, com base no resgate histórico e na compreensão do processo investigativo que havia sido produzido pela historiografia. O informativo destaca que a atividade contou com um total de “235 alunos das 5ª séries das Escolas Municipais” (NOSSO RUMO, 1987b, p. 4).

Ainda na 23ª edição (1987b, p. 3), recebeu destaque o trabalho realizado na Escola Municipal Delfim Moreira, pelos professores da disciplina de Geografia com os alunos da 6ª série. A temática escolhida para a atividade pedagógica foi sobre os “Migrantes e Imigrantes” da região de Maringá. O estudo viabilizou uma pesquisa dirigida de campo, em que os alunos foram orientados a pesquisarem em materiais didáticos, elaborar questionários, realizar e tabular entrevistas e redigir as conclusões.

O informativo evidenciou que os alunos entrevistaram sete migrantes, vindos do estado de São Paulo, que chegaram à região norte do Estado em busca de trabalho e melhores condições de vida. De acordo com Luz France (1997, p. 59), Maringá em virtude de suas “[...] condições naturais, tais como localização geográfica, topografia e clima favorável, foi escolhida para a construção de um dos mais importantes centros urbanos do Norte do Paraná”.

Migrantes: dos sete entrevistados todos vieram do estado de São Paulo.

Motivo da migração: propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná oferecendo: terras férteis, lucros, melhoria de vida. Todas as profissões dos entrevistados estão ligadas à terra. Quanto ao futuro, pretendiam continuar morando em Maringá (NOSSO RUMO, 1987b, p. 3).

Também foram entrevistados imigrantes portugueses, japoneses, italianos, alemães e argentinos, os quais relataram aos alunos os motivos de sua vinda ao Brasil. Dentre os principais motivos estão destacados: os conflitos desencadeados durante a Segunda Guerra Mundial; a formalização de casamentos; a busca por uma melhor qualidade de vida; conselho de parentes. É importante ressaltar que esse relato é de uma escola específica, entretanto o impresso afirma que todos os alunos das 6ª séries, da rede municipal, participaram desse estudo, totalizando 182 alunos e 65 pessoas entrevistadas. De acordo com o impresso:

Com a atitude de fomentar nas crianças uma atitude de curiosidade, observação e crítica diante da realidade, as 6ª séries, ao estudar a População Mundial e do Brasil, pesquisaram através de entrevistas, os motivos da vinda dos migrantes e imigrantes nas localidades em que moram (NOSSO RUMO, 1987b, p. 3).

Os trabalhos propostos seguiam uma dinâmica pedagógica que aproximava e promovia a participação dos alunos, professores, comunidade escolar e da população. Compreende-se, também, que a história e a memória em processo de produção propiciavam a instrumentalização e a construção da identidade local da cidade, pois o movimento de cada criança nas pesquisas, nos trabalhos e as práticas pedagógicas resultavam não em uma recuperação individual, mas na recuperação e preservação da memória coletiva na medida em que apresentava à comunidade os resultados.

Os estudos empreendidos eram sistematicamente planejados, a Secretaria Municipal de Educação possuía destreza, era consciente do que se buscava preservar, ou seja, a história local era a principal finalidade, porém só poderia ser apreendida com base em uma história nacional. Sendo assim, foram recorrentes as intervenções dos professores apresentando aos alunos uma história ampla dos objetivos traçados.

Os projetos e trabalhos realizados nas escolas municipais conscientizavam os alunos e os professores sobre a importância de participarem ativamente do Projeto Memória, ações como entrevistas com a população enriqueceram a proposta, pois proporcionavam aos docentes transmitir aos educandos que a produção da história não é constituída por um único indivíduo, mas, sim, de forma participativa e cooperativa.

Segundo Le Goff (2013), a memória individual baseia-se na construção da identidade e da memória social, nomeada como identidade nacional/local, é produzida pelo conjunto dos indivíduos, e não é construída de forma inconsciente e aleatória, há delimitações e intencionalidades que seguem todo seu desenvolvimento.

Desse modo, a identidade social de uma nação, estado ou município é apoiada em vários elementos: personagens, determinações políticas, econômicas e culturais, que têm como executores uma parcela mínima da sociedade. Sendo que a dinâmica de construção tem como suporte o planejamento de setores específicos da sociedade. Nesta pesquisa, observou-se que a educação foi escolhida dentre os setores sociais para promover e vincular um novo tipo de memória.

De acordo com o impresso, o Projeto Memória possuía o objetivo e justificava-se na possibilidade de “[...] proporcionar às comunidades rurais, urbanas e periféricas, meios para conhecimento e valorização de sua própria história”, bem como, de sua memória (NOSSO RUMO, 1984e, p. 2).

As estratégias e as articulações da Secretaria Municipal de Educação possibilitaram a este estudo identificar que a memória coletiva e a identidade que estavam sendo produzidas possuíam interesses, os quais asseguravam de forma expansiva a apropriação de valores morais, éticos, religiosos e culturais, aspectos que o governo procurava determinar e preservar.

Le Goff (2013), explícita que a memória coletiva é uma conquista, contudo também é um instrumento e objeto de poder, pois em toda construção existe a seleção do que vai ou não ser lembrado, recuperado e preservado, e essa eleição não é imparcial e neutra, ela abarca objetivos claros pelo grupo que têm o poder em sua construção.

Outra questão relevante concentra-se nas práticas cotidianas que deveriam contribuir para a produção da história, da memória e da identidade cultural, práticas cotidianas ligadas ao modo de fazer, conquistadas por intermédio das maneiras de pensar e agir, no intercâmbio e no compartilhamento de significados/sentidos entre os membros de uma sociedade que compreendem minimamente os porquês de suas apropriações.

Para Certeau (2012, p. 87), “[...] o problema está na ambiguidade da palavra, pois nesses “usos”, trata-se precisamente de reconhecer “ações” (no

sentido militar da palavra), que são a sua formalidade e inventividade próprias e que organizam em surdina o trabalho das formigas do consumo”. As práticas cotidianas, ao serem representativas em uma sociedade, desencadeiam apropriações e reapropriações de ordens normativas e institucionalizadas, mas as apropriações não ocorrem de forma espontânea, pelo contrário, elas se dão por “[...] relações de forças definindo as redes onde se inscrevem e delimitam as circunstâncias de que podem apropriar-se”, isto é, “tratam-se de combates ou de jogos entre o forte e o fraco, e das ações que o fraco pode empreender” (CERTEAU, 2012, p. 91). O intelectual enfatiza que,

[...] a “cultura” comum e cotidiana enquanto apropriação (ou reapropriação), o consumo ou recepção considerada como uma “maneira de praticar”, enfim a necessidade de “elaborar modelos de análise que correspondam a essas trajetórias (ou séries de operações articuladas umas às outras no tempo)”. Ficam, portanto, definidos um campo de objetos, uma linha de pesquisa, uma tarefa teórica. Trata-se diz o texto “de esboçar uma teoria das práticas cotidianas para extrair dos seus ruídos as maneiras de fazer” que majoritárias na vida social, não aparecem muitas vezes senão a título de “resistências” ou de inércias em relação ao desenvolvimento da produção “sociocultural” (CERTEAU, 2012, p. 16).

Com base nesta fundamentação, identifica-se que a escola foi utilizada pela Secretaria Municipal de Educação estrategicamente como espaço, com demarcação física autorizada, onde os saberes são reconhecidos, aceitos ou não na produção da identidade histórica e da memória oficial. Compreendia-se que “[...] a escola era o principal espaço veiculador do conhecimento e da cultura, deveria assumir a responsabilidade de resgatar e de valorizar as manifestações populares autênticas, sem contaminá-las ou descaracterizá-las”, atuando na conscientização da cultura regional (NOSSO RUMO, 1984e, p. 2).

Le Goff (2013) e Halbwachs (2003) afirmam que o movimento de produção social é percebido pelos indivíduos por meio dos grupos e movimentos sociais que representam e reivindicam desejos, anseios, conquistas, lutas, angústias e decepções. A produção de uma nova identidade social possibilita a criação de novos modelos de análises e desenvolvimentos mentais diante da compreensão social que é conquistada. Sendo assim, a produção historiográfica, com base em documentos/monumentos, favorece ao leitor/pesquisador

compreender a delimitação e a consolidação intencional de uma lembrança regional/nacional.

Uma guerra, um tumulto, uma cerimônia nacional, uma festa popular, um novo modelo de locomoção – as obras que transformam ruas de uma cidade podem ser pensadas de dois pontos de vistas diferentes. São fatos singulares em seu gênero que modificam a existência de um grupo. Entretanto, por outro lado, esses fatos se transformam em uma série de imagens que trespassam as consciências individuais (HALBWACHS, 2003, p. 79).

Desse modo, o que rompe com a perspectiva de uma construção individual é a ideia da ação produzida fora do indivíduo, uma consciência de representação social produzida pelo conjunto de indivíduos na sociedade, uma consciência social externa que não é isolada, pelo contrário, é grupal, por isso, garante a permanência de pensamentos e ações coletivas.

A Secretaria de Educação, Cultura e Turismo, as escolas municipais, os coordenadores e a equipe do Projeto Memória determinaram os direcionamentos e elaboravam conscientemente a trajetória para o resgate e a preservação das lembranças e da memória individual.

Esta pesquisa entende que a secretaria compreendia que a identidade social era produto das vivências e das memórias dos indivíduos, contudo não era apenas as experiências individuais que deveriam ser destacadas, mas as influências coletivas da sociedade, uma vez que são imprescindíveis para a humanização e construção histórica dos indivíduos. A identidade social deveria ser determinada pelas memórias coletivas, as quais deveriam ser baseadas nas escolhas individuais, como: caráter, valores e a posição dos indivíduos em sociedade.

Em resumo, a identidade social é constituída por memórias individuais, mas apoiadas em memórias coletivas, isto é, uma construção produzida de forma mútua e participativa. A identidade social garante ao homem evocar algo do próprio passado e/ou de seu grupo social, lembranças que sustentam a identidade que é assegurada dialeticamente entre as relações sociais e as histórias.

A 24ª edição do *Nosso Rumo* (1987c, p. 4) apresenta a produção de uma pesquisa bibliográfica e de campo que foi realizada em todas as escolas municipais, em que “[...] os alunos da 5ª série estudaram, dentro da disciplina de

História, a “História da minha Escola”. De acordo com o impresso o trabalho contou com o seguinte roteiro:

[...] 1º pesquisar em livros da Escola, 2º coleta de dados atuais, 3º Entrevistas com o pessoal técnico, 4º Produção de texto, 5º Ilustração e teve como objetivo iniciar os alunos no estudo, conhecimento e pesquisa de fontes históricas à nível de sua realidade mais próxima (NOSSO RUMO, 24. ed., 1987c, p. 4).

O estudo estabelecia encaminhamentos e práticas pedagógicas que inseriam os alunos no processo da pesquisa histórica por meio de fontes documentais. O texto evidencia que os professores trabalhavam para ensinar os educandos que a “[...] história é fruto da ação coletiva dos homens” que é “processo histórico da humanidade e resultado do esforço coletivo” que supera o mito de “Grandes heróis” (NOSSO RUMO, 1987c, p. 4).

Outra prática pedagógica realizada está evidenciada na 25ª edição do informativo *Nosso Rumo* (1987d, p. 4):

[...] ao estudar o município (um dos conteúdos programados da 3ª série), os alunos das Escolas Municipais partiram do conhecimento efetivo da comunidade em que vivem. Estes estudos tratam da realidade sociocultural, histórica e política, integrando o espaço geográfico e o espaço real como resultado permanente da ação do homem.

O estudo refere-se à disciplina de Estudos Sociais e, como sinalizado na citação, tinha o intuito “[...] compreender as transformações ocorridas no espaço real” (NOSSO RUMO, 1987d, p. 4). Nessa atividade, os alunos foram desafiados a entrevistarem os pioneiros que residiam perto das escolas, prática que propiciou as crianças a participarem da construção da realidade do município, considerando-os agentes ativos do processo. O texto explicativo do estudo destaca que a finalidade era levar o educando à uma compreensão da história como fruto do trabalho coletivo, desmistificando o entendimento de uma “[...] história de factual baseada em fatos isolados e nomes privilegiados” (NOSSO RUMO, 1987d, p. 4).

Para Le Goff (2013), aprender e conhecer a história e evocar as lembranças construídas pela memória é fundamental no processo de aprendizagem na medida em que ordena, estrutura e regula os esquemas cerebrais. A memória auxilia a criança a desenvolver a capacidade de estabelecer conexões e associações no processo de ensino/aprendizagem.

De acordo com Le Goff (2013), sem a capacidade de lembrar e rememorar os seres humanos seriam impossibilitados de produzir e acumular conhecimentos avançando ao longo da história, conquistas, evoluções biológicas, tecnológicas e científicas. Uma nação que não se utilize da memória para seu desenvolvimento se torna uma sociedade sem identidade, na qual a inteligência de seus membros é gravemente afetada e condicionada ao declínio social.

[...] a amnésia é não só uma perturbação do indivíduo, quem envolve perturbações mais ou menos graves de presença da personalidade, mas também, a falta ou a perda, voluntária e involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações, que pode determinar perturbações graves na identidade coletiva (LE GOFF, 2013, p. 389).

A citação refere-se à ideia de que a memória contribui para com os aspectos de estruturação e auto-organização dos indivíduos. Le Goff (2013) considera essa estruturação um sistema dinâmico de construção e reconstituição humana, pois estimula a capacidade de comunicação entre os sujeitos mediante a linguagem oral e escrita, linguagens que permitem armazenar e transmitir em sequência estruturada as informações contidas na memória.

Entende-se que a intenção da Secretaria Municipal de Educação era de que os professores direcionassem os alunos a registrarem a dinâmica social e a espontaneidade do povo. Diante disso, por intermédio do Projeto Memória, divulgava práticas e ações que favoreciam à escola, aos educadores, aos alunos e à comunidade a reconhecerem as apropriações e representações vinculadas e difundidas na sociedade.

Constata-se que as atividades promovidas entre as Secretarias de Educação, Cultura e Turismo e as escolas municipais estimulavam a criatividade, o trabalho colaborativo e cooperativo e a comunicação entre professores, alunos, pais e comunidade, uma rede interpessoal que atuava no processo de ensino/aprendizagem.

A secretaria compreendia a necessidade de debater e conscientizar as crianças sobre a importância de “[...] preservar, valorizar e afirmar a identidade sociocultural da cidade que estava sendo descaracterizada e desvalorizada” (NOSSO RUMO, 1985e, p. 2). O informativo destaca que, ao longo do ano de

1984, as escolas e pré-escolas municipais realizaram oficinas de bonecos e brinquedos, uma forma do aluno criar a partir de seu conhecimento e vivência, pois era solicitado que fossem produzidos objetos utilizados no cotidiano familiar e no contexto social.

Essa atividade se tornou, no ano de 1984, disciplina integrada ao currículo escolar na rede municipal, de acordo com o informativo era preciso “[...] repensar os brinquedos infantis, a forma da escola trabalhar as atividades no dia a dia e, ao mesmo tempo, valorizar a criatividade do aluno, no processo didático mediante uma aprendizagem integrada” (NOSSO RUMO, 1984e, p. 3).

Ao longo das edições, o impresso *Nosso Rumo* divulgava que os professores participavam assiduamente de cursos de formação, os quais abrangiam conhecimento prático, manual e os conhecimentos científicos. Os educadores deveriam ser aptos para planejar, elaborar e executar as oficinas de teatro e fantoches e a produção de brinquedos e objetos. A Secretaria Municipal de Educação visava:

[...] instrumentalizar os professores para o uso do teatro como forma oportuna e atraente de comunicação e aprendizagem, realizou-se no 1º semestre dois cursos de teatro de bonecos ministrado por uma equipe de Curitiba e que atingiu 85 professores (NOSSO RUMO, 1984a, p. 1).

Desse modo, a pesquisa entende que as crianças nas escolas municipais eram estimuladas a produzirem cultura e que, entre as atividades pedagógicas propostas pelos professores, havia a produção de objetos, mas também práticas pedagógicas ligadas à composição e criação de músicas, poesias e danças. As atividades eram relacionadas à produção cultural da cidade, não se restringia aos professores especializados em artes, pois todos os docentes foram envolvidos e trabalharam para a construção do projeto cultural do município maringense.

[...] a criança desenvolve-se por atividade espontânea, mas também pelos desafios que o ambiente educativo lhes oferece. Sendo assim os alunos das Pré-Escolas Municipais participaram ativamente dos trabalhos realizados no dia a dia. Planejam juntos com a professora e avaliam os resultados obtidos no final de cada aula. Desenhos, textos-livres, teatro, música, poesia, recreação etc. são alguns conteúdos trabalhados que objetivam seu desenvolvimento (NOSSO RUMO, 1986c, p. 4).

O impresso evidencia que a escola integrava e propiciava a atuação do aluno em seu processo de ensino/aprendizagem e que pais e comunidade também participavam do processo, uma forma de atuação distinta da oferecida até aquele momento.

Na 13ª edição do informativo *Nosso Rumo* (1985h, p. 2), está em destaque a participação assídua dos pais nas apresentações e atividades escolares. As programações culturais que os pais e a comunidade participavam contavam com apresentação de banda, teatro, dança, recital de poesias, produção de maquetes e cartazes referentes às produções artísticas realizadas por professores e alunos. Os trabalhos expostos demonstravam as expressões, manifestações culturais e novas produções percebidas pelos alunos e desenvolvidas na sociedade.

De acordo com Le Goff (2013), a construção da memória está relacionada às datas, aos acontecimentos e aos eventos, aspectos que são destacados no informativo. O estudo identificou que, por exemplo, em datas comemorativas, alunos e professores planejavam e apresentavam projetos artísticos sobre as memórias produzidas pela sociedade com base nas experiências e vivências culturais. Datas como a Páscoa, Dia das Mães e Pais, Festa Junina, Dia da Independência, Dia do trabalhador, Dia do Índio e Dia das Crianças foram valorizadas e destacadas. Segundo o informativo, as escolas organizavam exposições e apresentavam as criações culturais produzidas pelos alunos.

Na 17ª edição (1986d, p. 6) e na 19ª edição (1986f, p. 3) do informativo *Nosso Rumo*, foi exposto que algumas das propostas do Projeto Memória contavam com a criação, produção e participação dos pais e da comunidade.

Desde abril vem sendo realizadas na escola municipais, com os alunos da pré-escola atividades de dramatização com bonecos e máscaras confeccionadas pelas próprias crianças. Com as turmas de 7ª série foi realizado oficinas de máscaras. Essas foram modeladas com argila e posteriormente tirou-se cópia no papel. As máscaras foram feitas tendo como inspiração textos elaborados pelos alunos, assessorados pela professora de comunicação e expressão. Foi possível então, a montagem de peças teatrais sob a supervisão das professoras de cada turma e, ao mesmo tempo, com o assessoramento do coordenador da oficina. Os alunos do pré-escola até a 7ª série – vêm demonstrando grande interesse pela proposta de atividades que foge ao convencional e repetitivo trabalho tão comum na disciplina de Educação Artística. Conforme afirma o

coordenador do projeto Odílio Malheiros (NOSSO RUMO, 1986d, p. 6).

O estudo verificou que as sistematizações e as organizações realizadas pelos profissionais que atuavam nos projetos culturais do município de Maringá eram feitas de forma consciente, desde o planejamento até a execução. As atividades eram planejadas, e os alunos eram direcionados a produzirem trabalhos e pesquisas sobre a cultura popular de maneira íntegra, com base em conhecimentos científicos. Os projetos buscavam observar e vincular a realidade da comunidade, uma aprendizagem real, ativa, crítica e consciente, produzida partindo da memória e do esforço em consolidar uma produção histórica.

[...] criar uma história científica a partir da memória coletiva, pode ser interpretada como “uma revolução da memória” fazendo-a cumprir uma rotação em torno de alguns eixos fundamentais “uma problemática abertamente contemporânea [...] e uma iniciativa decididamente retrospectiva” “a renúncia de uma temporalidade linear” em proveito dos tempos vividos múltiplos “nos níveis que o individual se enraíza no social e no coletivo” (linguística, demografia, economia, biologia e cultura). História que fermenta a partir dos estudos dos “lugares” da memória coletiva (LE GOFF, 2013, p. 432).

A pesquisa entende que o projeto não representa a totalidade e o conjunto das vivências e da produção das pessoas no passado, porém demonstra a escolha dos que operaram no tempo e no período histórico estudado. Compreende que a produção historiográfica priorizou os aspectos, os fatores e o cenário daqueles que se dedicaram a escrever os fatos e a alimentar de forma sistematizada o passado, delimitando estratégias e procedimentos de trabalho na investigação e no período temporal. De acordo com Rodrigues (2012, p. 157),

As estratégias revelaram-se e arrogaram-se diretoras do entendimento do universo social daquele momento, fazendo uso da memória histórica, forjando vocabulários, evocando tradições para fazê-las renascer ou morrer. Por meio da divulgação de slogans, imputava-se o dever de organizar o pensamento e as ações dos leitores/consumidores, propondo ritmos às vidas que circulavam na comunidade educacional daquele período.

É importante salientar que este projeto de educação não se limitava à cidade de Maringá. Para Rodrigues (2012, p. 157), as práticas e o discurso pedagógico eram propostos pelo governo no Paraná, referia-se a um projeto

sobre a realidade cooperativa e participativa e, conseqüentemente sobre a legitimidade das ações e dos resultados obtidos por meio das estratégias vinculadas pela secretaria, a qual seguia o modelo que o estado buscava instituir nos municípios.

Rodrigues (2012, p. 157) explicita que o governo do estado buscou estabelecer uma educação que o cidadão fosse o educador consciente de seus direitos, um suporte para a sociedade democrática. Para o governo do estado e Secretaria Municipal de Educação, a criança só adquiriria esta habilidade no momento em que se reconhecesse como produtora social de sua história, por isso os trabalhos e as ações dos professores eram estimulados e valorizados.

Na 25ª edição (1987d, p. 4), o impresso *Nosso Rumo* publicou quatro textos de alunos a respeito dos primeiros moradores e de como era a vida na cidade de Maringá. De acordo com o informativo, “[...] os moradores se reuniam e construíam escolas”, as crianças relatavam que “[...] os professores, eram pessoas da comunidade só tinham estudado até a quarta série, ao terminar a terceira série, eles paravam de estudar e ficavam só trabalhando” (NOSSO RUMO, 1987d, p. 4).

Os educandos falaram, ainda, sobre a vida do trabalhador e das famílias no campo e na cidade, do sofrido trabalho dos boias-frias e o cultivo de café.

A pesquisa observa as atividades promovidas e incentivadas pelo Projeto Memória foram instrumentos de veiculação para o novo modelo educacional e as escolas foram utilizadas como um espaço onde era organizado e elaborado o saber socialmente acumulado. Dessa forma, a escola desempenhava papel histórico, possuía o objetivo de “ensinar bem a todos”, lugar de “descoberta, da ciência, da discussão, da instrumentalização para os que a procuram” (NOSSO RUMO, 1986h, p. 3).

A partir da concepção de representação de Chartier (2002 p. 25), é possível observar que as propostas determinadas pela Secretaria Municipal de Educação foram constituídas por uma estrutura de poder. A sociedade estava sendo moldada de acordo com as determinações e interpretações sociais do governo estadual e municipal. A secretaria delimitava as práticas discursivas para o ordenamento e reconhecimento das práticas e da identidade cultural de Maringá.

Como explicitado por Certeau (2002), as propostas, as ações e as práticas devem ser consideradas estratégias previamente calculadas de um grupo que pretendeu representar e ter seus ideais apropriados e representados, contudo entende-se que as apropriações nunca são aceitas de modo integral, até porque os indivíduos interpretam as ações e realizam leituras de forma distintas. Ainda assim, a secretaria buscou representar e ser representativa na esfera educacional e na sociedade.

Desse modo, a Secretaria Municipal de Educação, por meio do Projeto Memória, propiciou tanto reflexões aos professores das escolas municipais quanto subsídios para a proposição de práticas pedagógicas, consideradas, nesta pesquisa, como estratégias de formação e efetivação de uma memória atualizada.

4.3 A identidade social do estudante maringaense

Nesta seção, será apresentado como a Secretaria Municipal de Educação, por meio do impresso *Nosso Rumo* e do Projeto Memória, divulgou as ideias acerca de como a escola poderia realizar a constituição da memória social, bem como serão destacados os registros daquilo que, na forma de atividades, efetivou-se nas escolas municipais.

Primeiramente, evidencia-se o compromisso que a escola e os educadores deveriam ter na promoção de uma educação de qualidade, assim como a luta para efetivar um ensino democrático, verdadeiramente libertador, que fosse de responsabilidade de todos.

Na 2ª edição do informativo *Nosso Rumo* (1984b, p. 1), o texto editorial faz uma reflexão crítica sobre o trabalho docente. O texto assinado pela Secretária Municipal de Educação, professora Cláudia Nierro, afirmava que a escola, naquele momento, contribuía com a marginalização social. De acordo com a ela, a escola:

[...] expulsa dos seus quadros grande parte das crianças que a buscam e esse tem sido o grande desafio que os educadores comprometidos verdadeiramente com sua missão encontram hoje. O desinteresse e a descontentamento demonstrado pela maioria dos alunos nos têm levado a questionar nosso trabalho. Temos que buscar uma escola dinâmica, que seja viva dentro

da realidade das comunidades, que ouça seus anseios e necessidades e ensine a partir daí, que leve em conta a capacidade de expressão dos alunos, sua liberdade, sua criatividade, sua saúde, sua iniciativa. Sem massificação, sem formalismos, cujas aulas não sejam atividades repetitivas, nem impostas onde tudo é dado pronto para saturar o aluno de matéria e decorar tudo, mas que busquem desenvolver a liberdade de expressão, o espírito crítico, que respeitem os seus interesses e capacidades individuais. Temos objetivos bem claros a atingir! (NIERRO, 1984b, p. 1).

A citação evidencia que a marginalidade social estava sendo reforçada na escola à medida que favorecia a exclusão das crianças. Segundo a secretária Cláudia Nierro, os educadores tinham o desafio e a missão de fazer com que os alunos voltassem a interessar-se e terem prazer em estar na escola.

Segundo Rodrigues (2012, p. 143), o governo estadual possuía a mesma visão sobre a escola, ou seja, a instituição era a responsável de ser a “[...] semente de um futuro novo” para a nova geração, um tipo de concepção escolar e educacional que solucionaria todos os males da sociedade, sendo assim, “[...] imputava-se à escola um caráter salvacionista”.

Nesse sentido, a escola passou a ser considerada e utilizada para atingir interesses de grupos específicos. Acerca disso, Rodrigues (2012, p. 89) pontua que a “[...] instituição educativa não é um espaço neutro”, trata-se de um espaço disputado, “[...] ora de manutenção da ordem ora para sua mudança”, é um “elemento catalisador”, que regula e determina os ideais de uma minoria, daqueles que têm o poder de efetivar e de agir.

Observou-se que a Secretaria Municipal de Educação trabalhava com ideias e concepções formativas e normativas, uma vez que o impresso veiculava concepções para que o professorado elaborasse aulas dinâmicas, com foco na realidade da comunidade. Diante disso, o objetivo era garantir que o ensino favorecesse a aprendizagem de conteúdos, os quais contemplassem o conhecimento prévio dos alunos. A secretaria orientava os professores a ouvirem os anseios e as necessidades das crianças, trabalhava direcionando-os a valorizar as expressões, a criatividade e suas iniciativas. Assim, buscou implementar um novo modelo de educação nas escolas municipais da década de 1980, todavia seus interesses estavam à sombra de suas ações.

Fazer uma nova educação parece ser, nos dias de hoje, o apelo mais veemente e concreto, emergindo não somente dos educadores, mas de toda a sociedade brasileira. A preocupação com um novo processo educacional não passa apenas por técnicas de ensino, teorias novas de planejamento. O espaço a ser ocupado pela Educação deve e precisa ser político. A Escola deve situar-se historicamente no seu tempo – ela pertence a uma região, a uma comunidade, a um povo, a uma história, a um tempo, a um espaço. É preciso ver, compreender e expressar essa realidade (NOSSO RUMO, 1984e, p. 2).

Trata-se de um modelo de ensino com função social, histórica e política, a escola como um local de discussão de e para a comunidade. Na avaliação da Secretaria Municipal de Educação, a instituição educacional deveria contribuir com o processo de mudanças da sociedade, seu objetivo era “[...] que a escola possa ser um lugar de discussão, de reflexão, do exercício pleno da democracia; da instrumentalização das classes marginalizadas para um saber efetivo e concreto” (NOSSO RUMO, 1984e, p. 2).

Escola e docentes deveriam atuar na transformação do modelo de ensino que estava sendo efetivado, garantindo ao aluno protagonismo educacional que respeitasse os interesses e a capacidade individual de cada aluno.

Sem massificação, sem formalismos cujas aulas não sejam atividades repetitivas, nem impostas onde tudo é dado pronto para saturar o aluno de matéria e decorar tudo, mas que busquem desenvolver a liberdade de expressão, o espírito crítico, que respeitem os seus interesses e capacidades individuais. Temos objetivos bem claros a atingir (NOSSO RUMO, 1984e, p. 2).

A pesquisa entende que, direcionando-se ao contexto social, aos discursos e aos vestígios apresentados no impresso, o esforço da secretaria centralizou-se em recuperar, resgatar, preservar e produzir a cultura e a identidade social de Maringá.

Entretanto, para efetivar essa nova perspectiva, o Projeto Memória fomentou a ideia de que a escola deveria atuar, convencer, estabelecer critérios e promover formação continuada aos docentes. Nesse sentido, a escola foi um dos principais elementos para a transformação social na cidade de Maringá.

O estudo observou, ainda, que o objetivo da Secretaria Municipal de Educação não se restringiu ao lugar de sua produção, mas, propositalmente, destacou a luta da nação brasileira pela redemocratização.

Uma educação pelo trabalho, que estimule a colaboração, não a competição. Uma educação que dê valor à ajuda mútua e não individualismo, que desenvolva o espírito crítico e a criatividade, e não a passividade. Uma educação que se fundamente na unidade entre a prática e a teoria, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e que, por isso, incentive os educandos a pensar certo. Uma educação que não favoreça a mentira, as ideias falsas, a indisciplina. Uma educação política, tão política quanto qualquer outra educação, mas que não tenta passar por neutra. Ao proclamar que não é neutra, que a neutralidade é impossível, afirma que a sua política é dos interesses do povo (NOSSO RUMO, 1984a, p. 1).

Na 4ª edição (1984d, p. 1), destaca-se um texto produzido pela professora Lucilla Maria Simas de Assis, responsável entre os anos 1984 a 1987, pela organização e publicação do informativo. Segundo a educadora, a escola tem a função de transmitir o conhecimento científico universal, todavia é preciso contribuir para a preservação dos valores culturais do povo, para a valorização de um espaço mais amplo, forte e democrático que seja atento ao contexto sócio-político-econômico da região e do país. A professora ratifica que a secretaria tinha como objetivo principal promover aos alunos a capacidade de aplicar os conhecimentos em sua prática social.

É necessário e urgente indagar, divulgar, refletir e trabalhar as manifestações, tradições, os conteúdos culturais identificados na comunidade através do teatro, música, dança, desenho, fotografia integrando-as ao currículo escolar. Transforma-se assim a Escola em um espaço para a ação educativa, reflexiva e consciente onde elementos da comunidade, pais e alunos se tornam agentes ativos no processo educacional. O espaço da Escola pode, ao mesmo tempo em que propicia a valorização e a preservação do universo cultural da comunidade onde está inserida, permitir um espaço mais amplo, forte e democrático à comunidade para uma reflexão questionadora e abrangente do contexto sócio-político-econômico da região, do país, da totalidade enfim (ASSIS, 1984d, p. 1).

A finalidade apresentada pela professora é que alunos, professores e comunidade participassem ativamente na produção do conhecimento cultural, político e científico, os quais, na perspectiva da secretaria, eram vinculados apenas a uma pequena parcela da população. Era fundamental aproximar os conhecimentos científicos e culturais, ressaltando a importância de os indivíduos terem uma formação integral, um ensino não repressor, que impõe uma verdade única e absoluta, mas, sim, uma educação reflexiva, diversificada em ideias e perspectivas.

Uma das qualidades mais importantes do homem novo e da mulher nova é a certeza que têm de que não podem parar de caminhar e a certeza de que cedo o novo fica velho se não se renovar. A educação das crianças, dos jovens e dos adultos tem a importância muito grande a formação do homem novo e da mulher nova. Ela tem que ser uma educação nova também, que estamos procurando pôr em prática de acordo com as possibilidades. Uma educação completamente diferente da educação colonial. Uma educação pelo trabalho, que estimule a colaboração e não a competição. Uma educação que dê valor a ajuda mútua e não o individualismo, que desenvolva o espírito crítico e a criatividade, e não a passividade. Uma educação que se fundamente na unidade entre a prática e a teoria, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e que, por isso, incentive os educandos a pensar certo. Uma educação que não favoreça a mentiragem as ideias falsas, a indisciplina. Uma educação política, tão política quanto qualquer outra educação, mas que não tenta passar por neutra. Ao proclamar que não é neutra, que a neutralidade é impossível, afirmo que a sua política é a dos interesses do povo (ASSIS, 1984d, p. 1).

A Secretaria Municipal de Educação estava empenhada na formação de um novo cidadão. As propostas do Projeto Memória e as estratégias empreendidas na recuperação dos documentos, objetos e relatos de vida da população, assim como a compreensão de como se consolidaram as manifestações culturais da comunidade maringense, foram aspectos decisivos para que o objetivo fosse alcançado. O intuito de preservar os valores no contexto social do povo, com base na formação e na efetivação da função social do cidadão, no pleno exercício da cidadania e no contexto social de vida, foi constantemente divulgado e buscado nesse período histórico. De acordo com o impresso:

A escolarização básica constitui instrumento indispensável a construção da sociedade democrática, porque tem função a socialização daquela parcela do saber sistematizado que constitui indispensável à formação e ao exercício da cidadania. Ao entender dessa forma a função da escola pressupõe-se que ela não é nem redentora dos injustiçados nem mera reprodutora das desigualdades sociais, e sim uma das mediações pelas quais mudanças sociais em direção da democracia pode ocorrer. Ela realiza essa mediação se realizar bem seu papel social que lhe é inerente: a transmissão de conhecimento. Nesse sentido, o caráter universal, gratuito e obrigatório da escola pública é a garantia do exercício de sua função social, entendendo-se universal neste caso não só no que diz respeito à clientela que dever ser atendida (NOSSO RUMO, 1986a, p. 1).

A citação demonstra que o papel da escola pública, em sua competência, era atuar como agente técnico político-pedagógico, assegurar aos alunos e à comunidade a conscientização e a compressão de expressões e movimentos culturais, a sistematização de conteúdos científicos e suas possíveis ações como cidadão brasileiro. O direito social dos alunos deveria ser priorizado por intermédio de conhecimentos e aprendizagens integradas.

Na 20ª edição (1986g, p.3), a secretaria apresentou o texto do educador Neidson Rodrigues³⁹, sobre a importância do alunado conhecer a sua história a fim de poder “[...] operar com os instrumentos necessários à sua vida profissional, social, política e cultural”. A reflexão destaca a importância do trabalho do educador em sala de aula e, afirma que, a principal função da escola é propiciar conhecimentos diversificados:

[...] o aluno precisa ler, escrever, saber identificar, analisar e compreender os espaços geográficos. Identificar, analisar e compreender e transformar o espaço histórico em que está inserido; conhecer os meios de produção de novos conhecimentos (RODRIGUES, 1986g, p. 3).

É possível associar tal reflexão aos propósitos do informativo do Projeto Memória, uma vez que estabelece a formação de uma memória “renovada”, a qual valoriza o cidadão-comum como um ser social importante que tem o direito de ser reconhecido por seus feitos na construção do processo histórico.

Nessa perspectiva, o educador deve estar atento às dinâmicas e às construções sociais, sendo a História a área que possibilita ao aluno compreender a sua “[...] realidade mais próxima, que é fruto da ação coletiva dos homens” no processo histórico da humanidade, é o “[...] resultado do esforço coletivo”, afirmações veiculadas pelo educador Neidson Rodrigues (RODRIGUES, 1986g, p. 3).

Outro texto veiculado no informativo é do intelectual de Darcy Ribeiro, que discursa sobre o fracasso da escola pública. Segundo o autor, o Brasil tinha o desafio de instituir uma escola honesta e eficiente, que valorizasse todos seus alunos, não apenas uma minoria privilegiada, afirmava que a escola não

³⁹ Neidson Rodrigues possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1971), mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1975), doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1979) e pós-doutorado pela University of London (1991). Atualmente, é professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Atua principalmente nos seguintes temas: economia e educação; política e educação; estado e autoritarismo.

contribuía para o aprendizado de conhecimentos básicos, como leitura, escrita e resolução de operações simples de matemática, “[...] habilidades simples para viver em sociedade” (RIBEIRO, 1986b, p. 1). E ainda evidencia a falta de recursos nas escolas públicas, situação que prejudicava, principalmente, o trabalho dos professores em sua prática pedagógica.

Darcy Ribeiro (1986b, p. 1) destacou que as escolas, na década de 1980, recebiam crianças em situação de risco, fome, maltratadas e exploradas, sem condições de subsistência, não tinham o mínimo para sobreviver. Apontou também a necessidade de os docentes repensarem essa escola, esse tipo de criança, suas carências físicas, biológicas e intelectuais, aspectos que são essenciais para a formação humana. Para o intelectual, a escola deveria “[...] educar as crianças brasileiras tal qual elas são, a partir da situação que se encontram, deve se adaptar à criança pobre, e fracassa quando não consegue educar a maioria dos alunos (RIBEIRO, 1986b, p. 1).

Dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação procurava redimensionar a educação, definia ações com base em objetivos específicos, os quais demonstravam a finalidade social e histórica da escola. Na 21ª edição (1986h, p. 3), o impresso demonstra a preocupação da secretaria em consolidar a ideia de que a escola é o “[...] local da descoberta, da ciência, da discussão, da instrumentalização para os que a procuram”, um espaço em que todos têm/teriam a possibilidade de aprender. (NOSSO RUMO, 1986h, p. 3).

A secretaria, juntamente com o Projeto Memória contribuiu para com a ideia de que a escola deveria priorizar o contexto social da criança e contribuir com a conscientização e compreensão do universo cultural, isto é, a escola à serviço de seu alunado. Um espaço escolar que compreende o mundo, seus valores e interesses, que busca produzir por meio de sua mentalidade ressignificação, um local coerente com a realidade da criança e da sociedade. De acordo com a secretaria, esse movimento aproximaria teoria e prática, uma vez que entenderia a dinâmica de vida dos alunos, na escola e em comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi produzida a partir do tema *Imprensa Pedagógica* e teve como base os estudos realizados no campo da História da Educação. A fonte, conforme já assinalado em outras seções, foi o informativo *Nosso Rumo*, impresso pedagógico posto em circulação entre os anos de 1984 a 1987, recorte temporal do estudo, pela Secretaria Municipal de Educação de Maringá.

O informativo tinha como público-alvo os professores, a equipe administrativa escolar, os alunos, os pais e a comunidade, buscou abranger e inserir todos os indivíduos no contexto escolar, tornando-os ativos nos direcionamentos no processo de ensino-aprendizagem, bem como na formação do cidadão maringaense.

O informativo *Nosso Rumo* foi um dos meios de comunicação que a secretaria utilizou para veicular suas ideias e projetos, instrumento que circulou as orientações e objetivos da recém-formada equipe administrativa do Departamento de Educação municipal, no ano de 1983, após a eleição do médico Said Felício Ferreira como prefeito da cidade. O informativo foi veículo de divulgação de novas propostas para a educação maringaense, difundia modos de pensar e agir, portou mensagens selecionadas que circularam em um lugar, para um público, em um período histórico.

Este estudo, ao tomar conhecimento dos projetos e das propostas do informativo, definiu como objeto de pesquisa o Projeto Memória, o qual apresentava em sua formatação elementos de cunho formativo e normativo, que possibilitava compreender como a Secretaria Municipal de Educação empreendeu esforços para produzir um novo modelo de cidadão, tendo como suporte o ensino e o espaço escolar.

O problema de pesquisa deve como intuito analisar como e porque o informativo *Nosso Rumo* produzido pela Secretaria de Educação divulgou o Projeto Memória. Dessa forma, o objetivo geral foi verificar porque o impresso, entendido como *Imprensa Pedagógica*, priorizou a veiculação do projeto em suas edições.

A pesquisa descreveu e elencou as temáticas, os problemas educacionais, as políticas públicas, as diretrizes e as práticas pedagógicas, assim como o tipo

de ensino e de concepções de memória e de história que a Secretaria Municipal intentava oficializar em Maringá. Desse modo, verificou-se que a secretaria articulava ideias e apresentava, no impresso, reflexões sobre o modo como a educação deveria ser norteada e praticada nas escolas municipais. A secretaria apresentava preocupação com a capacitação dos professores, aspecto que é identificado na maioria das edições do impresso, buscava capacitar os docentes para o processo de ensino-aprendizagem e conscientizar os alunos sobre formação humana, seus direitos e deveres

A década de 1980 foi um período histórico que deve como demanda nacional a constituição e a consolidação de movimentos sociais que lutavam por direitos sociais e humanos, época de abertura política e de redemocratização da nação. A sociedade brasileira ansiava pelo fim da Ditadura Militar e a efetivação da democracia, a partir de princípios constitucionais, fator que culminou em efervescência política devido à veiculação de ideais de liberdade, democracia, pensamento e formação crítica. Esse cenário fez com que fosse necessário apresentar a contextualização histórica, política, econômica, educacional e social da época.

A contextualização histórica foi priorizada, pois permite compreender a valorização que deve ser dada à consciência histórica no que diz respeito às mudanças e transformações da sociedade no processo de construção e reconstrução de sua realidade, uma vez que se compreende que é preciso olhar para a história de forma não fragmentada, apreendida em uma única análise, um único viés. A pesquisa destaca que a compreensão da história deve ser assegurada mediante distintas representações, uma história contada por diferentes lentes, possibilitando ao pesquisador elaborar narrativas estruturadas que assegurem elaborar diferentes interpretações, não apenas da identidade específica de um grupo, mas de modo geral, da sociedade.

Em relação à concepção de memória, a pesquisa verificou que tanto a memória individual, quanto a memória coletiva possui como princípio evocar fatos que ocorreram, a fim de repeti-los no grupo em que foi produzida ao longo do tempo. Sendo assim, a memória é o ato de trazer de volta ao presente as lembranças, fatos e eventos, uma função social de caráter formal e informal, ou seja, a memória vivencia um eterno passado que precisa ser preservado para

chegar ao presente, sendo utilizada como elemento que auxilia na reestruturação e reorganização dos indivíduos.

Posto isto, uma sociedade que não utiliza a memória é condicionada a não produzir uma identidade cultural e social, sendo afetada e condicionada ao declínio social. Por isso a importante dos membros de uma sociedade ter referências, valores morais, éticos e sociais constituídos por aqueles que efetivaram a história de seu povo.

A memória identificada no impresso, a partir do Projeto Memória, pode ser considerada como um elemento que buscou recuperar e preservar sua constituição, por meio dos documentos, objetos e relatos apresentados pelos pioneiros e moradores maringauenses. A intenção era escrever uma história com base na realidade, nas vivências e experiências, nas memórias compartilhadas, vistas como representativas para todos os indivíduos. A secretaria divulgava, constantemente que todos os objetos encontrados seriam utilizados na produção para escrever a história da cidade.

A produção da história e memória apresentada pelo Projeto Memória demonstra que a Secretaria Municipal de Educação procurou implementar aspectos de democratização e estava alinhada a eles, pois afirmava que o ensino deveria ser cooperativo, participativo e que valorizasse o conhecimento prévio e a história de vida dos alunos, relacionando-os aos conhecimentos científicos produzidos e acumulados ao longo da humanidade, a fim de promover o pensamento crítico, conscientizando as crianças de sua condição humana e histórica. Para a secretaria, esse modelo de ensino concederia protagonismo ao aluno no processo de construção de seu conhecimento.

A terceira seção contou com a descrição do informativo *Nosso Rumo* e dos projetos Esporte e Recreação, Horta, Folclore e Memória, considerados de maior relevância por este estudo. Além disso, a pesquisa apresentou a formatação do impresso, as reflexões e os ideais ideológicos de suas propostas, veículo de representação utilizado para orientar de forma intelectual e moral professores, alunos e indivíduos do meio em que circulava, isto é, divulgava parâmetros que deveriam ser colocados em prática nos processos escolares.

A Secretaria Municipal de Educação considerava a escola um espaço político que tinha condições de promover a formação integral de seus alunos e da comunidade, porém os professores, os procedimentos educativos e as práticas

pedagógicas tinham de estar alinhados à luta por uma educação inclusiva e de qualidade, calcada em um ensino crítico e reflexivo.

Os projetos apresentados no informativo eram desenvolvidos em parceria com as Secretarias de Esporte e Cultura e com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), entretanto os professores eram os responsáveis pelo planejamento, elaboração e execução da maioria das práticas pedagógicas promovidas. Nesse sentido, as Secretarias de Esporte e Cultura, bem como a UEM, viabilizam formações e capacitações, enquanto os docentes eram os responsáveis por direcionar os procedimentos burocráticos e pedagógicos.

O estudo observou que os projetos apresentavam objetivos na formação integral das crianças, uma vez que veiculavam informações sobre a importância do meio ambiente, cuidados com o corpo e como se ter uma alimentação saudável, preservação e valorização de aspectos sociais e afetivos na vida, os quais favorecem a formação integral, o protagonista e a constituição humana/histórica dos indivíduos.

A pesquisa deparou-se com limitações significativas. Algumas questões foram levantadas, porém não puderam ser respondidas, por exemplo: não foi possível ter acesso ao currículo da secretária de educação da época, a professora Cláudia Nierro, nem da responsável pela organização do impresso, entre os anos de 1984 a 1987, a professora Lucilla Maria Simas de Assis, tais informações enriqueceriam o trabalho e estabeleceriam outras considerações. Também não é possível assegurar que os objetivos dos projetos foram concretizados, não há relatos dos resultados, do modo que a secretaria trabalhou para efetivar a conscientização dos professores sobre o processo da escrita da história e da memória, entre outros.

O que há em evidência, no informativo *Nosso Rumo*, como dito, são as capacitações dos docentes, os direcionamentos propostos e as práticas pedagógicas executadas nos projetos, contudo não foi possível constatar que os objetivos foram alcançados, seja de forma total ou parcial.

Além do informativo, no processo de produção da pesquisa, buscou-se no Patrimônio Histórico de Maringá, Núcleo de Educação, Departamentos de Recursos Humanos da Prefeitura de Maringá e nos Departamentos de Prática e Fundamentos da Educação, na Universidade Estadual de Maringá, documentos que auxiliassem as análises na investigação, mas o estudo não obteve êxito.

Em resumo, a pesquisa demonstra, em partes, os direcionamentos postos em circulação e as intencionalidades apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação, por meio do informativo *Nosso Rumo*. Vale ressaltar, no entanto, que este estudo contribuiu para que se tornassem conhecidos os debates no campo da educação na década de 1980.

Outra questão apresentada refere-se à importância da Imprensa Pedagógica nas pesquisas sobre a História da Educação, uma vez que impressos, periódicos, boletins, revistas e jornais são considerados importantes fontes de pesquisa à medida que apresentam o contexto social, as preferências, as ideias e os ideais de um determinado grupo.

Foi possível compreender que a investigação histórica, com base na Imprensa Pedagógica, deve estar amparada em procedimentos metodológicos rigorosos, a fim de não ser persuadida pelo discurso da fonte, ou seja, é preciso estar ciente das influências e dos jogos de interesses que a imprensa especializada pode veicular. Nesse sentido, os questionamentos e as interrogações realizadas para a fonte auxiliam o pesquisador a entender a fonte e extrair seu significado por meio da linguagem. Significado este que resulta no interesse e nos objetivos estabelecidos por aqueles que produziram o impresso.

Na quarta seção, o estudo analisou detalhadamente o Projeto Memória, especificou as práticas pedagógicas, os aspectos sociais e afetivos na reconstrução e na produção da memória e da história, assim como a formação da identidade social dos alunos nas escolas municipais. Destacou-se os procedimentos metodológicos, as propostas e os trabalhos incentivados pela secretaria e realizados pelos professores.

A pesquisa identificou que o Projeto Memória foi veiculado nas escolas municipais com o objetivo de difundir concepções, tendo como suporte as propostas de práticas pedagógicas que regulariam a constituição social da cidade. Os alunos estudavam, realizavam pesquisas e trabalhos referentes à história da fundação e do povoamento de Maringá. Os encaminhamentos do Projeto Memória direcionavam as crianças a serem conscientes de sua condição histórica e social, capazes, intelectualmente, de tomar suas próprias decisões, discernir os aspectos da vida humana e interpretar o mundo.

O direcionamento do Projeto Memória era fazer com que os alunos fossem estimulados a desenvolver a consciência crítica, comprometidos com a

construção e o dinamismo da sociedade, transformando-se em sujeito da história e não meros reprodutores. Desse modo, a educação deveria debruçar-se ao processo de formação humana com base na dinâmica de vida, do trabalho, da cultura, das tradições e das relações do ser humano em sociedade, levando em conta que tais movimentos não são fixos, mas mutáveis, movidos por constantes transformações que formam e moldam identidades, culturas e pessoas.

Por intermédio do Projeto Memória, a Secretaria de Educação viabilizou uma nova narrativa, um novo discurso para a formação da criança, priorizou escrever uma história significativa, compartilhada e representativa para todos, o que foi intencional, pois direcionou o olhar do leitor ao impresso *Nosso Rumo* para objetivos pré-definidos. Diante dessa perspectiva, a pesquisa constatou a importância de o pesquisador buscar minuciosamente os vestígios que os impressos pedagógicos apresentam, à medida que são eles que evidenciam os verdadeiros objetivos e propósitos de sua circulação. O estudo demonstrou também que a intencionalidade é encontrada nas escolhas e objetivos do pesquisador, uma vez que propõe, conduz e interpreta um fato e/ou um momento histórico de uma época, conduzindo o leitor às suas análises.

Desse modo, a discussão em torno da análise do Projeto Memória propiciou compreender que a escrita da história e da memória está em constante mudança, uma vez que as pessoas interpretam os elementos da sociedade de modo distintos umas das outras. O esforço da Secretaria Municipal de Educação em reconstruir uma história, com base na realidade cultural e social dos moradores maringaenses, é descrita na maior parte das edições do impresso pedagógico *Nosso Rumo*.

A memória que a secretaria buscou instituir, por meio da educação, teve como suporte os princípios democráticos e a ideia de que a escola era um espaço político e tinha a função de instrumentalizar, sistematizar e cooperar com a construção de um novo modelo de sociedade. A secretaria foi estratégica e atuou baseada em seus ideais para veicular, normatizar e oficializar a memória e a história de Maringá.

Não foi possível verificar, se todos os docentes estavam preparados para transmitir e explorar, em sala de aula, os aspectos de história e memória apresentados no impresso. Nesse sentido, futuras pesquisas podem responder a essas indagações, a partir de novos olhares e de novas problematizações.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, J. C. O bipartidarismo (1966 – 1978) e a volta do pluripartidarismo em Maringá. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná**. Maringá: EDUEM, 1999, p. 255-276.

AMARO, H. S.; RODRIGUES, I. C. **Educação Municipal em Maringá: Uma história em meio século**. In: DIAS, R. B, GONÇALVES, J. H. R (Orgs.). Maringá e o norte do Paraná. Maringá: EDUEM, 1999, p. 315-330.

ARAUJO, M, B. Educação em Maringá. **Nosso Rumo**, Secretaria de Educação Municipal, 8. ed. 1985c, p. 1.

ARAUJO, M, B. Educação em Maringá. **Nosso Rumo**, Secretaria de Educação Municipal, 16. ed. 1986c, p. 2.

ASSIS, L. M. S. Educação em Maringá. **Nosso Rumo**, Secretaria de Educação Municipal, 4. ed. 1986d, p. 1.

BACZINSKI, A. V. M. **A implantação oficial da pedagogia histórico crítica na rede pública do estado do Paraná (1983-1994):** legitimação, resistências e contradições. Campinas: Autores Associados, 2011.

BLOCK. M. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Trad. Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, P. **A escrita da História, novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1991.

CATANI, D. B. A imprensa periódica educacional: revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**, v. 10, n. 20, p. 115-130, jul./dez. 1996.

CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. Apresentação. In: _____. **Educação em revista: a Imprensa Periódica e a História da Educação**. 1. ed. São Paulo: Escrituras, 2002, p. 5-10.

CAMARGO, J. B. **História do Paraná (1889-2003)**. Maringá: Maranata, 2006.

CAMPOS, P. F. S. Moralizando o pobre: vadios, baderneiros e loucos na “cidade tecnicamente planejada para ser bela e sem problemas”. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná**. Maringá: EDUEM, 1999, p. 315-330.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, M. **A cultura no plural**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudo**, São Paulo, v. 5, n. 11, abr. 1991.

CHARTIER, R. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995, 211 – 238.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, R. **Do código ao monitor: a trajetória do escrito**. **Estud. av.**, v. 8, n. 21, p. 185-199, 1994.

CORDOVIL, F. C. S. **A Aventura Planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá – 1947 a 1982**. 2010. 636 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, D. Educação em Maringá. **Nosso Rumo**, Secretaria de Educação Municipal, 15. ed. 1986b, p. 1.

ESPERANÇA e Mudança: uma proposta de Governo para o Brasil. **Revista do PMDB**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 6, p.5-48, dez. 1983.

GERMANO, J. W. O Discurso Político sobre a Educação no Brasil autoritário. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, 313-332, 2008.

HALL, S. Cultura e representação; organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu: Tradução: Daniel Miranda e Willian Oliveira. - Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apiruci, 2016.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LOPES, E. M. T; GALVÃO, A, M, O. **História da Educação**. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

LUZ, F. **O Fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: Prefeitura Municipal, 1997.

LUZ, F. **Maringá: a fase da implantação**. In: DIAS, R. B, GONÇALVES, J. H. R (Orgs.). Maringá e o norte do Paraná. Maringá: EDUEM, 1999, p. 123 - 140.

MACHADO, M. C. G.; RODRIGUES, E. Conversa entre fontes. In: GONDRA, J. G.; MACHADO, M. C. G.; SIMÕES, R. H. S. (Orgs.). **História da educação, matrizes interpretativas e internalização**. Vitória: EDUFES, 2017, p. 253-271.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Cultura. **Patrimônio Histórico**, 2020. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/cultura/?cod=patrimonio>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

MARTINS, A. L; LUCA, T. R. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINEZ, E. C. **A Imprensa Pedagógica como Tema e Objeto para a História da Educação Paranaense**: Jornal Escola Aberta (1986 – 1988). 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

MELLO, G. N. Educação em Maringá. **Nosso Rumo**, Secretaria de Educação Municipal, 14. ed. 1983a, p. 1.

NIERRO, C. Educação em Maringá. **Nosso Rumo**, Secretaria de Educação Municipal, 2. ed. 1986b, p. 1.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 11-31.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 1. ed., 1984a, p. 1.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 2. ed., 1984b, p. 1.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 2. ed., 1984b, p. 2.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 3. ed., 1984c, p. 1.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 4. ed., 1984d, p. 1.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 4. ed., 1984d, p. 2.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 5. ed., 1984e, p. 2.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 5. ed., 1984e, p. 3.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 5. ed., 1984e, p. 4.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 6. ed., 1985a, p. 1.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 8. ed., 1985c, p. 2.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 10. ed., 1985e, p. 2.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 10. ed., 1985e, p. 3.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 11. ed., 1985f, p. 1.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 11. ed., 1985f, p. 2.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 11. ed., 1985f, p. 3.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 12. ed., 1985g, p. 3.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 12. ed., 1985g, p. 2.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 13. ed., 1985h, p. 2.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 13. ed., 1985h, p. 3.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 13. ed., 1985h, p. 6.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 14. ed., 1986a, p. 1.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 14. ed., 1986a, p. 3.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 15. ed., 1986b, p. 2.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 16. ed., 1986c, p. 3.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 16. ed., 1986c, p. 4.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 17. ed., 1986d, p. 3.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 17. ed., 1986d, p. 4.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 17. ed., 1986d, p. 6.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 18. ed., 1986e, p. 1.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 18. ed., 1986e, p. 3.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 18. ed., 1986e, p. 4.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 19. ed., 1986f, p. 1.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 19. ed., 1986f, p. 3.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 20. ed., 1986g, p. 2.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 21. ed., 1986h, p. 1.

NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 21. ed., 1986h, p. 3.

- NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 21. ed., 1986h, p. 4.
- NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 23. ed., 1986b, p. 3.
- NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 23. ed., 1986b, p. 4.
- NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 23. ed., 1986b, p. 5.
- NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 23. ed., 1986b, p. 5.
- NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 24. ed., 1986c, p. 2.
- NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 24. ed., 1986c, p. 4.
- NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 25. ed., 1987b, p. 3.
- NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 25. ed., 1987d, p. 4.
- NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 26. ed., 1987e, p. 2.
- NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 27. ed., 1987f, p. 2.
- NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 27. ed., 1987f, p. 4.
- NOSSO RUMO, Secretaria de Educação Municipal, 28. ed., 1987g, p. 4.
- PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. 2^o ed. reimp-Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PENSAVENTO, S. J. **Cultura e representações**: uma trajetória. Revista do programa de pós-graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.45- 58, jan./dez. 2006.
- RAMOS, M. E. T. **O ensino de história na revista Nova Escola (1986-2002)**: cultura midiática, currículo e ação docente. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

RODRIGUES, E.; BICCAS, M. S. **Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico**: o caso da Revista do Ensino (1929-1930). Maringá, v. 37, n. 2, p. 151-163, 2015.

RODRIGUES, E.; BICCAS, M. Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929 – 1930). **Acta Scientiarum Education**. Maringá, v. 37, n. 2, 2005.

RODRIGUES, E. **A re(invenção) da educação no Paraná**: apropriação do discurso democrático (1980 – 1990). Maringá: EDUEM, 2012.

RODRIGUES, E. A Imprensa Pedagógica como fonte, tema e objeto para a história da Educação. In: COSTA, C. J, MELO, J. J. P, FABIANO, L. H (Orgs.). **Fontes e Métodos em história da educação**. Dourados: UFGD, 2010.

RODRIGUES. N. Educação em Maringá. **Nosso Rumo**, Secretaria de Educação Municipal, 20. ed. 1986g, p. 3.

SILVA, T. R. Educação em Maringá. **Nosso Rumo**, Secretaria de Educação Municipal, 10. ed. 1985e, p. 1.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. História, memória e história da Educação. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Volume 3. Petrópolis: Vozes, 2009. (Século XX).

SOUZA, N. L. **O Projeto Republicano para a educação no Paraná e o processo de (des)mistificação de Júlia Wanderley**. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.